



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JULIO DE MESQUITA FILHO
CAMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS**

TRABALHO DE CAMPO:

“A importância da dimensão empírica do processo de formação e na atuação do geógrafo”

André Luis Cunha Benaglia

Orientador: Prof. Dr. Nelson Rodrigo Pedon

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção de título de Bacharel em
Geografia pela UNESP – Campus
Experimental de Ourinhos.

Ourinhos - SP
2012



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
JULIO DE MESQUITA FILHO
CAMPUS EXPERIMENTAL DE OURINHOS**

TRABALHO DE CAMPO:

**“A importância da dimensão empírica do processo de
formação e na atuação do geógrafo”**

ANDRÉ LUIS CUNHA BENAGLIA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora para
obtenção de título de Bacharel em
Geografia pela Unesp – Campus
Experimental de Ourinhos.

Banca examinadora

Prof. Dr. Nelson Rodrigo Pedon (Orientador)

Prof. Dra. Carla Cristina R. G. De Sena

Prof. Ms. César Gomes da Silva

Aos meus pais que sempre confiaram e me apoiaram em todos os momentos. Sem vocês nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

Novamente agradeço aos meus pais que desde sempre me apoiaram em tudo e em todos os momentos. Muito obrigado pela confiança que sempre depositaram em mim e nos meus sonhos, desde a liberdade que sempre me deram em relação a tudo e qualquer outra coisa que me interessasse, passando pelos momentos de dificuldade, felicidades, conversas, brigas, porres... Fazendo de um menino, um Homem de caráter e integridade. Se algum dia eu chegar a ser metade do que vocês são, morrerei feliz... “I’ll see you on the dark side of the moon.”

Também gostaria de agradecer aos amigos de Taquaritinga, não preciso citar nomes, só me recordo dos que realmente valem ser guardados no coração... Tudo isso aqui também é de vocês. Obrigado pelas vodkas vagabundas e noites de rock’n roll. Vocês são inesquecíveis. Um beijo a cada um de vocês. Aos irmãos da Sai Loko, Gersinho, Bêça, Irmão, Batata, Égua, Cavernoso, Zangief, Ernesto, Toba, Dedão, Capela, Kátia, Restart, aos Macacos e à toda 6ª Turma... inesquecíveis! À Maíra pelo apoio e incentivo para a conclusão deste trabalho, pelo companheirismo, carinho e momentos inigualáveis... “E eu nem vi quando você espetou sua casa aqui...” Grande Beijo minha querida. Ao Profº. Dr. Nelson Pedon pela disposição e pela imensa contribuição, em todos os sentidos, na realização deste trabalho. Muito Obrigado! À Prof.ª Dr.ª Carla Sena e à Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Perusi, que em momentos ruins não mediram esforços para me ajudar. Grande Beijo pra vocês! Muito Obrigado!

Ao Seu Jaime e Dona Vilma que são mais do que vizinhos... são avós! Obrigado pelos bolos, carinho, preocupação e disposição a nos ajudar a qualquer momento... e por não nos cobrarem pela piscina. Grande beijo pra vocês!

**“Eis o segredo da sobrevivência:
Nunca faça a guerra... principalmente
contra você mesmo.”
Yuri Orlov, interpretado pelo ator Nicolas Cage em “O
senhor das armas”, 2005.**

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	15
2. CAPÍTULO 1 - BASES E FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA MODERNA.	20
3. CAPÍTULO 2 - O PAPEL DO EMPIRISMO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA GEOGRAFIA – TRABALHO DE CAMPO	56
4. CAPÍTULO 3 – O TRABALHO DE CAMPO NA FORMAÇÃO DO GEÓGRAFO: UMA ANÁLISE DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNESP – CAMPUS DE OURINHOS.....	80
4.1 - BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE GEOGRAFIA DO CAMPUS DE OURINHOS.....	80
4.2 ENTREVISTAS.....	84
4.2.1 <i>Análise do quadro 01. Trabalhos de campo realizados pelo Campus Experimental de Ourinhos (2003 - 2011)</i>	98
4.3 PRINCIPAIS LOCAIS VISITADOS PELOS TRABALHOS DE CAMPO REALIZADOS PELO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIDADE EXPERIMENTAL DE OURINHOS	101
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	104
6. REFERÊNCIAS	107
ANEXOS	109

RESUMO

O Trabalho de Campo pode ser considerado como um procedimento metodológico empírico de suma importância para a compreensão das mais diversas características dos fenômenos geográficos, assim como possui papel decisivo na formação do Geógrafo. Por meio do contato direto entre pesquisador e objeto, o Geógrafo, através de seus sentidos, passa a conhecer profundamente as particularidades deste objeto, de modo que este possa ser pensado e compreendido de maneira holística e cientificamente embasada na experiência empírica, permitindo que, deste contato, possa-se extrair relações que ampliem o conhecimento do geógrafo, contribuindo para sua melhor formação intelectual e atuação. Assim sendo, se estabelece uma relação entre teoria e prática, conceitos e percepções, a fim de que o arcabouço teórico do geógrafo seja ampliado, ampliando seu poder de análise e tornando-o um profissional conhecedor, participante e ativo nos processos que envolvem a si mesmo, a sociedade e a natureza, possibilitando-o tomar decisões em prol de uma coletividade de uma maneira cientificamente embasada na realidade de suas percepções aliadas ao conhecimento construído durante a história, fazendo da Geografia, uma Ciência ativa não só academicamente, mas também contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da sociedade em geral.

Palavras - chave: Ciência; Empirismo; Geógrafo; Trabalho de Campo.

ABSTRACT

The Field Work can be considered as a methodological procedure empirical of extremely important to understanding the various characteristics of geographic phenomenon's, as has a crucial role in the formation of the Geographer. Through the direct contact between the researcher and the object, the Geographer, through his senses, pass to know deeply the particularities of this object, so that can be thought and understood in the holistic way and scientifically based, allowing, between this contact, relations are extracted to improve acknowledgment of the geographer, contributing to their better intellectual formation and performance. Thus, a relationship is established between theory and practice, concepts and perceptions, so the theoretical framework of the geographer is expanded, increasing his analysis power and making it a professional connoisseur, participant and active in the processes that involve himself, the society and nature, enabling it to make decisions on behalf of community in a way scientifically based on their perceptions of reality coupled with the knowledge built up over the history, making the Geography an active Science not only in academic way, but also contributing to improve the quality of life of society in general.

Keywords: Science; Empiricism; Geographer; Field Work.

1. INTRODUÇÃO

O *empirismo* é, juntamente com o *racionalismo*, uma das grandes correntes formadoras da filosofia moderna (séculos XVI-XVX). Enquanto que o racionalismo de Descartes explicava o conhecimento humano a partir da existência no indivíduo de idéias inatas que se originavam em última análise de Deus, os empiristas pretendem dar uma explicação do conhecimento a partir da *experiência*, eliminando assim a noção de idéia inata, considerada obscura e problemática. Para os empiristas, todo o nosso conhecimento provém da nossa *percepção do mundo externo*, ou do exame da atividade de nossa própria mente. (MARCONDES, 2001,p. 119).

Nascido na Inglaterra, no século XVI, o empirismo é considerado como sendo o pensamento representativo da burguesia inglesa, detentora do poder político e econômico da época, a qual posteriormente acabou por influenciar o nascimento do Liberalismo. De maneira geral, corrente empirista defende a noção de que o conhecimento deriva da experiência, a partir dela a ciência é colocada em prática. Esse pensamento busca explicar a origem das ideias a partir da percepção, através dos sentidos, do mundo real e, a partir destas percepções, ideias e conceitos sejam formulados, em uma tentativa de entender as particularidades dos fenômenos que ocorrem nos mais diversos lócus geográficos.

“Nada está no intelecto que não tenha estado antes nos sentidos” (Aristóteles *apud* Marcondes, 2001, p. 118). Partindo desta frase, pode-se dizer que a partir da observação, contato e da percepção dos fenômenos *in loco*, o geógrafo encontra a possibilidade de formular ideias, pensamentos e críticas que tornem possível a compreensão dos fenômenos intrínsecos ao seu objeto de estudo e nas relações que este ramifica com os demais objetos presentes em seu *lócus* geográfico e fora dele.

Estas percepções acabam por contribuir com a construção do pensamento dos adeptos das práticas empiristas dos trabalhos de campo, ao passo que as particularidades dos fenômenos ali observados são assimiladas e dão origem à ideias e conceitos que embasarão o conhecimento teórico e prático do geógrafo ao longo de sua formação. A partir destas observações, o geógrafo tende a formular suas ideias e conceitos por meio de abstrações, tornando a incorporação das características observadas em suas análises mais concretas e enriquecedoras. A partir da observação, ideias são formuladas, por meio da assimilação do que é captado pelos sentidos, analisado pela razão e reformulado por meio de um pensamento crítico do

cientista, fazendo do trabalho de campo, um procedimento metodológico de grande valia para a Geografia e para a produção de conhecimento científico na mesma.

Como defendido por John Locke: “Todas as idéias provém da sensação ou da reflexão” (Locke *apud* Marcondes, 2001, p. 119). Assim sendo, pode-se dizer que os sentidos dão suporte para a formulação dos conceitos, de ideias, justificando a importância deste procedimento metodológico na Geografia. A partir do momento em que o contato observador-objeto acontece, um aprendizado mais sólido, coerente, e enriquecedor dos fenômenos observados é formulado, derivado das observações e sensações por ele captadas as quais, somadas à capacidade de abstração individual e ao conhecimento teórico sobre o assunto, da origem à uma ideia mais complexa sobre as particularidades deste fenômeno, solidificando ainda mais a formação deste profissional.

Assim sendo, pode-se afirmar “[...] que o empirismo caracteriza-se como uma forma de *idealismo*, já que afirma que só conhecemos da realidade aquilo que nos vem através dos sentidos e dá origem à idéias em nossa mente.” (Marcondes, 2001, p. 121), justificando o trabalho de campo como um procedimento metodológico empírico, que proporciona o desenvolvimento do olhar geográfico ao participante do campo. No caso do geógrafo, este empirismo contribui decisivamente na sua formação como profissional, já que garante a este uma visão holística do ambiente e das relações que ali ocorrem, tornando possível o conhecimento das principais características geográficas ali inseridas, dando base para a análise daquele *lócus geográfico* e a partir daí, tecer as relações existentes entre a dinâmica social, ambiental, e demais particularidades ali inseridas.

Para os empiristas, os procedimentos empíricos possibilitam a análise de um objeto de maneira fiel, tendo “[...] como consequência uma defesa do *liberalismo* contra a idéia absolutista do direito divino do soberano” (Marcondes, 2001, p. 122), de modo a provar que o conhecimento é desenvolvido pelo homem, através da pesquisa, observação e análise dos fenômenos, provando por meio de experiências fenômenos diversos. Com isso, pode-se dizer que, ao contrário do racionalismo, o empirismo defende que o conhecimento é elaborado pelo homem, e não herdado de deus, tornando desta forma, o homem como um ser capaz de produzir conhecimento científico a partir de suas observações e ideias, fazendo desta prática, uma importante ferramenta na produção de conhecimento científico geográfico, pautado em uma criticidade.

Como afirmado por Rohden (2001),

Pessoa crítica é a que tem posições independentes e refletidas, é capaz de pensar por si própria e não aceita como verdadeiro o

simplesmente estabelecido por outros como tal, mas só após seu exame livre e fundamentado. (ROHDEN, 2001, p.127).

Porém este estágio de consciência, devido sua complexidade, passa por caminhos tortuosos para ser alcançado, devido ao fato de que o homem não está habituado à pensar sobre ele mesmo, ou sobre como o que acontece ao seu redor o influencia, ora de maneira positiva, ora negativa, participando da construção do seu cotidiano de diversas formas.

Ainda em Rohden (2001):

Os homens atingem essa etapa por si sós, lentamente, desde que não cedam à covardia e à preguiça, não se deixem torturar, nem sejam impelidos a atingi-la mediante artifícios e pelo emprego da força. (ROHDEN, 2001, p. 127).

Com isso, pode-se dizer que uma postura crítica é peça fundamental na construção de um pensamento sobre o cotidiano humano e as inúmeras influências que este sofre por diversas partes. Uma atitude crítica faz com que o indivíduo, a partir de reflexões independentes e devidamente fundamentadas, crie por si próprio um discernimento, uma verdade sobre determinado objeto. Pensando desta forma, o trabalho de campo em Geografia, pautado em um olhar crítico, tem a capacidade de discernir *in loco* as diversas relações sociais e naturais, criando a possibilidade de se descobrir a essência dos fenômenos, de modo a não parecer que o dogmatismo e o autoritarismo exerceram influência na construção deste conhecimento; a partir do momento em que a razão submete-se à crítica e, se comprovada, este pensamento passa a tornar-se uma verdade, um conceito.

A atitude crítica, para se manter, precisa reconhecer os limites da razão. Sem essa consciência, a razão pretender-se-á onisciente e onipotente, tornando-se dogmática e autoritária, perderá seu necessário vínculo com a liberdade e se converterá em irrazão, sob a ilusão de parecer conhecer e de parecer racional. (ROHDEN, 2001, p. 128).

Assim sendo, este Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de realizar uma revisão bibliográfica a respeito do procedimento metodológico – trabalho de campo – e a importância que este possui para a sólida formação profissional do geógrafo que se utiliza deste em suas análises, buscando uma melhor compreensão sobre os diversos fenômenos que lhe cabem ser estudados. Para isso, foi adotado como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico de textos, artigos e periódicos, além da realização de entrevistas com profissionais e alunos (graduandos em Geografia) que utilizam o trabalho de campo em seu dia a dia, seja no ensino ou

na pesquisa, de modo que suas falas contribuíssem para o complemento do referencial teórico utilizado neste trabalho.

Retornando à revisão bibliográfica utilizada neste trabalho, esta é de vital importância para o entendimento desta temática tão importante, tanto na Geografia, quanto nas demais ciências, sociais ou não. Desta forma, foi proposta a elaboração de um apanhado de diversos autores que discutem o tema sob diversos pontos de vista. A partir daí, foi elaborada uma síntese com as principais ideias que convergem aos objetivos deste trabalho de conclusão de curso, os quais buscavam compreender a importância deste procedimento metodológico para a formação do bacharel geógrafo, ao mesmo tempo em que buscou-se entender a maneira que esta metodologia empírica contribui para a formulação de conceitos e verdades na ciência geográfica, a partir de impressões pessoais que o geógrafo assimila *in loco*, nos momentos em que está em campo.

Também foi proposta a realização de algumas entrevistas com docentes da Unidade Experimental de Ourinhos, os quais utilizam deste procedimento metodológico nas ementas de suas disciplinas. Com isso buscou-se compreender, sob a visão de profissionais geógrafos, como este procedimento metodológico de fato auxilia, ou não, na formação do bacharel em Geografia derivado do curso de Ourinhos. Também foi elaborado um levantamento sobre as principais disciplinas que realizam trabalhos de campo como metodologia de ensino em suas ementas.

Para complementar a análise sobre a importância deste procedimento metodológico para o geógrafo, também foi aplicado um questionário aos discentes, com o objetivo de levantar algumas informações sobre como os trabalhos de campo contribuíram para a formação destes na unidade de Ourinhos, ao passo que os trabalhos de campo acabam “moldando” o olhar do sujeito perante seu objeto de estudo, possibilitando a este sujeito, um entendimento mais amplo a respeito dos fenômenos que este se propôs a estudar.

Como outro objetivo, a realização das entrevistas com membros do corpo discente da universidade, deu-se no intuito de verificar, segundo as próprias opiniões, como este procedimento metodológico contribui um melhor entendimento destes perante os conceitos abordados pelas disciplinas, além de buscar informações sobre como o trabalho de campo auxilia na formação dos mesmos, como futuros profissionais bacharéis. É importante mencionar que as entrevistas com discentes possuem o objetivo de verificar o “olhar” dos sujeitos em formação perante esta prática amplamente utilizada na Geografia, mais especificamente no curso de Geografia da unidade de Ourinhos.

Assim sendo, a construção do conhecimento geográfico acaba por extrapolar o gabinete, extrapolar a sala de aula e passa a ser construído a partir do contato íntimo e direto entre pesquisador e objeto, dando origem a um conhecimento científico de fato.

No capítulo 1, busca-se a compreensão das bases que estruturaram a ciência moderna, realizando uma discussão sobre o empirismo e seu papel como produtor de ciência, principalmente dentro da Geografia. Para isso, foram utilizados autores como Jean Tricart que, dentre diversas ideias, defende a prática de trabalhos de campo como forma de aprimorar e produzir conhecimento geográfico, ao mesmo tempo em que garante a construção de um arcabouço teórico-conceitual sólido ao geógrafo que os empregam em suas pesquisas.

Também foi utilizado o texto de 1986, “A aventura antropológica – Teoria e Pesquisa” da antropóloga Ruth C. L. Cardoso, para buscar uma explicação da importância que os trabalhos de campo possuem na antropologia e nas ciências sociais, como forma de buscar a interpretação e compreensão dos mais diversos objetos de estudo a partir de um contato íntimo com os mesmos; ao mesmo tempo em que uma relação entre pesquisador e objeto se constrói, e este pesquisador passa a compreender as características de seu objeto de estudo ao passo que incorpora para si a visão de mundo deste. Assim sendo, fazendo do trabalho de campo uma ferramenta indispensável no conhecimento da realidade, tanto social, quanto natural dos fenômenos geográficos.

Para discutir o papel da dialética presente no procedimento metodológico – trabalho de campo – foi utilizado um texto de Franklin Trein (2001), que aborda essa relação existente entre o real e o abstrato que, abordados *in loco*, e serem pensados articuladamente, podem embasar o entendimento dos fenômenos geográficos e permitir a construção de conceitos científicos, ao mesmo tempo em que acabam por contribuir para a formação pessoal e profissional do geógrafo. Assim sendo, este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo buscar, por meio de uma revisão bibliográfica sobre autores que abordam a temática, levantar uma discussão sobre a importância deste procedimento metodológico na Geografia e na formação do geógrafo.

2. CAPÍTULO 1 - BASES E FUNDAMENTOS DA CIÊNCIA MODERNA.

A Geografia é uma ciência que, desde seu início, tem por objetivo analisar a paisagem, de modo a investigar os principais processos, dinâmicas e fatores (sejam eles naturais ou sociais), responsáveis por determinar as características que compõem os diversos objetos presentes no *lócus geográfico*, a fim de elaborar uma análise integrada destas particularidades, possibilitando a gestão consciente e responsável destes objetos, contribuindo para a manutenção da qualidade de vida e da qualidade ambiental dos mais diferenciados locais, tanto quanto as mais diferenciadas análises geográficas forem propostas. Para isso, o procedimento metodológico mais utilizado para a realização destes estudos é o trabalho de campo, que consiste em uma forma de análise dialética de pesquisa a qual, segundo Tricart (2006):

[...] comporta uma oscilação permanente entre a formulação de conceitos e a análise dos dados, o estabelecimento de representações mentais, de esquemas explicativos e sua aplicação nos fatos estudados. A geografia nada mais é do que uma aplicação setorial desta abordagem geral. (TRICART, 2006, p. 108).

Deste modo, pode-se compreender a grande importância que este procedimento metodológico possui dentro da ciência geográfica, devido ao fato de que esta prática possibilita um amplo conhecimento de determinadas realidades, conhecimento este baseado em modelos extraídos das observações *in loco* e pautadas na razão do sujeito que às realiza; possibilitando a incorporação do conhecimento de uma maneira sólida pelos adeptos deste tipo de estudo. A partir do momento em que as características e relações expressas pelo fenômeno estudado tornam-se mais latentes às percepções, o conhecimento passa então a ser construído de maneira consistente e enriquecedora, fazendo com que a assimilação de conceitos dê-se de forma a possibilitar o entendimento da realidade de maneira reflexiva, analítica e dialética.

Esta dialética ocorre à medida que o contato entre o homem e o fenômeno estudado se procede, fato que se concretiza *in loco*, no campo e, como defendido por Tricart (2006), “A observação direta permitirá fazer do modelo uma imagem suficientemente semelhante à Natureza, portanto com representatividade suficiente.” (p. 106). Por meio dos sentidos (audição, olfato, tato e a visão principalmente), o estabelecimento de correlações entre objetos observados faz-se possível; por sua vez, estas percepções dão origem a um panorama da realidade observada, embasando a construção de um conhecimento reflexivo acerca de um determinado fenômeno.

Desta forma, pode-se perceber a grande importância do campo, a partir do momento em que Tricart (2006) considera este como sendo,

[...] um elemento indispensável da percepção objetiva dos dados de base de raciocínio científico; quando ela está ausente, elaboram-se teorias que só têm relações longínquas com a realidade perceptível e que, por esse motivo, não têm qualquer utilidade social, pois não podem orientar a ação. (TRICART, 2006, p. 107).

A afirmação acima explanada por Jean Tricart acaba por validar o trabalho de campo como sendo um importante passo para a construção de bases científicas sólidas a respeito das hipóteses elaboradas sobre os mais diversos fenômenos geográficos, de modo que as análises realizadas em campo acabam por validar estas hipóteses. Assim, esta metodologia dialética tem um papel decisivo na produção de conhecimento científico, seja na Geografia ou em qualquer outra ciência, à medida que as realidades dos fenômenos são profundamente estudadas, possibilitando inferências sólidas e fidedignas sobre suas características, inferências estas que produzirão conhecimentos científicos de várias naturezas, os quais serão úteis ao cotidiano do Homem. Tricart (2006) expõe a existência de uma frequente oscilação entre a formulação dos conceitos e a análise dos dados, assim como do estabelecimento das representações mentais, dos esquemas explicativos e como estes se aplicam aos fatos a serem estudados, de modo que a Geografia é considerada com sendo uma “aplicação setorial desta abordagem geral”.

A partir do momento que a ciência geográfica é empregada de inúmeras maneiras para analisar diferentes objetos, buscando a realidade dos fatos estudados, ao mesmo tempo, esta Geografia deve buscar uma adequação ao seu objeto, e aos interesses da sua pesquisa como forma de melhor embasar a mesma. Desta forma, a Geografia, segundo Tricart (2006), é “[...] pretensiosa e falsa, ao mesmo tempo, a atitude de atribuir-lhe uma tendência específica para a síntese ou a “globalidade””. (p. 108), de modo que diferentes espectadores podem chegar a diferentes conclusões ao analisarem um mesmo “objeto”, e isso se mostra muito válido, a partir do momento em que essas diferentes percepções são coletivizadas e, a partir delas, um conceito globalizante daquele fenômeno é construído, a partir de ideias complementares que podem surgir em diferentes ocasiões, contribuindo para o enriquecimento tanto dos conceitos geográficos em si analisados, quanto para a formação pessoal e profissional do geógrafo, que ali é construído e colocado em xeque, fazendo da Geografia uma ciência revolucionária, no sentido de sempre buscar uma análise de um objeto sobre os mais diversos prismas possíveis, ao mesmo tempo em que os conceitos geográficos são colocados à prova todo tempo, já que esta ciência lida com diversas

particularidades inseridas em uma totalidade, gerando um grande leque de possibilidades e direcionamentos a serem tomados, tornando as análises geográficas dinâmicas e complexas. Assim sendo, o geógrafo é colocado em xeque a todo o momento, já que é a partir dele que a realidade é pensada e analisada, e a partir de suas análises que as ações serão tomadas, influenciando na dinâmica sócio-espacial e natural dos mais diversos locais, estudados por este profissional, detentor de uma visão holística da realidade, mas que muitas vezes é negligenciado e colocado em segundo plano devido aos mais diversos motivos.

Nesse momento, a prática de campo se mostra de fundamental importância, devido ao maior contato entre objeto de estudo e pesquisador, proporcionando a este último, uma vasta gama de percepções, observações e coletivização de ideias a respeito do mesmo objeto, gerando a possibilidade do entendimento global das características, dinâmicas e relações existentes naquela paisagem. Ao mesmo tempo, surge a possibilidade da real descoberta daquele *locus geográfico*, através de conhecimentos teóricos, compartilhamento de informações e observações, possibilitando a formulação de diversos conceitos e ideias, fatores estes que de acordo com Tricart (2006):

[...] são indissociáveis numa abordagem dialética. Análise e síntese são os dois termos de uma oposição dialética, ambos indissociáveis. Dissociá-los, ou pior ainda, opô-los, é condenar-se à derrota: eis a idéia central a ser assimilada. (TRICART, 2006. p. 108).

Assim sendo, a grande importância do campo revela-se. São nesses momentos que a análise e a síntese dos objetos e das relações geográficas ocorrem. O exame aprofundado dessas observações permite ao geógrafo um conhecimento amplo sobre a realidade do local estudado, pautado nesta dialética análise-síntese, as inferências são realizadas e um panorama sobre o fenômeno é traçado, baseado em características naturais e sociais. Esta análise pode servir de base para inúmeros tipos de estudos geográficos e não-geográficos, devido ao fato de que as características principais do objeto foram traçadas, e podem servir de base para um conhecimento fidedigno da realidade local, ao mesmo tempo em que o arcabouço conceitual do geógrafo que utiliza deste procedimento metodológico em seus estudos é ampliado, contribuindo para uma formação profissional mais completa.

A percepção das diversas especificidades encontradas no campo está diretamente relacionada ao nível de experiência do geógrafo. Tricart (2006) defende que é necessária ao geógrafo uma sólida formação de base, a qual lhe proporcionará a apreensão da maneira mais rápida e confiável possível das características

intrínsecas a seu objeto de análise, viabilizando por parte do pesquisador, o domínio da dialética tipo-indivíduo, tornando possível uma análise fidedigna destas especificidades, contribuindo para uma melhor consistência da pesquisa em si.

Esta habilidade, de acordo com Tricart (2006), só pode ser adquirida em campo, a partir do momento em que o geógrafo passa a dominar a capacidade de “[...] identificar um relevo de costa, um lençol aluvial, um pousio social, uma savana, terras de cultivo reunidas, um centro comercial ou um bairro industrial.” Tricart, (2006). (p. 109) e, a partir destas e de diversas outras observações, este tenha condições de tecer as relações geográficas existentes naquele local, possibilitando assim uma visão integrada do espaço analisado, utilizando do confronto de teorias e fatos; baseados em dados estatísticos, mapas, cartas, imagens de satélite, ao mesmo tempo em que as percepções pessoais do geógrafo também são consideradas, como forma de analisar a realidade e dela extrair a essência dos fenômenos que a compõe.

Desta maneira, o geógrafo tem em suas mãos um valioso procedimento metodológico que lhe permite extrair da realidade todas as suas nuances, permitindo a ele realizar uma interpretação aprofundada e integrada da realidade dos fenômenos geográficos, de modo a embasar suas ações de maneira mais consistente e social e ambientalmente justa. Ainda sobre este mesmo ponto de vista, considerando que o trabalho de campo na Geografia é um importante procedimento metodológico de descoberta da realidade que deve ser incorporado e amplamente utilizado pelo geógrafo, Serpa, A. (2006), afirma que

A Geografia não se faz apenas consumindo leituras ou fazendo pesquisas dentro de uma sala com ar-condicionado. Se faz também sujando os pés de barro ou de piche, sentindo o cheiro do mato ou da poluição dos automóveis, olhando nos olhos das pessoas, prestando atenção nos gestos e em cada detalhe da fala. Se faz usando todas as técnicas, interpretando a realidade e pensando nas possíveis maneiras de transformá-la. (SERPA, 2006, p.5).

Assim sendo, a Geografia é uma ciência que lida com a realidade humana em praticamente todos os seus limites e nuances. Para isso, o procedimento metodológico mais recomendado é o trabalho de campo, o qual viabiliza aos seus praticantes uma compreensão aprofundada a respeito de um objeto de estudo em específico, o qual é analisado sob diversos prismas, superando os resultados de uma análise informal e relativamente “superficial”, realizada em um gabinete, ao mesmo tempo em que as diversas relações que este objeto traça com seu entorno também são passíveis de análise, tornando o trabalho de campo um procedimento metodológico holístico, que se preocupa em analisar a maioria das relações existentes em seu objeto de estudo e no *lócus geográfico* em que este se encontra inserido.

Este procedimento metodológico acaba por enriquecer, em diversos aspectos, o arcabouço científico do geógrafo que frequentemente o utiliza em seus estudos, assim como dos demais sujeitos presentes no momento desta prática, além de possibilitar o conhecimento específico daquela realidade a partir do momento em que as informações coletadas e sistematizadas são publicadas de alguma maneira, permitindo o acesso de todos às informações específicas daquele estudo, publicando o conhecimento científico obtido através desta metodologia empírica que é utilizada na Geografia desde seus primórdios.

Nos momentos de campo, o geógrafo entra em contato com diversas singularidades que caracterizam seu objeto de análise, singularidades estas que acabam por aguçar seus sentidos em busca de uma compreensão cada vez melhor dos quesitos relacionados ao seu foco de análise, a partir do contato íntimo com o objeto de estudo, seja através da observação (e demais sentidos), seja pelo contato interpessoal, conversas, participação do dia a dia do seu objeto (principalmente em análises antropológicas e sociais), dentre outras técnicas, as quais permitem uma melhor compreensão da realidade em questão.

Desta maneira, as nuances dos objetos de estudo são captadas e interpretadas por este profissional que, ao mesmo tempo em que tem sua formação científica complementada por esta prática, torna possível a implementação de diversas ações e políticas em prol da manutenção de uma melhor condição de existência do seu objeto de estudo e das diversas relações e demais sujeitos que a ele estejam atrelados, proporcionando, por meio de uma análise holística, a melhoria das condições, não só do seu objeto de estudo em específico, mas também dos demais componentes, tanto da natureza, quanto da sociedade que a ele encontram-se conectados.

Para a elaboração destas análises, o geógrafo utiliza-se de uma diversidade de meios científico-metodológicos ao mesmo tempo em que suas impressões pessoais são consideradas como viabilizadoras destas análises, tendo como objetivo principal desvendar as verdades intrínsecas aos fenômenos observados, produzindo um conhecimento científico a respeito destes, criando possibilidades para a realização de ações que tenham capacidade de modificar a realidade destes fenômenos, desde que estas modificações possuam o objetivo de promover uma melhor qualidade das condições naturais e sociais como um todo, fazendo com que a ciência seja utilizada em prol do homem.

Considerando o papel do trabalho de campo em desvendar verdades impressas na paisagem e na sociedade, Cardoso (1986) considera que o pesquisador, por meio de uma interação com grupos específicos da sociedade é capaz de

apreender a realidade existente naquele meio específico, de modo a trazer à tona as especificidades daquele nicho, revelando a real posição ocupada por aqueles determinados cidadãos na sociedade, muitas vezes chegando-se à conclusão de que um *status quo* específico ainda permanece fortemente impresso nesta.

Essa afirmação também é válida ao se analisar as características do meio natural, ao passo que uma análise aprofundada dos diversos meios, sejam eles sociais, ou naturais, cria a possibilidade da apreensão de conhecimentos que, talvez se, objeto e pesquisador se encontrassem mais distantes, essa percepção dificilmente ocorreria, fato este que prejudicaria a produção científica e a descoberta de alguma especificidade que contribuiria para o desenvolvimento intelectual do homem, e consequentemente ao avanço científico da sociedade; ao mesmo tempo em que, no caso específico deste trabalho, a formação do bacharel geógrafo seria prejudicada, caso este contato íntimo entre sujeito e objeto não ocorresse.

Ainda nesta concepção de trabalhos de campo, Cardoso (1986) afirma que existe uma ênfase a respeito das análises qualitativas sobre as quantitativas. Embora estas duas vertentes tenham por objetivo comum o entendimento da realidade, a partir de um determinado momento, os métodos qualitativos acabaram por substituir os quantitativos, pelo fato de que os métodos ditos “qualitativos” tendem a gerar resultados mais interessantes às ciências sociais, no caso à Geografia, sejam estes métodos utilizados tanto para pesquisas de caráter social quanto ambiental, além de diversos outros eixos que podem se utilizar deste tipo de abordagem.

Apesar dessa distinção, ambos os métodos mostram-se como passíveis de união, ao considerar que sua combinação revela de maneira eficiente aspectos existentes na realidade, mas que não são perceptíveis às pessoas envolvidas diretamente. Com isso, é possível notar uma tendência, embora em meio a discussões e controvérsias, ao abandono dos modelos positivistas (quantitativistas) pela *comunidade científica*, modelo este que predominara no cenário em questão durante muito tempo. Cardoso (1986) considera que este método não se difundiu amplamente na América Latina, porém permaneceu focado em alguns grupos acadêmicos, os quais realizaram importantes interpretações globalizantes sobre diversos assuntos latino-americanos, estudos estes que buscavam, através destes modelos, um entendimento totalizador sobre diversos assuntos.

Na década de 60, importantes críticas aos modelos convencionais de pesquisa surgiram e geraram importantes efeitos. De acordo com Cardoso (1986) “[...] o desenvolvimento que tiveram os estudos sobre mercado marginal de mão-de-obra e periferias urbanas”, de modo que, devido ao referencial marxista de análise, um panorama das sociedades dependentes foi criado. Porém, esses modelos não

conseguiram explicar de maneira satisfatória os comportamentos concretos da sociedade, como dito por Cardoso (1986), o foco das pesquisas foi desviado das realidades expressas pelo modelo vigente, para os reais motivos provedores destes problemas estruturais e sociais, e suas características que se encontram expressas na sociedade e no espaço. Posteriormente, surgiram também estudos sobre a classe operária que procuraram reproduzir o cotidiano dos trabalhadores ao invés do foco nas relações industriais, tendo como objetivo defendido por Cardoso (1986), “[...] desvendar o enigma de um suposto conformismo político” (p. 97).

Todas essas pesquisas que envolvem movimentos sociais, políticas, estudos específicos de comunidades, dentre outros aspectos, necessitam de ferramentas para a coleta sistemática de dados. Dentre estas ferramentas pode-se destacar a utilização de entrevistas e a convivência com os indivíduos envolvidos na diretamente na questão. Segundo Cardoso (1986), esta prática:

É uma espécie de volta ao significado em seu estado puro, ao discurso “real”, que deve permitir descobrir novos sentidos não previstos pelas análises macroestruturais. (CARDOSO, 1986, p. 98).

A autora ainda defende que, apesar do surgimento deste novo tipo de análise, (o estudo do ser humano propriamente dito), a crítica teórico-metodológica em primeira análise não existiu, até o momento em que as generalizações e os esquemas explicativos, em demasia abstratos, não conseguiram mais abarcar os interesses da pesquisa.

Com isso:

Os anos 70 se caracterizaram pelo aparecimento de várias releituras do marxismo que dialogavam com a dureza da ortodoxia que dominara este campo. Entretanto, na América Latina, as críticas ao marxismo tiveram pouca influência na prática política. Sem ter chegado ao estado de Bem-Estar Social e suportando um regime militar repressor, os intelectuais brasileiros estavam distantes da efervescência crítica que atingia a Europa e os Estados Unidos. Os pilares mais gerais da prática política marxista continuavam a ser úteis para interpretar nossa realidade, onde crescia a desigualdade na distribuição de renda e aumentava a repressão. (CARDOSO, 1986, p. 98.)

Como reflexo deste desfecho, surge no Brasil uma discussão sobre a politização da Ciência e a maior participação dos cientistas na sociedade, embasada em técnicas qualitativas de investigação. Essa nova realidade acabou criando um panorama diferenciado para a elaboração de um novo conceito sobre a construção do conhecimento. Com estas ações, o trabalho de campo ganhou um grande incentivo como um novo procedimento metodológico de coleta de dados e informações dos

mais diversos tipos, com o objetivo de enriquecer as interpretações além de que, segundo Cardoso (1986):

Este modo de ver o trabalho científico está bem perto da clássica formulação do empiricismo positivista: dados bem coletados devem falar por si mesmos. Ainda assim, Cardoso considera [...] muito saudável à volta ao trabalho de campo e ao respeito pelo dado empírico, mas quero ressaltar o descompasso entre essas iniciativas e a assimilação da discussão sobre a natureza do conhecimento científico, o papel da subjetividade como instrumento do conhecimento, etc.(CARDOSO, 1986, p. 99).

O fato de o pesquisador ser visto como um mediador entre a análise e a divulgação da informação, possibilita que este utilize da subjetividade para atingir os resultados esperados pela sua pesquisa, direcionando as informações em busca de seus objetivos, contudo sem perder a cientificidade que proporcionará a validade de sua pesquisa. Ao mesmo tempo em que a entrevista produz material teórico, ela também acaba criando laços entre o entrevistador e o entrevistado, laços estes que tendem a moldar o conteúdo da entrevista, contribuindo para respostas mais fiéis e verdadeiras sobre o tema, conseqüentemente, garantindo uma maior consistência aos dados e informações pelo pesquisador coletadas.

Retornando às especificidades do trabalho de campo, quando neste ocorrem laços de afetividade tanto entre pesquisador-objeto, quanto entre seus participantes, as percepções e os significados das realidades mostram-se mais fortes; segundo Cardoso (1986), a convivência e a afetividade acabam por gerar uma maior aproximação do pesquisador com seu objeto de estudo e:

Nesta relação o pesquisador se envolve completamente e por isso seus valores ou sua visão de mundo deixam de ser obstáculos e passam a ser condição para compreender as diferenças e superar o etnocentrismo. (CARDOSO, 1986, p. 102).

A partir destas informações, faz-se possível notar que este procedimento metodológico de estudo contribui amplamente para a formação do Geógrafo, ao passo que a interpretação da realidade observada é filtrada segundo os conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, seja na academia, no senso-comum, na convivência interpessoal, ou em contato com a realidade do fenômeno *in loco*; possibilitando ao geógrafo, por meio de um olhar desenvolvido e aprimorado ao longo de sua formação, a incorporação de valores e conhecimentos que tornam possível a compreensão real dos fenômenos observados. Logo a ciência torna-se viável, já que esta se baseia na Verdade, a qual pode ser alcançada através de métodos empíricos como o trabalho de campo.

Eis o objetivo do trabalho de campo, por meio de impressões pessoais, pautadas em conhecimentos pré-adquiridos, esta procedimento metodológico possibilita a origem de ideias e teorias que buscam a explicação dos mais diversos fenômenos materializados no espaço, fenômenos estes que por sua vez, influenciam diretamente no cotidiano humano, orientando suas ações ao mesmo tempo em que direcionam os rumos da sociedade como um todo, no sentido de se alcançar uma melhor condição de vida, considerando aspectos sociais, econômicos e ambientais como parte de um sistema único e integrado, o qual necessita de diversas iniciativas para se manter em equilíbrio, e garantir boas condições de sobrevivência à humanidade. Ainda neste contexto, é possível notar que a subjetividade faz-se presente no momento em que as observações sobre o objeto de estudo são realizadas, e essa subjetividade segundo Cardoso (1986):

[...] não deve ser justificativa para a indefinição dos limites entre a ciência e ideologia e, portanto, não devem servir de desculpa para repor a velha oposição entre verdade e mistificação. (CARDOSO, 1986, p. 103).

Além disso, os trabalhos de campo também se revelam como sendo essenciais na formação não só dos bacharéis ou professores, mas também no desenvolvimento da percepção da realidade que circunda todas as pessoas, de forma a proporcionar aos cidadãos um pensamento crítico a respeito da sociedade e do espaço onde este se encontra inserido, garantindo assim a possibilidade deste cidadão, por meio de uma criticidade sobre a realidade, lutar por melhores condições de vida a todos os seres, os quais usufruem do espaço em todos os sentidos, como forma de manterem-se em um equilíbrio dinâmico entre seu grupo e todos os sistemas restantes.

Continuando o pensamento sobre as particularidades deste procedimento metodológico, Serpa, A. (2006), defende que o trabalho de campo é uma importante ferramenta para a produção de conhecimento geográfico, ao passo que este proporciona uma articulação de diversos conceitos, teorias e metodologias existentes na Geografia, com o objetivo de explicar o espaço geográfico, a natureza e a sociedade inserida em um *lôcus* com uma gama de características específicas. Por meio da ciência derivada deste meio de análise, a realidade é conhecida e embasada sensorial, racional e criticamente, como forma de se apropriar de suas características da maneira mais fidedigna possível, e assim ações em prol da coletividade ali inserida sejam tomadas da maneira eficiente, teoricamente garantindo o desenvolvimento qualitativo daquela particularidade social ou natural.

Tomando por base as especificidades do trabalho de campo, Serpa (2006), defende a ideia de que, no caso da Geografia, este procedimento metodológico deve ser encarado de uma maneira particular, visto que este possibilita alguns “trunfos” que facilitam a compreensão da realidade, diferentemente do caso das demais ciências, já que o trabalho de campo em sua essência proporciona ao geógrafo

[...] diversas possibilidades de recortar, analisar e conceituar o espaço, de acordo com as questões, metas e objetivos definidos pelo sujeito que pesquisa. O trabalho de campo em Geografia requer a definição de espaços de conceituação adequados aos fenômenos que se deseja estudar. (SERPA, 2006. p. 9).

como forma de atingir os objetivos da pesquisa embasada no arcabouço teórico do pesquisador, somado às impressões adquiridas empiricamente sobre a realidade estudada intrinsecamente por meio do trabalho de campo. Ao mesmo tempo, o autor expõe que

[...] é necessário também reafirmar a necessidade de superação das dicotomias e ambigüidades características da Geografia. O trabalho de campo é instrumento chave para a superação dessas ambigüidades, não priorizando nem a análise dos chamados fatores naturais nem dos fatores humanos (ou “antrópicos”). O trabalho de campo deve-se basear na totalidade do espaço, sem esquecer os arranjos específicos que tornam cada lugar, cidade, bairro ou região uma articulação particular de fatores físicos e humanos em um mundo fragmentado, porém (cada vez mais) articulado. O trabalho de campo em Geografia deve perseguir, portanto, a idéia de particularidade na totalidade, abandonando de modo enfático a idéia de singularidade de lugares, cidades, bairros ou regiões. (SERPA, 2006, p. 9-10).

Assim sendo, o trabalho de campo na Geografia é traduzido como um procedimento metodológico que teoricamente, acaba por superar a dicotomia existente entre “fatores humanos” e “fatores naturais” dentro da ciência geográfica, expondo *in loco*, que ambas vertentes influenciam de maneira unitária na composição das características geográficas específicas dos locais. Consequentemente, a partir da análise destas realidades específicas, faz-se possível ao geógrafo sintetizar uma análise da totalidade do espaço estudado, levando em conta estas características incorporadas no momento do campo e articulando-as com as teorias estudadas por esse profissional, de modo a proporcionar o conhecimento de diversas particularidades dentro de uma totalidade. Desta maneira, remetendo ao geógrafo um conhecimento aprofundado de seu objeto de estudo, a ponto de se poder inferir sobre sólidas bases, características e fatores que influenciam seu objeto de estudo e por ele são influenciados, garantindo um escopo solidamente estruturado sobre uma realidade específica, embasando as ações da maneira mais pertinente possível.

Desta maneira, o trabalho de campo pode embasar a tomada de decisão a respeito de uma determinada questão, a partir do momento em que esta realidade é entendida a fundo, por meio da “operacionalização” dos conceitos no momento do campo, o qual acaba por conciliar a teoria a um procedimento metodológico de análise da realidade em busca da construção de um conhecimento científico solidamente embasado em teoria e prática, em objetividade e subjetividade, garantindo o papel clássico do empirismo como viabilizador da produção científica.

Como defendido por Serpa (2006):

[...] o fantasma do empirismo que ronda a produção do conhecimento geográfico leva muitas vezes o pesquisador a reflexões teóricas elaboradas, mas sem a fundamentação empírica necessária à demonstração e à validação dos conceitos, que aparecem não raros descolados da realidade. [...] Essa separação não existe e é um construto artificial, teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda. (SERPA, 2006, p. 10).

Com isso, novamente o caráter do trabalho de campo como um procedimento metodológico que possibilita a estruturação de um conhecimento científico é colocado em evidência ao passo que, por meio deste, hipóteses são passíveis de comprovação ou refutação, a partir do momento em que o trabalho de campo é regido por um método científico que estrutura e direciona sua metodologia desde o momento da sua preparação, até a efetivação do campo em si e todos os seus percalços, além da posterior avaliação dos conhecimentos adquiridos e a sistematização dos mesmos, como forma de produzir-se ciência a partir da análise intelectual e sensorial das informações e observações extraídas da realidade.

Assim sendo, tanto as experiências derivadas dos trabalhos de campo, quanto o conhecimento adquirido no mesmo, serão mais bem embasados e possuirão uma maior chance de tornarem-se um conhecimento científico sólido e fidedigno à realidade; ao mesmo tempo, diversas outras ciências podem apropriar-se destes conhecimentos e adaptá-los com o intuito de desenvolverem suas teorias de maneira específica, provando por mais uma vez a grande capacidade interdisciplinar deste procedimento metodológico, além de sua importância na produção do conhecimento não só geográfico, mas também em diversos outros ramos do conhecimento humano auxiliando, a sua maneira, no desenvolvimento da ciência como um todo, em prol da evolução intelectual da sociedade.

Para uma melhor eficiência dos trabalhos de campo, alguns autores como Castro (1995) *apud* Serpa (2006), salientam que para a efetivação do mesmo, faz-se necessário um recorte que integre o fenômeno estudado da maneira mais completa

possível, afim de que a totalidade da realidade faça-se presente naquele segmento de análise, como forma de proporcionar uma compreensão aprofundada a respeito do objeto avaliado já que, como dito por Serpa (2006), “[...] o recorte serve para explicitar e dar visibilidade àquilo que se deseja pesquisar e analisar [...]” (p. 12), proporcionando ao participante do campo, a compreensão mais fidedigna possível da realidade inserida e abordada naquele determinado recorte geográfico, garantindo a este cidadão, possibilidade de uma absorção essencial das características dos fenômenos, proporcionando um conhecimento real a respeito do objeto estudado, assim como das relações que este objeto traça com as demais especificidades que ocupam e/ou usufruem do mesmo *lócus*.

Desta maneira, a formação do geógrafo que realiza rotineiramente trabalhos de campo ao longo de sua formação tende a ser mais sólida, garantindo a ele uma maior capacidade de interpretar a realidade e a partir disso, tomar decisões de maneira mais efetiva em questões que dizem respeito aos mais diversos *lócus geográficos* e todos os objetos, pessoas e ações que neste coexistem.

Para a elaboração de um estudo tão complexo e aprofundado quanto os trabalhos de campo, principalmente no caso da Geografia, Serpa (2006) diz que é preciso realizar recortes espaciais que possibilitem ao geógrafo elaborar uma conceituação da realidade a partir dos trabalhos de campo em Geografia. Castro (1995) *apud* Serpa (2006) mostra que

[...] a realidade está presente em todos os recortes espaciais possíveis; que o recorte dos espaços de conceituação não fragmenta a realidade; que os diferentes recortes podem revelar qualidades diversas dos fenômenos que se deseja estudar; e que, finalmente, o recorte serve para explicitar e dar visibilidade àquilo que se deseja pesquisar e analisar, [...] não há hierarquia entre os diferentes recortes espaciais possíveis, nem recorte mais ou menos válido para a pesquisa e o trabalho de campo em Geografia. (CASTRO, 1995 *apud* SERPA, 2006, p. 12).

Assim, pode-se dizer que o trabalho de campo em Geografia, a partir da análise de diversos recortes espaço-temporais, tem a possibilidade de conhecer a realidade de um *lócus* a partir da montagem de um “mosaico” de informações coletadas empiricamente e a partir de outros estudos realizados anteriormente a respeito deste objeto. Desta maneira, o estudo da realidade específica de um objeto passa a ser qualificado como revelador de suas principais características, podendo subsidiar diversos outros estudos e ações, as quais têm a possibilidade de basear-se em informações provenientes deste estudo em específico, o qual acabou por organizar informações que dizem respeito àquela realidade de uma maneira consistente e

científica. Com isso, ações e diretrizes podem ser tomadas com o objetivo de melhorar a qualidade daquele *lôcus* geográfico e das diversas relações ali inseridas, a fim de evitar a degradação do mesmo e de todos os demais componentes deste sistema que ali se relacionam, garantindo a longevidade social e ambiental naquele recorte espacial particular.

Neste momento, a questão da escala faz-se de grande valor como forma de interpretar a dimensão das ações no *lôcus geográfico* de análise, assim como de elaborar um melhor planejamento do trabalho de campo e traçar os objetivos que este busca alcançar, ao passo que a escala auxiliará no direcionamento das análises que serão propostas em campo, afim de que os participantes compreendam da melhor maneira possível o que está sendo analisado naquela particularidade.

Concorda-se ainda com Castro (1995) que a questão da escala em Geografia é, antes de tudo, um problema fenomenal, embora o recorte dos espaços de conceituação tenha também rebatimento e conseqüências de cunho dimensional. São, portanto, as questões e os problemas da pesquisa, bem como as características específicas dos fenômenos, as quais se deseja explicitar e dar visibilidade, que vão justificar, em última instância, o acerto da escolha de um determinado recorte espacial em detrimento de outro. (CASTRO, 1995 *apud* SERPA, 2006, p. 12).

Por este e outros motivos que se faz necessária a escolha adequada da escala de análise que será utilizada na pesquisa de campo, como forma de analisar seu objeto dentro de uma perspectiva coerente, associando os atributos observados *in loco*, com as dinâmicas que originaram estas características específicas nestes locais, de modo a enquadrá-las dentro de um horizonte de análise adequado.

Os momentos de campo mostram-se como oportunos à abordagem das questões de escala, pois proporciona ao participante a noção de grandeza dos fenômenos materializados. Ao se deparar com um objeto, representado em um mapa, em uma folha de papel com centímetros de tamanho e, perceber que suas características reais são expressas metros, quilômetros, o pesquisador cria para si uma sólida e coerente noção de proporcionalidade, a qual lhe será de grande valia durante a aplicação e elaboração de conceitos por todo tempo de ali em diante.

Assim sendo, o geógrafo cria subsídios que o direcionam a uma análise aprofundada sobre a realidade, de modo que este profissional, com o passar do tempo e da realização de diversos trabalhos de campo, construa para si um arcabouço teórico e prático a respeito de como elaborar de maneira eficiente seus trabalhos de campo, como buscar nestes momentos empíricos algo que lhe acrescente ao pensamento, de modo que este se torne mais complexo e globalizante; possibilitando-o a tomar decisões mais coerentes possíveis, com o objetivo de garantir o uso o mais

adequado possível daquele local. Assim sendo, há uma possibilidade de que os estudos dos locais, pautados em trabalhos de campo e suas análises complexas, venham a garantir uma maior possibilidade de um manejo adequado a respeito das particularidades dos locais, ao passo que as especificidades passarão a ser conhecidas, embasando as práticas adequadas à manutenção qualitativa das dinâmicas sócio-ambientais que ali se materializam.

A escolha correta do recorte de análise também proporciona uma melhor distinção das homogeneidades e heterogeneidades, ao tempo que o nível de abordagem escalar dos fenômenos se modifica, consequentemente influenciando nas perspectivas perante as quais o objeto é abordado. A escolha do recorte também acabará por surtir influências no modo como que os dados e informações serão coletados, criando uma possibilidade concreta de interferência na consistência dos dados e das informações adquiridas *in loco*. Assim sendo, o geógrafo deve ficar atento a estes detalhes no momento de sua pesquisa, como forma de garantir a confiabilidade das informações coletadas, a fim de minimizar o máximo possível os ruídos que possam vir a interferir em sua pesquisa.

O trabalho de campo possui em sua essência, um caráter holístico. Esta metodologia busca a análise e a reconstituição de um todo, integrando o máximo de elementos possível em suas análises. Esta reconstituição holística proposta por Santos (1992) *apud* Serpa (2006),

[...] pressupõe o abandono das velhas dicotomias (Geografia Humana versus Geografia Física, técnicas qualitativas versus técnicas quantitativas, fenomenologia versus materialismo histórico) e a busca não só das semelhanças, mas também das diferenças entre os lugares, regiões, paisagens e territórios que expressam a totalidade do espaço. (SANTOS, 1992 *apud* SERPA, 2006, p. 15).

Assim sendo, percebe-se que este procedimento metodológico busca em seu caráter flexível e aberto, uma melhor forma de estudar as dinâmicas e mutações dos fenômenos geográficos de uma maneira geral, ao ponto de chegar-se a conclusões sobre a maneira mais eficiente de lidar com as mais diversas situações, a fim de garantir melhores condições humanas e naturais para a infinidade de especificidades existentes no espaço e na paisagem, contribuindo para um melhor equilíbrio dinâmico destes *lôcus geográficos*, cada um dentro dos limites de suas particularidades.

Neste momento, Serpa (2006), apoiando-se em Claval (2004), expõe que as diversas ambigüidades que existem no caso dos trabalhos de campo em Geografia podem ser minimizadas com a inserção do termo “paisagem” nestes estudos. De acordo com Claval (2004) *apud* Serpa (2006), a paisagem

Tem a vantagem de ser o mais operacional dos conceitos à disposição do pesquisador para levantamentos empíricos e a desvantagem de estar muito associado à chamada Geografia Tradicional de Humboldt e Vidal de La Blache e Jean Brunhes [...] (CLAVAL, 2004, p. 23 *apud* SERPA, 2006, p.15).

Baseando-se ainda nesta mesma ideia, grande parte dos trabalhos de campo possui o caráter de analisar a paisagem com objetivo de conhecer as particularidades do local por meio de uma “[...] reconstrução sistemática daquilo que a sucessão de pontos de vista permitia descobrir [...]” Serpa, (2006), p. 15. Assim, cada vez mais o geógrafo aguça seus sentidos na busca de uma melhor análise desta paisagem, ampliando seu arcabouço teórico e prático em busca de uma melhor compreensão da realidade ali impressa, de modo que esta possa ser adaptada à sociedade de maneira que ambas, sociedade e natureza, evoluam simultânea e sustentavelmente, como forma de garantir às gerações futuras, a possibilidade de uma melhor condição de vida.

Essa posição só pode ser alcançada conforme a experiência do geógrafo se desenvolve, e para isso, cada vez mais a necessidade da realização de trabalhos de campo na graduação faz-se presente, de modo a possibilitar que o geógrafo adquira esta experiência ao longo dos anos de sua formação, refinando cada vez mais suas percepções em busca da compreensão das mais diversas características do *locus geográfico* e das relações que nele se embasam.

Assim, à medida que a formação do geógrafo se concretiza, este passa a utilizar-se de focos de análise horizontais e verticais, com o intuito de alcançar uma melhor perspectiva dos fatos sobre outro prisma, a fim de elaborar pensamentos, conceitos e conclusões sobre um determinado fenômeno geográfico, possibilitando desta maneira seu desenvolvimento profissional ao mesmo tempo em que gera uma contribuição, seja ela de quaisquer naturezas, para o *locus* analisado por meio do levantamento de um escopo estruturado de informações sobre este *locus geográfico*.

Este profissional também deve atentar-se a utilização de diversas perspectivas de análise em seus estudos de campo, como forma de buscar compreender seu objeto dos mais diversos focos possíveis. Serpa, (2006) diz que,

O geógrafo deve, pois, aprender a multiplicar seus pontos de vista sobre as paisagens, ter frente a elas uma postura “ativa”. Só é possível esclarecer as paisagens quando compreendemos como e por que elas funcionam. (SERPA, 2006, p. 16).

E para isso, o trabalho de campo em Geografia faz-se de suma importância, já que a partir deste procedimento metodológico, o geógrafo tem a possibilidade de

conhecer a fundo seu objeto de estudo, ao passo que há entre eles uma interação que extrapola o conhecimento geográfico teórico e academicamente pré-moldado, dando origem a um conhecimento construído através das ideias, das sensações, dos sentidos e das percepções pessoais dos envolvidos nestes estudos. Isso faz com que uma gama de outras particularidades venha à tona, possibilitando um entendimento mais completo sobre o objeto estudado, ao passo que uma relação sujeito-objeto é alicerçada. Claval (2004) *apud* Serpa (2006) defende esta postura quando diz que:

As paisagens e os mapas podem “mentir”, se não admitirmos que não é somente a “realidade objetiva” que deve reter nossa atenção, mas também como essa realidade fala aos sentidos do sujeito que observa e pesquisa. (CLAVAL, 2004 *apud* SERPA, 2006. p. 16).

Com isso, a subjetividade na produção do conhecimento científico, mais precisamente geográfico, vem à tona novamente. As impressões pessoais dos adeptos das práticas empiristas originam diversas possibilidades de observações diferenciadas sobre os fenômenos, de modo que estas observações podem gerar diferentes percepções, diferentes formas de análise e consequentemente, diferentes resultados, que variam de indivíduo para indivíduo, porém não deixam de ser válidos se submetidos a um método que os justifique e os qualifique perante o conhecimento científico em seu estado mais puro. Todavia, esse conhecimento pautado em uma subjetividade, quando sujeito à criticidade do rigor científico, pode dar origem a um conceito que contempla as questões a ele relacionadas, portanto, produzindo um conhecimento científico bem estruturado pautado em dados, observações e procedimentos empíricos, remontando o conhecimento científico aos seus moldes mais clássicos, portanto, passível de aceitação como uma verdade científica – no caso, um conceito geográfico.

Serpa (2006) também defende que, teoria e método são elementos inseparáveis quando se fala de trabalho de campo em Geografia. Estes dois elementos são indispensáveis nas análises geográficas, sejam estas de qualquer natureza, a partir do momento em que a teoria é baseada em um método, ao mesmo tempo em que exige uma metodologia para validar suas análises. Portanto, teoria e método caminham lado a lado em busca de um nível cada vez melhor de análise da realidade, de forma que haja uma articulação de representações, ideias e percepções, como forma de originar um conhecimento solidamente embasado sobre determinado fenômeno geográfico, a partir das impressões, experiências e dos conhecimentos teóricos do geógrafo.

Desta forma, uma ciência comprometida com a verdade é constituída, possibilitando aos indivíduos conhecerem seu *lôcus* de uma maneira complexa; assim,

ações podem ser tomadas conscientemente, ao mesmo tempo em que uma gestão das particularidades geográficas pode ser planejada de maneira comprometida, buscando uma melhor qualidade sócio-ambiental, garantindo o papel do conhecimento científico em prol do homem e de todos os demais seres que ali encontram-se inseridos.

Para o conhecimento de fato da realidade por meio da pesquisa empírica, é necessário ao geógrafo uma gama de informações, conhecimentos teóricos e práticos e a escolha de um método aberto, o qual engesse da menor maneira possível a elaboração da pesquisa, tanto em sua parte teórica, quanto sua parte *in loco*, a fim de permitir que este profissional tenha a mente e as percepções abertas no momento da prática do campo. Este procedimento possibilitará ao profissional geógrafo uma melhor compreensão das particularidades dos fenômenos observados e sistematizados dentro de um recorte espacial, de modo a facilitar o entendimento das relações intrínsecas aos fenômenos inseridos naquele contexto, e como estes influenciam e são influenciados pelas características naturais e sociais do *lócus* abordado na respectiva pesquisa. Este entendimento holístico deve vir acompanhado de uma análise minuciosa sobre o recorte histórico em que a abordagem é realizada. Serpa (2006) defende esta abordagem dizendo que,

Arrancar um elemento, objeto ou fenômeno do fluxo histórico para depois reintroduzi-lo no movimento da história pode ajudar o geógrafo na operacionalização do trabalho de campo, devolvendo a este último sua importância na produção do conhecimento em Geografia. Afinal, não deveria haver incompatibilidade, em termos de procedimento, entre a análise da individualidade dos fenômenos e o resgate de sua dimensão histórica, nem mesmo entre uma concepção de ciência interessada na história e na mediação homem-natureza e uma outra voltada para a essência dos fenômenos. (SERPA, 2006, p. 20).

Esta forma de análise que coloca o objeto em um prisma diferenciado do qual o pesquisador encontra-se inserido, acarreta em uma ampliação do horizonte de observação e análise do cientista engajado com esta pesquisa, o qual passa a perceber diferentes focos de compreensão sobre um determinado fenômeno, afim de encontrar a melhor maneira de abordá-lo, objetivando-se obter um conhecimento holístico sobre as características deste objeto. A partir da aplicação do trabalho de campo dentro destes moldes, diversas conclusões sobre a realidade podem ser inferidas, ao passo que o geógrafo analisa em profundidade as características de seu objeto de estudo, características estas que:

[...] contém suas leis, sua base ideológica, suas categorias para a elaboração dos vários conceitos e teorias que nos permitirão realizar

nossa leitura científica de mundo. (SPOSITO, 2004, *apud* SERPA, 2006, p. 20)

Ao mesmo tempo em que esta análise minuciosa é feita, as características do espaço analisado devem ser mescladas com as impressões pessoais do pesquisador, afim de que este compreenda o valor simbólico de cada particularidade analisada, e que esta percepção pessoal venha a contribuir para a interpretação holística da realidade abordada, enaltecendo o conhecimento empírico, o conhecimento sistematizado dentro do gabinete, e as percepções que só podem ser adquiridas *in loco*, como forma de uma análise completa sobre a particularidade que o pesquisador pretende compreender; contribuindo de maneira decisiva em sua formação profissional, ao passo que este produz ciência, que por sua vez, contribui para o conhecimento sobre uma realidade específica, gerando bases para a implantação de políticas, ações, e diretrizes para a melhor manutenção daquela especificidade, (seja ela natural ou social), garantindo o papel da Geografia como produtora de ciência, pautada na verdade alcançada por um rigor metodológico particular, que mescla objetividade e subjetividade a fim de compreender da melhor maneira possível a realidade mais ampla do mundo no qual estamos inseridos.

O trabalho de campo na Geografia tem por característica basear a pesquisa e o conhecimento geográfico, permitindo uma visualização dos fenômenos sob diversos recortes, os quais permitem uma análise minuciosa sobre as características específicas dos fenômenos, somadas às impressões pessoais e ao arcabouço conceitual de cada pesquisador em particular. Assim, como defendido por Serpa, (2006)

Ressaltar a importância do trabalho de campo na Geografia não significa pregar a volta ao empirismo descolado da perspectiva de teorização, ao contrário, conceitos, teorias e procedimentos metodológicos devem constituir uma unidade orgânica e coerente no desenvolvimento dos trabalhos de pesquisa dos geógrafos. Estamos aqui diante do clássico dilema entre “idealismo” e “materialismo”, entre a “abstração” e o “concreto”. (SERPA, 2006, p. 21).

Esta disputa entre “idealismo”, “materialismo”, entre o “real” e o “abstrato” tende a nortear grande parte da produção científica durante séculos, e na Geografia não foi diferente.

[...] mesmo na Geografia, se considerarmos que ela ganha estatuto de ciência a partir do Renascimento e seus desdobramentos nos séculos seguintes, essa antinomia vai continuar se manifestando nas diferentes escolas que vão surgir no mundo ocidental. (SPOSITO, 2004 *apud* SERPA, 2006, p. 21).

Porém, a produção de ciência geográfica deu-se de maneira concreta, mesmo dentro dessa disputa metodológica. Como dito por Serpa (2006), a Geografia foi se adaptando ao longo do tempo, agregando diversos métodos de análise, como forma de superar os problemas epistemológicos que a perseguiram. Com isso, a interpretação dos fatos do mundo se concretizou, ao passo que as análises geográficas tornaram-se mais complexas e dialéticas, buscando por meio do pensamento filosófico incorporado ao trabalho de campo empirista, e ao modo de pensar sobre os fenômenos e seus diferentes recortes a partir de raciocínios indutivos e dedutivos, os quais passaram a considerar os sujeitos que os realizavam e suas visões de mundo, como sendo capazes de produzir ciência a partir dos seus conhecimentos e prismas de análise particulares. Isso fez com que a Geografia avançasse em busca de um conhecimento científico cada vez mais sólido e libertador, o qual busca em suas premissas o entendimento da relação homem-natureza e suas implicações no equilíbrio dinâmico entre ambos.

Ainda permeando esta temática, Da Matta (1978) *apud* Cardoso (1986), defende que o trabalho de campo é um importante exercício para o pesquisador. A partir do momento em que este deve elaborar o planejamento de todas as fases do processo, porém seu olhar deve ser treinado em busca de uma visão crítica dos fatos como forma de desvendar, a medida do possível, todas as relações geográficas existentes no local. Isso acaba por levar o pesquisador a deixar a subjetividade interferir no processo isso porque, como afirmado por Cardoso (1986), “[...] a subjetividade que fomos treinados para controlar teima em se fazer presente e isto porque ninguém mais defende a noção de “neutralidade” que os manuais positivistas propunham como condições da ciência.” Deste modo, nota-se que a Ciência deixou de ser neutra, devido à subjetividade das análises dos pesquisadores, os quais passaram a se envolver intimamente com seus objetos de estudo, buscando, cada vez mais, uma melhor compreensão dos mesmos. Estas observações algumas vezes eram realizadas de forma que talvez a legitimação científica de alguns fatos percebidos em campo não correspondiam, dependendo do ponto de vista, à uma verdade pré-estabelecida; de modo a estas observações serem passíveis de erros, como afirma Da Matta (1978).

Cardoso (1986) ainda tece algumas considerações a respeito do trabalho de campo e de como este auxilia na investigação e na descoberta da realidade. Dentro destas considerações, cabe ressaltar que esta metodologia amplamente utilizada na Geografia gerou uma importante forma de análise dos modelos vigentes, fazendo nascer uma postura eclética nos indivíduos que se depararam com essa realidade, de modo a tornar possível uma melhor compreensão dos fatos e fatores que influenciam

diretamente no cotidiano das pessoas a partir do momento em que o Espaço Geográfico e as relações nele existentes são explicitadas e analisadas de maneira crítica. Outra contribuição importante foi a presença de representantes da sociedade e seus discursos, como forma de uma melhor compreensão da realidade, a qual se materializa no cotidiano dos cidadãos; além disso, a subjetividade se mostra como válida na construção da Ciência, esta que até então se pautava na “verdade” objetiva, a partir dos trabalhos de campo, a subjetividade e a objetividade passaram a se fundir como forma de melhor conhecer a Geografia de diversos lugares partindo da troca de experiências interpessoais, e análises das características sociais, naturais e econômicas, as quais são o principal fator de influência no Espaço e na Paisagem. A partir deste momento, um foco mais preciso a respeito da dialética será traçado, visando uma melhor compreensão no que diz respeito a esse método de análise importante e muito utilizada na ciência, principalmente nas ciências sociais, na qual a Geografia encontra-se inserida.

O debate a respeito da dialética existe desde o tempo dos filósofos gregos. Trein (2001) salienta que, “[...] a dialética significava a arte do diálogo, a arte de discutir” (p. 161), com o objetivo de realizar a distinção entre as coisas, através da classificação primária das ideias para posteriormente discuti-las, em busca de uma verdade embasada na razão. Partindo deste pressuposto, Trein (2001) defende que o homem não deve crer nas ideias derivadas da razão, mas sim buscar a compreensão dos fatos como eles são, por meio da experiência refletida, tentando evitar qualquer tipo de interferência que modifique a realidade à medida que sua compreensão é buscada.

Transportando este pensamento para a Geografia, esta “consciência refletida” surge nos momentos em que o geógrafo encontra-se em campo, investigando, observando e coletando informações da realidade, buscando a compreensão dos fenômenos ali materializados, analisando a fundo o ambiente e as relações que compõe determinado ambiente. A partir desse contato direto com o objeto de estudo, o cientista tem a possibilidade de compreender a essência dos fenômenos materializados na paisagem/espço, tornando possível a inferência de verdades embasadas na razão, sobre a realidade estudada, buscando a compreensão das particularidades que caracterizam o objeto em questão.

Assim sendo, o geógrafo enriquece seu arcabouço conceitual e científico, tornando-se um cientista melhor qualificado e melhor comprometido com suas análises, fazendo do trabalho de campo uma importante metodologia para o conhecimento do mundo e, a partir deste conhecimento, ações possam ser direcionadas buscando melhorias na qualidade de vida e na qualidade ambiental do

locus onde homem e natureza convivem, mesmo que nem sempre em harmonia, possibilitando melhores perspectivas às gerações futuras.

Neste contexto, a realidade é absorvida pelos sentidos por meio da percepção de mundo que o indivíduo possui, fazendo com que o mundo seja compreendido na “multiplicidade de suas qualidades”, qualidades estas que de acordo com o autor, são absorvidas pela “certeza sensível”, até o momento em que se atinge um “pensamento universal incondicionado”. Com isso, como dito por Trein (2001):

Ali o objeto se apresenta somente como força; ele é pura manifestação, segundo leis bem determinadas. Mas força não é outra coisa que conceito, pensamento do mundo sensível, reflexão desse mundo sobre si mesmo, mediado pela consciência. Aquele pensamento do mundo sensível, que se manifesta à consciência como o lado vazio desse mundo – o supra-sensível –, torna-se o interior, a essência do mundo em um sistema de leis. Essas leis, leis da experiência, situam-se além dos fenômenos e constituem, assim, sua própria sustentação. (TREIN, 2001, p. 165).

A importância e a confiabilidade dos trabalhos de campo na Geografia são consolidadas. O campo contribui tanto para a Geografia, quanto para o geógrafo, trazendo à tona percepções e reflexões sobre o espaço e o homem, analisados por meio dos sentidos e embasados na razão e no empirismo, como forma de buscar uma explicação científica verdadeira da realidade. Baseando-se na razão, o homem passa a conhecer a essência dos fenômenos, por meio de uma metodologia que analisa em pormenores as diversas características do seu objeto de estudo e considera a percepção pessoal do homem como viabilizadora de um conceito elaborado a partir dos sentidos, os quais por sua vez são regidos por uma metodologia que os tornam uma realidade cientificamente comprovada, uma verdade.

O trabalho de campo desta maneira pode ser considerado como sendo um procedimento metodológico que se importa com a proximidade cientista-objeto, considerando suas percepções pessoais, e não pautada somente em um cientificismo frio, que isola seu objeto de estudo e desconsidera o fator humano em sua análise, fazendo da percepção humana, uma via dialética na produção de conhecimento científico, quebrando com a idéia de uma ciência tida como “fria” e “calculista”. Ao entrar em contato com o objeto de estudo, o geógrafo passa a entendê-lo de uma maneira mais complexa, percebendo diversas características que passariam despercebidas, caso este contato íntimo não se realizasse.

O “Mundo sensível e supra-sensível, fenômeno e lei identificam-se no conceito” Trein (2001, p. 165). Como defendido pelo autor, o empirismo, a consciência e a reflexão do indivíduo sobre o que é analisado por meio dos sentidos, geram um avanço a respeito do conhecimento sobre determinado assunto, ao mesmo tempo em

que estimula e desenvolve o senso científico do pesquisador o qual, cada vez mais, vê-se como um conhecedor da sua área de estudo, tornando-se um melhor profissional, tanto em relação ao conhecimento adquirido, quanto em relação ao conhecimento sobre a ciência, no caso a Geografia, em que este possui formação.

A partir do momento em que o pesquisador coloca em prática uma das principais metodologias, utilizadas desde os primórdios, não só da Geografia, mas também dos demais conhecimentos adquiridos pelo homem sobre quaisquer áreas onde, cede-se lugar ao elemento humano e ao respeito aos seus sentidos e percepções na produção científica, estreitando um pouco mais a relação Homem-ciência, ao mesmo tempo em que há um importante avanço metodológico na Geografia, a partir da retomada de uma das mais antigas, eficientes e importantes procedimentos metodológicos para a compreensão do mundo. Os trabalhos de campo, que, em alguns casos por vários anos foram, e ainda são, colocados em segundo plano dentro da ciência geográfica, ainda possuem um grande valor na formação humana do indivíduo e na produção fidedigna de ciência. Os trabalhos de campo tornam possível a análise profunda de um objeto de estudo devido ao fato de que, como dito por Trein (2001),

A razão, através de um movimento que percorre a natureza, a consciência, a ética, a cultura, a moral, a religião e, por fim, a obra de arte, conquista mais e mais a realidade e assim conhece a si mesma chegando à certeza de si – ela se torna um saber absoluto. (TREIN, 2001, p.165).

Reafirmando a importância deste procedimento metodológico para o profissional geógrafo, o qual, por meio deste, prepara-se para abordar as mais diversas situações em sua profissão, ao mesmo tempo em que o conhecimento geográfico avança por meio desta mesma lógica metodológica, proporcionando um desenvolvimento intelectual da sociedade, a qual, teoricamente, progride cada vez mais em rumo a melhores condições de vida, igualdade e coletividade.

Esta lógica, segundo Trein (2001) parte de conceitos abstratos e vazios, nascendo da intersecção entre o ser e a “ideia que não existe”, o “nada”. A partir do momento em que o ser entra em contato com os fenômenos e passa-se a refletir sobre eles de maneira lógica, as ideias se originam, frutos dessa dialética “ser” – “nada”. Esse contato dá-se nos momentos de campo, em que o indivíduo vê-se envolvido com seu objeto de estudo, criando um relacionamento próximo entre si. Esta aproximação acaba fazendo com que as características dos fenômenos/objetos, tornem-se mais latentes, assim como a percepção do indivíduo é aguçada possibilitando, por meio

dessa interatividade, a captação da essência geográfica dos fenômenos, possibilitando ao geógrafo, uma análise mais complexa e comprometida do seu objeto de análise.

Desta maneira, pode-se dizer que os momentos de trabalho de campo são de grande valor para a formação profissional do geógrafo, devido ao fato de que essa relação sujeito-objeto acaba por moldar o indivíduo e estimula o aprendizado, transbordando as metodologias convencionais, que muitas vezes desconsideram o fator particular humano no estabelecimento de conceitos, ao passo que o trabalho de campo, estimula os sentidos, as percepções, lidando com as emoções do geógrafo de uma maneira mais intensa do que seria em seu gabinete, proporcionando a este profissional uma formação mais complexa e globalizante, considerando tanto teoria, quanto prática, atreladas a fatores humanos, sensoriais e perceptivos, os quais contribuirão para a construção de um profissional mais humano, capacitado e aberto tanto às relações interpessoais, quanto ao conhecimento geográfico adquirido em seu estado mais puro, por meio do empirismo que o campo proporciona. Assim sendo, é um erro deixar este procedimento metodológico, que moldou a Geografia desde seus primeiros tempos em segundo plano.

Como já afirmado, esta prática empírica está presente na Geografia desde seus primórdios, quando pesquisadores percorriam o mundo todo em busca de um contato íntimo com diversas particularidades, tanto naturais quanto sociais, a fim de estudá-las da maneira mais fidedigna possível, baseando-se em observações, anotações e em uma vivência atrelada ao seu objeto. Esta vivência por sua vez embasaria as percepções do pesquisador sobre seu elemento de estudo, possibilitando-o inferir sobre diversas características daquela realidade em específico, como forma de elaborar um estudo globalizante e fidedigno deste fenômeno; estudo este com um caráter científico-empírico, portanto, pautado nas leis do conhecimento logo, com totais possibilidades de tornar-se uma verdade científica.

Desta e de diversas outras formas a ciência se procede. A partir de estudos *in loco*, experimentos de laboratório, observações sistematizadas, anotações e retomadas de teorias anteriormente elaboradas e defendidas, a ciência se desenvolve em uma linha temporal nada linear, com diversas nuances tortuosas, becos sem saída, retrocessos, e atalhos paradigmáticos. Além disso, há também uma interferência do *status-quo* dominante de seu tempo, o qual acaba por influenciar de maneira decisiva os rumos do conhecimento científico no mundo atual, a ponto de substituir as bases “libertadoras e igualitárias” da ciência por um novo paradigma político, social e econômico, o qual se materializa em todos os níveis das relações humanas, desde a macro-estrutura de poder, até o “mero” cotidiano das pessoas das classes sociais menos abastadas. Este “novo paradigma” como será explicitado

posteriormente caracteriza-se como uma “ciência monopolizada”, possuída como uma relíquia preciosa, ao mesmo tempo em que possui um caráter de um estratégico “refém de guerra”, o qual possibilita ao seu “possuidor” um relativo “poder” sobre os demais que “não o possuem”, criando de certa forma, uma considerável diferenciação na capacidade de negociação entre países díspares, além de inúmeras discrepâncias em nível social, político e econômico.

Boaventura de Souza Santos (1988) expõe esse novo paradigma nos mostrando que, se nos atentarmos em analisar a questão da ciência atualmente, podemos perceber que em pleno final do século XX esta ciência, dita tão avançada quanto as mais avançadas das tecnologias, em muitos casos ainda mantém suas bases em pretextos apresentados por teóricos que teceram suas premissas em um tempo distante, entre os séculos XVI, que marcam o nascimento da ciência moderna, e o século XIX. Contudo, ao se analisar esta questão mais a fundo:

[...] verificamos com surpresa que os grandes cientistas que estabeleceram e mapearam o campo teórico em que ainda hoje nos movemos viveram ou trabalharam entre o século XVIII e os primeiros vinte anos do século XX, de Adam Smith e Ricardo a Lavoisier e Darwin, de Marx e Durkheim a Max Weber e Pareto, de Humboldt e Planck a Poincaré e Einstein. E de tal modo é assim que é possível dizer que em termos científicos vivemos ainda no século XIX e que o século XX ainda não começou, nem talvez comece antes de terminar. (SANTOS, 1988, p. 46).

Considerando-se a potencial evolução do conhecimento humano pautado no desenvolvimento de tecnologia, podemos crer que o desenvolvimento das comunicações aumentará a interatividade entre o Homem, ao mesmo tempo em que cria uma tendência cada vez maior do desenvolvimento científico. Porém, este desenvolvimento científico deve ser pautado dentro de “limites”, os quais estabelecerão até que ponto este avanço do conhecimento deve chegar; considerando as diversas consequências que esta evolução trará à sociedade e à natureza, possivelmente provocando alterações nas características sociais e ambientais no século XXI.

Todavia, este salto qualitativo da ciência, somado ao desenvolvimento descompassado das nações, possivelmente atingirá um ponto onde passarão a ocorrer catástrofes ecológicas, grandes guerras, além de outros problemas consideráveis, os quais afetarão a sociedade como um todo; aliando de maneira descompassada, avanço tecnológico, qualidade de vida e preservação ambiental.

O desenvolvimento da ciência, desde a revolução científica do século XVI, gerou importantes modificações de ordem técnica e social no mundo, a ponto do homem passar a refletir sobre si mesmo e sobre todas as demais coisas. Passado

todo esse tempo, o homem fez-se agente e produto de suas próprias transformações, transformações estas que a aceleração contemporânea tornou mais dinâmicas e vorazes, atingindo um ponto em que as mudanças passaram a ocorrer de maneira tão rápida e corriqueira, que o homem não é mais capaz de acompanhá-las, ficando à mercê desta evolução científico-tecnológica que, no mais banal dos casos, pauta sua vida e direciona suas decisões individuais e coletivas fazendo disso, como defendido por Santos (1988), um paradigma ambíguo e complexo dos nossos tempos.

Como tratar o conhecimento atual? Como este conhecimento exerce influência, positiva ou negativa, à vida cotidiana, à medida que se pode observar que a parcela da sociedade que o “domina”, possui melhores condições de vida do que àquelas que não o possuem e por eles são dominadas? De acordo com Santos (1988), este modelo de paradigma dominante, embasado pela racionalidade, teve sua origem a partir da revolução científica (séc. XVI), e desenvolveu-se ao longo dos séculos posteriores atingindo as ciências sociais a partir do séc. XIX, colocando em lados opostos o senso comum e as “humanidades”.

Esta oposição deu-se, a partir do momento em que a racionalidade científica “[...] nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que se não pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” Santos (1988, p. 48), rompendo com o paradigma científico vigente até então, o qual possuía um caráter diferenciado.

Este novo paradigma científico pautado em uma nova visão sobre o mundo busca uma libertação entre o homem e todas as formas de autoridades e dogmatismos, levando a uma ruptura entre conhecimento científico e senso comum e entre homem e natureza, ao passo que, como dito por Santos (1988), “Ao contrário da ciência aristotélica, a ciência moderna desconfia sistematicamente das evidências da nossa experiência imediata. Tais evidências, que estão na base do conhecimento vulgar, são ilusórias.” (p. 49). Com isso, um pensamento libertador se inicia, modificando profundamente os paradigmas vigentes na sociedade da época e nas futuras, as quais serão pautadas pela ciência a qual, numa alusão à Francis Bacon; “[...] fará da pessoa humana “o senhor e o possuidor da natureza.” (p. 49).

Baseando-se nestas premissas, o conhecimento científico transcende limites, concomitantemente às observações sistematizadas sobre os fenômenos, as quais são realizadas e embasadas de acordo com conhecimentos prévios, que por sua vez são adquiridos através de experiências sensíveis. Boaventura de Souza Santos defende que,

As ideias que presidem à observação e à experimentação são as ideias claras e simples a partir das quais se pode ascender a um conhecimento mais profundo e rigoroso da natureza. (SANTOS, B.S., 1988, p. 50).

Por meio do conhecimento lógico da quantificação, os objetos são analisados e incorporados pelo homem, ao mesmo tempo em que o método científico acaba por sistematizar uma complexidade em diversas partes, com o objetivo de criar condições para um melhor entendimento das características deste objeto. Devido à grande complexidade do mundo em que vivemos, faz-se necessária a divisão dos fenômenos para melhor entendê-los.

Desta forma, a análise das características dos objetos e dos fenômenos faz-se possível, mesmo que uns sejam complexos, e outros simples, uns criados pelo homem e outros “naturais”, a partir do momento em que uma relação dialética entre uma vertente racionalista, a qual busca a compreensão dos fenômenos por meio da reflexão sobre estes, é somada a uma visão empiricista sobre o objeto em questão.

A união destes focos dialéticos de análise torna possível uma percepção mais fidedigna da essência do fenômeno estudado, possibilitando ao observador, no caso o geógrafo, tecer uma análise melhor embasada, garantindo a compreensão dos fatos de uma maneira sólida e condizente com a realidade, validando sua análise como um conhecimento científico, a partir do momento onde Racionalismo e Empiricismo relacionam-se em busca de uma melhor metodologia de análise. Por sua vez, a ciência moderna se embasa no estudo destes fenômenos, atingindo o conhecimento científico teórico por meio de “[...] pressupostos epistemológicos e das regras metodológicas já referidas [...]” Santos, B. S. (1988, p. 50), com o objetivo de se chegar a conclusões, a leis que expliquem o comportamento dos fenômenos, conclusões estas baseadas nas regularidades observadas por meio da experimentação.

Ao mesmo tempo, estas leis que buscavam a explicação destes fenômenos, na maioria das vezes naturais, passaram a ser incorporadas à tentativa de explicar o comportamento do cotidiano da sociedade. Porém, desde seus primórdios, a ciência moderna tende a ser dominada pela elite social, a qual passou a basear-se em uma “racionalidade hegemônica” para explicar o mundo, buscando conclusões equivalentes às que explicavam os fenômenos naturais, e adaptando-os como uma tentativa de descobrir e esclarecer as leis que regiam a sociedade, a qual era pensada como um sistema orgânico, porém que sempre tenderia a proporcionar privilégios às classes sociais mais abastadas, ao mesmo tempo em que funcionaria como um organismo

natural, sendo da mesma forma susceptível à leis que regeriam sua conduta através do tempo.

Posteriormente, já no século XVIII este pensamento avança criando condições para o surgimento do iluminismo, que posteriormente dará origem às ciências sociais no século XIX. Como defendido por Santos (1988),

A consciência filosófica da ciência moderna, que tivera no racionalismo cartesiano e no empirismo baconiano as suas primeiras formulações, veio a condensar-se no positivismo oitocentista. Dado que, segundo este, só há duas formas de conhecimento científico – as disciplinas formais da lógica e da matemática e as ciências empíricas segundo o modelo mecanicista das ciências naturais – as ciências sociais nasceram para ser empíricas. (SANTOS, 1988, p. 52).

Com isso, as ciências sociais ganham uma metodologia e uma epistemologia própria, a qual permite o estudo do homem e também das relações que este tece com o mundo, de uma maneira particular, distinguindo de maneira correta Homem e Natureza, tornando possível um conhecimento científico de fato a respeito das características sociais do homem, sob o ponto de vista do mesmo. Este conhecimento é obtido a partir do momento em que os fatos são reduzidos a uma dimensão em que seja capaz observá-los e medi-los, a partir de investigações, coleta e análise de diversos dados sobre os fenômenos em questão.

Contudo diferentemente das ciências naturais, as análises elaboradas pelas ciências sociais exigem um maior grau de complexidade e abstração, visto a grande dimensão que as explicações destes fenômenos exigem. Inúmeros fatores tendem a direcionar e dimensionar os fenômenos sociais, de modo obrigando as ciências sociais a buscarem caminhos para explicá-los. Devido a fatores históricos, sociais e culturais pautados em subjetividades, aliados aos diversos e complexos paradigmas existentes nas ciências sociais e também a necessidade de um tempo considerável para os estudos sejam concluídos, as ciências sociais são consideradas como “atrasadas” em relação à elaboração de teorias e construção de conhecimento de fato no momento em que são comparadas com a produção científica das ciências exatas, ditas mais “simples” e “diretas”, devido ao fato destas últimas atingirem seus resultados em um tempo teoricamente menor e seus resultados parecerem mais palpáveis do que os resultados das pesquisas nas áreas das ciências sociais.

A ciência social será sempre uma ciência subjetiva e não objetiva como as ciências naturais; tem de compreender os fenômenos sociais a partir das atitudes mentais e do sentido que os agentes conferem às suas ações, para que o que é necessário utilizar métodos de investigação e mesmo critérios epistemológicos

diferentes dos correntes nas ciências naturais, métodos qualitativos em vez de quantitativos, com vista à obtenção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, em vez de um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético. (SANTOS, 1988, p. 53).

Devido à necessidade de se analisar os fatos ao longo de um determinado espaço de tempo, com o objetivo de chegar-se a conclusões satisfatórias, os estudos em ciência sociais demandam uma maior quantidade de tempo para serem concluídos, visto que lidam com o ser humano e toda sua complexidade, sem falar das relações homem-natureza, por sua vez, tão complexas quanto.

A revolução científica do século XVI torna este pensamento ainda mais complexo, a partir do momento em que incorpora os pensamentos de distinção homem-animal e cultura-natureza no pensamento filosófico em relação ao ser humano, tanto baseado nas ciências naturais, quanto nas ciências sociais, buscando explicar os paradigmas existentes através de uma união destas duas áreas do conhecimento, atingindo o patamar de “ciência moderna” a qual por sua vez, carrega vestígios dos paradigmas anteriores ao mesmo tempo em que transcende seu tempo em busca de outro paradigma científico. Esta transição ocorre em meio a adversidades e sobre um substrato não muito consistente, levando a crer que, como defendido por Santos, B. S. (1988), “[...] o modelo de racionalidade científica que acabo de descrever em alguns dos seus traços principais atravessa uma profunda crise.” (p. 54).

Como afirmado por Santos, B. S. (1988), este período de revolução científica, que se estende desde muito tempo atrás, tende a estar próximo do fim, devido a inúmeras condições, tanto sociais quanto teóricas. Dentre as condições teóricas, SANTOS, B. S. (1988) afirma que, com o grande avanço do conhecimento, pode-se perceber o quão frágeis são os pilares que o sustenta de modo que, se um método não for aplicado da maneira correta, respeitando os limites de análise e os limites do objeto, a análise desta estrutura será “contaminada”. Ao mesmo tempo, em que se contesta a eficiência e os limites do método utilizado para se estudar os fenômenos e os objetos, tanto das ciências sociais quanto das ciências naturais, visto que “[...] como qualquer outra forma de rigor, assenta num critério de seletividade e que, como tal, tem um lado construtivo e um lado destrutivo.” Santos, B. S. (1988, p. 56), cabendo ao cientista respeitá-lo de maneira fiel, buscando atingir resultados que comprovem seus estudos/hipóteses por meios cientificamente legítimos e confiáveis, mesmo que para isso seja necessária a fusão de diversos ramos científicos, tanto os que dizem

respeito às ciências naturais, quanto aos das ciências sociais, como forma de se buscar a verdade científica em sua mais pura essência.

Esta dinâmica científica, aliada a diversas outras teorias que dizem respeito à crise sobre como o paradigma dominante da ciência se encontra, tem por objetivo possibilitar uma reflexão a respeito dos diversos rumos epistemológicos que o conhecimento científico tem tomado ao longo do tempo até os dias atuais, pensando desde a postura dos “cientistas-filósofos” perante estes paradigmas, passando pelas revoluções científicas dos séculos XIX e XX e pelas questões sociais envolvendo o desenvolvimento da ciência moderna, criando novas vertentes epistemológicas, as quais em muito contribuíram para o desenvolvimento da ciência como a temos atualmente.

Uma das vertentes deste novo pensamento é o questionamento a respeito do conceito de lei que se fundamenta no princípio de que para se formularem as leis naturais, deve-se considerar que os fenômenos observados são dependentes apenas de

[...] um conjunto razoavelmente pequeno de condições (as condições iniciais) cuja interferência é observada e medida. Esta idéia reconhece-se hoje, obriga a separações grosseiras entre os fenômenos, separações que, aliás, são sempre provisórias e precárias uma vez que a verificação da não-interferência de certos fatores é sempre produto de um conhecimento imperfeito, por mais perfeito que seja. (SANTOS, 1988. p. 57).

Desta forma, as leis são baseadas em questões probabilísticas, as quais buscam a verdade por meio de aproximações, podendo ser contestadas a qualquer momento. Estas leis possuem o intuito de garantir a confiabilidade do conhecimento em questão, comprovando por meio de probabilidades e aproximações a natureza dos fenômenos, muitas vezes simplificando a realidade a ponto de limitar a utilização de outros ramos do conhecimento para complementar as explicações dos fenômenos, restringindo os limites da ciência na busca de um conhecimento cada vez mais globalizante.

Há também uma importante reflexão epistemológica que versa sobre o conteúdo deste conhecimento científico. Santos (1988) aborda esta reflexão defendendo que,

Sendo um conhecimento mínimo que fecha as portas a muitos outros saberes sobre o mundo, o conhecimento científico moderno é um conhecimento desencantado e triste que transforma a natureza num autômato, ou, como diz Prigogine, num interlocutor terrivelmente estúpido. (SANTOS, 1988, p. 58).

A partir desta afirmação, pode-se dizer que os limites do conhecimento humano devem ser muito bem esclarecidos e estarem contidos de maneira coerente dentro dos limites da metodologia utilizada para a realização dos estudos, além do fato de que as impressões do interlocutor a respeito da natureza observada devem ser levadas em conta no momento da elaboração das análises e formação de conceitos, como forma de garantir ao interlocutor a incorporação das características do fenômeno observado, de modo que este tenha condições de construir um conceito consistentemente embasado sobre determinado fenômeno.

O rigor metodológico que a ciência é submetida acaba por criar alguns entraves durante o processo de sua produção, indo contra os ideais libertadores da ciência a partir do momento em que esta passou a servir à uma indústria que busca cada vez mais a acumulação de capital, atrelando a ciência aos interesses do capital, os quais acabam por definir as prioridades a serem pesquisadas.

Como defendido por Santos (1988), “A industrialização da ciência manifestou-se tanto ao nível das aplicações da ciência como ao nível da organização da investigação científica.” (p. 59), ao passo que os interesses das potências hegemônicas são defendidos por meio da capacidade de produção científica, embasadas pelo poder financeiro que estas potências possuem, tornando as relações dentro da comunidade científica desiguais, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento científico e tecnológico desigual entre os países, “[...] contribuiu para o aprofundamento do fosso.” (Santos, 1988. p. 59).

Desta forma, como concluído por Santos (1988), as determinantes sociais e teóricas acabam por dinamizar a produção científica a um ponto nunca antes visto na história da humanidade. Este avanço deve-se em grande parte à revolução científica e a busca por novos caminhos e novas áreas do conhecimento, as quais possibilitem o melhoramento das condições da vida humana, mesmo que para isso sejam necessárias reformulações conceituais, teóricas, metodológicas e epistemológicas, com o objetivo de se alcançar o conhecimento da maneira mais eficiente possível, fazendo com que a ciência tenha um salto paradigmático, em busca de uma melhor compreensão da realidade de modo que esta acabe influenciando positivamente o desenvolvimento da sociedade em todos os seus aspectos de maneira igualitária.

Este salto paradigmático só é possível à medida que as sínteses pessoais a respeito do conhecimento em algum campo da ciência são elaboradas e sistematizadas, ao mesmo tempo em que esta nova revolução científica, de acordo com Santos (1988), mostra-se com uma estrutura diferente da ocorrida no século XVI, visto que:

[...] ocorre numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente). (SANTOS, 1988, p. 60).

Porém, ao analisar a realidade condizente à ciência do mundo atual, percebe-se que este chamado “salto paradigmático” na realidade se mostra timidamente presente, e este “viés social” defendido pelo autor ainda está distante de tornar-se realidade. Basta um breve olhar sobre o histórico a respeito das grandes corporações e das grandes potências, principais produtoras de ciência no mundo atual, para vir à tona novamente o caráter hegemônico das mesmas. As grandes corporações acabam por monopolizar o conhecimento científico, por meio de um alto poder de investimento em centros de pesquisa, assim como o grande financiamento de pesquisas, estas que na grande maioria das vezes são voltadas para o descobrimento de novos “produtos”, ditos como “básicos” ao homem (remédios, higiene pessoal, alimentos), atrelando o desenvolvimento da ciência ao desenvolvimento de uma “marca” capitalizável.

Assim sendo, o conhecimento humano passa a ser vendido em um ambiente mercadológico nenhum pouco justo, de modo que a monopolização da ciência por um poder hegemônico acabe surtindo efeitos negativos à sociedade como um todo. Este fato vai contra os princípios da ciência, os quais defendem que o conhecimento científico deve ser de propriedade da humanidade, não havendo distinção entre os homens; com isso, pode-se inferir que o monopólio científico age contrariamente aos princípios da própria ciência, ao mesmo em tempo que da maneira como está imposto na sociedade atual, vai contra os princípios do uso da ciência em prol da manutenção de um bem estar da humanidade em geral, proporcionando avanços significativos rumo a uma melhor qualidade de vida que atinja a todos, reduzindo com o passar do tempo, as inúmeras disparidades existentes na sociedade global.

Como dito por Santos (1988), para isso, faz-se necessária a extinção da dicotomia mecanicista existente entre ciência social e ciência natural, a qual coloca em conflito os conceitos de homem, cultura e sociedade. A história e os processos moldam-se ao mesmo tempo, influenciando um no outro, o que por sua vez direcionam os rumos da humanidade a qual, por meio do desenvolvimento da ciência, busca alternativas para melhor se adaptar a essas mudanças em busca de uma melhor condição de vida. Reciprocamente, ciência e humanidade desenvolvem-se, hora avançando, hora retrocedendo, conseqüentemente influenciando na cultura humana, ao mesmo tempo em que novos paradigmas surgem para tomar o lugar dos que a pouco foram quebrados, em uma busca incessante da substituição das distinções entre natureza-cultura, mente-matéria, coletivo-individual, como forma de

criar avanços nas ciências que de fato proporcionem melhorias na vida da coletividade humana, ao mesmo em tempo que rompe com o paradigma de uma ciência hegemonizada pelas potências econômicas em busca de uma democratização da mesma.

Ao considerar-se este avanço das ciências de um modo geral, deve-se destacar a evolução das ciências sociais no cenário mundial. Como defendido por Santos (1988),

Se pelo contrário, numa reflexão mais profunda, atentarmos no conteúdo teórico das ciências que mais têm progredido no conhecimento da matéria, verificamos que a emergente inteligibilidade da natureza é presidida por conceitos, teorias, metáforas e analogias das ciências sociais. (SANTOS, 1988, p. 62).

Esta ciência por sua vez é uma tentativa de se inferir sobre as particularidades das coisas por meio do conhecimento humano, embasado na experiência tanto pessoal (sensorial), quanto intelectual, adquirida através do tempo por meio de teorias, revoluções sociais, e dominações, criando uma tendência, pautada na compreensão dos diversos fenômenos e embasada em metodologias que se modificaram e se adaptaram ao longo do tempo, juntamente com a ciência, em uma tentativa de melhores explicações sobre o mundo.

Outro foco desta ciência foi à busca da compreensão sobre as particularidades dos eventos por meio do conhecimento humano, embasado na experiência tanto pessoal, quanto intelectual, adquirida através do tempo por meio de teorias, revoluções sociais e dominações, criando uma tendência de modo que este novo conceito de ciência criasse bases para o progresso do conhecimento humano rumo ao futuro. Santos defende este salto qualitativo a respeito do conhecimento afirmando que, “O sujeito, que a ciência moderna lançara na diáspora do conhecimento irracional, regressa investido da tarefa de fazer erguer sobre si uma nova ordem científica” Santos (1998, p. 63), em busca de um refinamento cada vez maior do conhecimento criado por esta ciência; tanto a ciência social, quanto a natural, de modo que possa garantir à sociedade um conhecimento libertador, que a transforme em agente e receptora dos processos, tanto naturais, quanto sociais, em um mundo cada vez mais interligado e dependente de uma relação o quão menos conflitante possível entre homem e natureza.

Esta relação se dada em condições de “biostasia” em prol da garantia da manutenção, tanto qualitativa quanto quantitativa da sociedade e da natureza, já que as ambas interagem entre si e fazem parte de um sistema amplo e único, o qual deve

ser mantido em uma biostasia dinâmica em prol da manutenção dos seres vivos em geral.

Santos, B. S. (1988) defende que a especialização que ocorre na ciência atual causa efeitos negativos na mesma. Segundo o autor, a ciência de hoje possui tantas ramificações, que buscam desmembrar os problemas em inúmeras pequenas partes, que acaba por esquecer-se de solucionar o problema inicial, geral. Isso sem falar no esquecimento do caráter humano no processo da produção científica, a qual exige que os pesquisadores tornem-se “máquinas pensantes” que busquem a produção científica (mercadológica) a qualquer custo, e em um espaço de tempo determinado pelo mercado globalizado, forçando-os a atingirem metas pré-determinadas quase que diariamente.

Quanto à especialização inicial da ciência, Santos (1988) também diz que a “parcelização” da ciência em diversos ramos acaba por criar diversas disciplinas que buscam a solução destes problemas, ao mesmo tempo em que as mesmas criam novos problemas. Essa divisão do conhecimento a respeito de determinados temas, como defendido por Santos (1988) faz com que os diferentes conhecimentos sejam convergentes entre si, à medida que o conhecimento se amplia e, à medida que soluciona problemas locais, criam suporte para o pensamento e a solução de questões mais gerais. Como dito por Santos (1988) “A ciência do paradigma emergente [...] incentiva os conceitos e as teorias desenvolvidas localmente a emigrarem para outros lugares cognitivos, de modo a poderem ser utilizados fora de seu contexto de origem”. (p. 66).

Este conhecimento pós-moderno priva por uma totalidade da ação humana enraizada em um espaço-tempo local, baseando-se em uma “pluralidade metodológica” em busca de uma “pluralidade científica” que busque a união das ciências naturais com as ciências sociais, mesmo que essa união seja quase impossível. Esta nova ciência também almeja uma pluralidade na escrita, de modo que apoia as características pessoais do cientista, a fusão de estilos, fazendo com que, teoricamente, a sistematização dos textos produzidos seja mais livre e direta.

Santos (1988) expõe ainda que a ciência moderna acabou fazendo com que o homem colocasse o empirismo em segundo plano, ao passo que esta nova ciência “[...] consagrou o homem enquanto sujeito epistêmico mas expulsou-o, tal como Deus, enquanto sujeito empírico.” (p. 66), alegando que a interferência humana não seria válida para a obtenção do conhecimento, colocando em lados opostos sujeito e objeto, fato que também contribuiu ainda mais para atrasar as ciências sociais em relação às ciências naturais. Porém, para os estudos em ciências sociais, a aproximação sujeito-objeto é de grande importância, ao passo que, a partir desse contato íntimo, o cientista

possuiria maiores condições de analisar seu objeto de estudo de maneira mais fidedigna, considerando suas percepções pessoais, em busca de uma análise globalizante de seu objeto: “Afinal, os objetos de estudo eram homens e mulheres como os que os estudavam.” Santos (1988, p. 67).

Para isso, adaptações metodológicas tiveram que ser feitas para separar de maneira correta o objeto de estudo e o sujeito analisado, que passaram a ser “uma entidade única”:

Isto mesmo se torna evidente se compararmos as estratégias metodológicas da antropologia cultural e social, por um lado, e da sociologia por outro. Na antropologia a distância empírica entre o sujeito e o objeto era enorme. O sujeito era o antropólogo, o europeu civilizado, o objeto era o povo primitivo ou selvagem. Neste caso, a distinção sujeito/objeto aceitou ou mesmo exigiu que a distância fosse relativamente encurtada através do uso de metodologias que obrigavam a uma maior intimidade com o objeto, ou seja, o trabalho de campo etnográfico e observação participante. (SANTOS, 1988, p. 67).

Mudanças ocorridas no mundo pós-guerra, atreladas aos avanços dos estudos antropológicos e sociológicos acabaram por modificar as metodologias de estudo do homem, ao passo que o pensamento sobre este passou a ser realizado de maneira horizontal, sem uma “superioridade de raças/classes”, aproximando pesquisadores dos seus objetos de estudo, possibilitando uma melhor compreensão destes. Concomitantemente, a ciência passou a ser o conhecimento sobre o homem e sobre todos os demais objetos existentes no mundo, “Por isso, todo o conhecimento científico é autoconhecimento.” Santos (1988, p. 67); e, a partir desse pressuposto, todas as outras coisas do mundo passam a ser descobertas e conhecidas, já que o homem, ao mesmo tempo que exerce influência, também é influenciado pelo meio em que vive, necessitando de um conhecimento mais completo possível sobre o máximo de fenômenos/objetos possível.

Da mesma forma, Santos (1988) defende que a ciência nasce e se desenvolve como um “ser independente”, autobiográfico, que tem a função de ampliar os limites humanos ao mesmo tempo em que ocorre uma aproximação entre sujeito e objeto, buscando sempre um melhor conhecimento deste por meio de inferências, as quais por sua vez têm a função de embasar ações que visem melhorias na condição humana, proporcionando um avanço qualitativo na sociedade como um todo.

Para isso, é necessária uma outra forma de conhecimento, um conhecimento compreensivo e íntimo que não nos separe e antes nos uma pessoalmente ao que estudamos. A incerteza do conhecimento, que a ciência moderna sempre viu como limitação técnica destinada a sucessivas superações, transforma-se na chave

do entendimento de um mundo que mais do que controlado tem de ser contemplado. (SANTOS, 1988, p. 68).

Neste sentido que o trabalho de campo na Geografia é defendido. À medida que o estudo da realidade dá-se *in loco*, fenômeno e observador passam a tecer uma relação dialética entre si, de modo que a compreensão do que está exposto dá-se de uma maneira efetiva em relação ao observador. Com isso, o trabalho de campo, abordado como uma metodologia empírica de estudo, possui a característica de proporcionar ao pesquisador um arcabouço de fenômenos observáveis e perceptíveis, tornando seu conhecimento sobre este objeto mais concreto; “Assim, ressubjetivado, o conhecimento científico ensina a viver e traduz-se num saber prático.” (Santos, 1988, p. 69)

Boaventura também defende no mesmo sentido que, a ciência pós-moderna considera a subjetividade como uma forma de produção de conhecimento, ao passo que correlações sobre o mundo, ou qualquer outro objeto de estudo do homem, podem ser traçadas a partir de métodos empíricos que levem em consideração as percepções pessoais, atreladas a reflexões embasadas em metodologias cientificamente aceitas, validando a produção de conceitos e conhecimentos sob metodologias diferentes das “tradicionais”.

Este “senso comum” como dito por Santos (1988) por ser prático e pragmático, proporciona ao observador a compreensão de determinados fenômenos a partir do contato entre estes, mesmo que este conhecimento seja *a priori* superficial, o “senso comum” não é embasado em métodos, porém é interdisciplinar, reproduzindo espontaneamente as características mais relevantes dos objetos à percepção do seu observador, fazendo com que analise e compreenda as particularidades de seu objeto de estudo de uma maneira concisa ao passo que, como dito por Santos (1988), “[...] o senso comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade.” (P. 70). O senso comum encarado sob este prisma e embasado em um conhecimento científico, pode dar origem à uma “nova racionalidade” (Idem, 1988); ao passo que este novo conhecimento é disseminado às pessoas “comuns”, e por elas assimilado, caracterizando, como afirmado pelo autor (1988) o salto mais importante do conhecimento científico, que se modifica em senso-comum, transformando-se em uma “ciência clara”, que elucida o homem, ao invés de açoiá-lo, tornando-os iguais, um perante o outro.

Nesta mesma vertente, Santos (1988) também tece comentários em relação à tecnologia, a qual deve embasar a busca por uma “sabedoria de vida” mais palpável (na ciência pós-moderna) do que a que temos hoje, como Descartes o fez, em relação à ciência moderna; mesmo que isso gere uma certa insegurança em relação ao futuro,

insegurança esta que Santos (1988) encara como resultado da reflexão epistemológica humana que, ao ser mais avançada que a prática científica concreta, pensa em questões além do seu tempo, colocando em xeque as experiências e seus resultados antes mesmo destes acontecerem, de modo que os cientistas, por vezes, sintam-se açoitados em relação à seus objetos de estudo, pois pensamentos como “[...] se todo o conhecimento humano é autoconhecimento, também todo o desconhecimento humano é autodesconhecimento.” Santos (1988, p. 71), acabam por coibir determinados eixos temáticos de pesquisas, possivelmente impedindo que um caminho em direção a um conhecimento futuro comece a ser traçado, mesmo com seus inevitáveis erros os quais, sob uma outra perspectiva, criam bases para novos acertos.

Deste modo, como defendido ao longo deste primeiro capítulo, o trabalho de campo é um importante procedimento metodológico que deve ser empregado cada vez mais dentro da Geografia, buscando um conhecimento o mais amplo possível, sobre a realidade dos diversos fenômenos passíveis de estudo desta disciplina. Assim sendo, os trabalhos de campo não devem ser deixados em segundo plano, tanto nas pesquisas, quanto na construção teórica, profissional e pessoal do geógrafo o qual, por meio deste procedimento metodológico de análise da realidade tem seu arcabouço teórico-conceitual complementado e solidamente embasado nos pilares da ciência moderna, possibilitando-o inúmeras percepções dos fenômenos e das relações humanas e naturais que se dão no espaço geográfico, na paisagem e em todos os demais *lôcus geográficos* existentes, de modo a direcionar e solidificar o conhecimento deste profissional, ao mesmo tempo em que contribui para sua formação pessoal, já que nestes momentos de campo, o contato interpessoal entre os participantes dá-se de maneira latente, contribuindo para o estreitamento dos laços afetivos e da troca de conhecimentos e experiências entre seus participantes.

3. CAPÍTULO 2 - O PAPEL DO EMPIRISMO NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA GEOGRAFIA – TRABALHO DE CAMPO

Para o embasamento teórico deste segundo capítulo foi utilizado principalmente o Boletim Paulista de Geografia nº 84, organizado pela AGB (Associação dos Geógrafos Brasileiros) – Seção São Paulo – Jul. 2006. Este boletim trata especificamente sobre os trabalhos de campo realizados na Geografia, salientando diversas metodologias, experiências, ferramentas e técnicas que este procedimento metodológico exige, e ao mesmo tempo proporciona aos seus realizadores, possibilitando ao geógrafo, uma gama de observações e compreensões da realidade de diversos fenômenos de seu interesse, tornando seus estudos mais complexos e globalizantes.

Para isto, esta publicação reúne uma gama de autores que ressaltam a importância do trabalho de campo na pesquisa e na formação do geógrafo, já que, de acordo com o editorial deste próprio boletim, assim como a ideia que este nos transmite ao longo dos seus sete artigos, é a de que

A Geografia não se faz apenas consumindo leituras ou fazendo pesquisas dentro de uma sala com ar-condicionado. Se faz também sujando os pés de barro ou de piche, sentindo o cheiro do mato ou da poluição dos automóveis, olhando nos olhos das pessoas, prestando atenção nos gestos e em cada detalhe da fala. Se faz usando todas as técnicas, interpretando a realidade e pensando nas possíveis maneiras de transformá-la. É muito difícil explicar as práticas de um Trabalho de Campo na forma de boletim. Mas esse BPG¹ teve esta pretensão e esperamos que auxilie a todos os leitores. É destinado a todos aqueles que sonham e, mesmo que falem contra, sabem que o sonho sempre será possível de ser realizado. Fica a sensação de dever cumprido e a vontade de que essa publicação ajude na formação de futuros professores, técnicos, pesquisadores e, acima de tudo, homens e mulheres. (BOLETIM PAULISTA DE GEOGRAFIA, 2006, p. 6.).

Assim sendo, a utilização desta publicação na elaboração do segundo capítulo deste Trabalho de Conclusão de Curso, é de fundamental importância para que o tema “Trabalho de campo e formação do geógrafo” seja explorado de uma maneira coerente e relativamente aprofundada, acrescentando informações, ideias e formas de análises da realidade, as quais só são possibilitadas por meio deste procedimento metodológico amplamente utilizado na Geografia desde sua gênese, com os pioneiros exploradores do novo mundo, sendo desenvolvido, modificado, ora exaltado, ora colocado em segundo plano. Contudo, o trabalho de campo é uma ferramenta essencial na compreensão das diversas realidades geográficas, assim como à sólida formação do bacharel geógrafo o qual, por meio deste escopo de técnicas e

percepções, concretiza suas ideias e pensamentos, firma e refuta conceitos, imagina e pensa sobre a realidade de um fenômeno geográfico *in loco* e, a partir destas reflexões, adquire reais condições de modificar a realidade em prol de um bem estar sócio-ambiental justo a todos os seres animados e objetos inanimados presentes no espaço geográfico, assim como desvendar suas relações mais intrínsecas e orgânicas, criando bases para um melhor entendimento da sociedade como um todo, a partir do momento em que encontra condições de analisar e modificar as relações ali existentes. Desta maneira, a produção de um conhecimento científico torna-se possível, garantindo a evolução da sociedade, apesar de uma maneira desigual, ao encontro de melhores condições existenciais em todas as instâncias, sejam elas políticas, econômicas, sociais, ambientais, e de quaisquer outros tipos.

Assim sendo, este boletim embasa de uma forma sólida e coerente as ideias expressas neste capítulo, o qual tem o objetivo de reafirmar a importância do trabalho de campo na Geografia e na formação do bacharel geógrafo. Por meio da análise das referências que compõe esta publicação, ideias serão levantadas com o objetivo de defender a aplicação e a importância desta prática, tanto no momento da formação dos futuros profissionais geógrafos, que lidarão com os trabalhos de campo ao longo de sua graduação, quanto aos geógrafos já bacharéis e/ou licenciados, os quais possuem o domínio de uma importante ferramenta que lhes põe de frente a um vasto horizonte de possibilidades, percepções, aplicações e análises tornando, tanto suas inferências, quanto seus conceitos, em estudos e aplicações mais eficientes e coerentes com as exigências imposta pela complexidade dos fenômenos.

Para isso, os principais autores utilizados na construção deste boletim buscam uma reflexão teórico-metodológica a respeito do trabalho de campo e a construção do conhecimento geográfico, mostrando que a produção deste conhecimento em específico se dá de maneira diferenciada perante a construção de conhecimentos em outras áreas da ciência. Os trabalhos de campo buscam, em sua essência, uma definição e conceituação dos fenômenos que estes se propõem a estudar. Por meio de diversas análises (cartografia, planejamento prévio, revisão bibliográfica, entrevistas, elaboração de esquemas mentais...) a respeito de variados recortes geográficos, este procedimento metodológico busca a superação de ambigüidades e dicotomias da Geografia, em uma tentativa de entender a totalidade dos fenômenos a partir da análise de uma diversidade de especificidades, buscando uma compreensão aprofundada das particularidades intrínsecas às totalidades do espaço geográfico dentro de certos limites teórico-metodológicos. Este exercício dá-se a fim de que se construa um mosaico de informações que expliquem da maneira mais completa e complexa possível a realidade do fenômeno estudado.

Através da observação e interpretação da realidade, o geógrafo acaba por compreender as verdades sobre determinado fenômeno, de maneira a buscar a explicação desta realidade por meio de inferências, as quais tendem a ser mais consistentes, já que os dados e informações foram coletados *in loco*, e muitas vezes pelo próprio responsável pela pesquisa. Desta maneira, a probabilidade de erros e manipulações nos resultados dos estudos é reduzida, ao mesmo tempo em que este procedimento metodológico enriquece o arcabouço metodológico da pesquisa que lhe emprega, ao passo que o trabalho de campo trata-se de um procedimento metodológico com bases dialéticas, onde o pesquisador funde-se com seu objeto de estudo em busca da compreensão de suas características. Ao mesmo tempo, o próprio pesquisador acaba por conhecer sua própria identidade e realidade de uma maneira mais complexa por meio deste conjunto de técnicas que, de acordo com Venturi (2006), “[...] representam a extensão das habilidades humanas e os instrumentos que as operacionalizam, a extensão de suas mãos e seus órgãos sensoriais”. (p. 69 - 70).

Deste modo, as informações serão coletadas no campo para posteriormente serem analisadas no gabinete, onde o geógrafo aplicará noções prévias sobre o assunto abordado, buscando a construção de um novo conhecimento, o qual refletirá em diversas instâncias da sociedade, já que este novo conhecimento pode abranger uma vasta gama de possibilidades, desde a construção de um instrumento material que auxiliará no dia a dia do homem, passando por teorias e métodos que beneficiarão os rumos da ciência e do conhecimento em diversas áreas (não só na Geografia), ou até mesmo a concepção de ideias e ideologias, as quais embasarão políticas sociais, ações do Estado, metodologias de pesquisa, e hasteamento de bandeiras em prol de determinada causa/ideologia. Estas ações por sua vez acabarão por justificar os investimentos públicos de recursos nas pesquisas e nas instituições (universidades) que realizam estas pesquisas, tornando-as mais democráticas, à medida que seus resultados são revertidos em benefícios à sociedade.

Uma maneira de o pesquisador utilizar-se das especificidades do trabalho de campo para propor uma modificação da realidade é por meio do contato interpessoal que este procedimento metodológico possibilita entre realizador e sujeito da pesquisa. Por meio de entrevistas, diálogos e observações, o pesquisador passa a estabelecer um decisivo contato com a realidade dos fenômenos, passando a entendê-los de uma melhor maneira, compreendendo a realidade da cena sócio-espacial em que aquele objeto encontra-se inserido, adquirindo a possibilidade de modificá-la qualitativamente, em benefício do homem e do meio em que este se localiza, tornando-se um participante ativo da pesquisa e do processo que esta implica, a partir do momento em

que o pesquisador deixa de ver seu objeto e passa a observá-lo de maneira analítica e crítica, e buscando uma conciliação entre teoria e prática, em prol da resolução dos problemas que envolvem seu objeto de estudo. O Boletim Paulista de Geografia nº 84 aborda o trabalho de campo neste sentido, de modo a ser um importante referencial de trabalho para o tema proposto nesta pesquisa, fornecendo ideias-chave para a compreensão dos trabalhos de campo na Geografia.

Os principais autores utilizados tanto para a composição do Boletim Paulista de Geografia nº 84, quanto para a construção deste texto foram Emerson Giumbelli, Valéria de Marcos, Paulo Alentejano, Rocha Leão, Luis Antonio Bittar Venturi, Yves Lacoste e Bernard Kaiser, estes que, de maneira complexa exploram as características e possibilidades deste procedimento metodológico, explanando consideravelmente sobre as particularidades do mesmo, concomitantemente à construção de um arcabouço teórico-conceitual sobre o tema, enfatizando a importância que o trabalho de campo possui em todos os momentos, não só da vida acadêmica do geógrafo, mas também perante sua postura política e crítica perante a sociedade em que este se encontra inserido. Assim sendo, esta publicação faz-se de grande importância a todos os geógrafos, já que lida com um procedimento metodológico e com ferramentas fundamentais em sua formação.

Dando continuidade à ideia, de acordo com Giumbelli (2002), ao se falar sobre trabalhos de campo, obrigatoriamente a imagem de Malinowski vem à mente. Geertz (1988 *apud* Giumbelli, 2002. p. 92) afirma que “Ele é o ‘etnógrafo do etnógrafo’, protagonista da “viagem paradigma para o outro-lugar-qualquer paradigma.””, ao passo que Malinowski defende em “Os Argonautas do Pacífico Sul” a fundamental importância que este procedimento metodológico apresenta em relação às ciências sociais, em especial à Geografia, a qual se utiliza amplamente da mesma com o objetivo de conhecer as diversas características das realidades, tanto sociais quanto naturais, nos mais diversos *lôcus* do mundo a fim de que, a partir destas percepções, haja a reafirmação de conceitos geográficos já existentes, assim como possibilitar a origem de novos conhecimentos científico-geográficos.

Nesta mesma vertente, Marcos (2006) defende em seus argumentos a importância do trabalho de campo para a produção de conhecimento geográfico, ao mesmo tempo em que considera este procedimento metodológico como sendo de grande importância para os seus participantes, a partir do momento em que possibilita a materialização/visualização da teoria previamente abordada. Assim, esta prática mostra-se de grande relevância não só para a sistematização de conceitos geográficos, mas também para criar uma base mais sólida à formação do bacharel geógrafo, a partir do momento em que este entra em contato com a realidade, e a

partir deste contato, é capaz de tecer relações, elaborar conceitos e ideias a partir da observação/percepção dos elementos ali abordados, ao mesmo tempo em que enriquece sua formação acadêmica. Assim, sua pesquisa é complementada por elementos que, anteriormente à saída de campo não se faziam presentes, de modo que a reflexão sobre estes novos componentes passem a agregar informações no escopo da pesquisa geográfica, enriquecendo este trabalho.

Falar sobre a importância do trabalho de campo para a produção do conhecimento geográfico, creio seja desnecessário. Penso que a maior parte dos geógrafos concorde com o fato de que a ida a campo seja um instrumento didático e de pesquisa de fundamental importância para o ensino e pesquisa da/na Geografia. Enquanto recurso didático, o trabalho de campo é o momento em que podemos visualizar tudo o que foi discutido em sala de aula, em que a teoria se torna realidade, se “materializa” diante dos olhos estarecidos dos estudantes, daí a importância de planejá-lo o máximo possível, de modo a que ele não se transforme numa “excursão recreativa” sobre o território, e possa ser um momento a mais no processo ensino/aprendizagem/produção do conhecimento. (MARCOS, 2006, p. 105.).

Para o pesquisador iniciar sua pesquisa empírica de fato, algumas preocupações vêm à mente. Como salientado pelo autor, o pesquisador acaba por se deparar com questões que envolvem a maneira que seu objeto de estudo deve ser abordado, como garantir que seu trabalho seja cientificamente confiável, dentre outras indagações. Assim sendo, antes de iniciar a pesquisa em si, o geógrafo deve elencar uma série de elementos que farão parte das entrelinhas do escopo da sua pesquisa, como forma de estruturá-la da melhor maneira possível, colocando-a no rol de uma *ciência comprometidamente produzida*, engajada no compromisso de desenvolver um conhecimento enriquecedor e que contribua para uma melhor justiça social, a partir do momento em que este conhecimento passa a ser utilizado de uma forma não-hegemônica e éticamente coerente.

Para que o desenvolvimento de um conhecimento seja efetivado, uma série de pressupostos deve ser seguida, a fim de que a pesquisa ganhe corpo. Primeiramente, o objeto da pesquisa deve ser conhecido a fundo, de forma a possibilitar ao pesquisador realizar inferências sobre este com certa autoridade. Para isso, uma aproximação entre pesquisador e objeto faz-se necessária como forma de se obter informações sobre este último, assim sendo, a ida a campo deve ser previamente estruturada, a fim de que dela sejam extraídas informações consistentes e relevantes à pesquisa. Estas informações obtidas por meio do contato íntimo entre pesquisador e objeto devem ser utilizadas com certa ética e cautela, como forma de não expor o objeto de estudo a situações que o prejudique, ao mesmo tempo em que o

conhecimento produzido a partir deste contato aja de maneira a transformar qualitativamente a realidade do seu objeto de estudo.

Neste contexto, Giumbelli (2002), defende que as ciências sociais já passaram por inúmeras transformações no que diz respeito a metodologias de análise do homem e do meio em que este se encontra inserido. Todavia, “[...] a opinião de que o trabalho de campo seja o método privilegiado da antropologia e a sobreposição entre etnografia e trabalho de campo parecem hegemônicas.” Giumbelli (2002, p. 92.), ao passo que este procedimento metodológico pode ser considerado como fundamental à formação do antropólogo, assim como na formação do geógrafo.

Deste modo, a ciência geográfica desde sempre baseou seus conhecimentos a partir da pesquisa empírica e sistematizada das realidades, buscando uma análise dos fenômenos no *locus* onde estes se materializam, como forma de amalgamar o máximo de informações possível para então, a partir destas, propor uma explicação científica do fenômeno. Estas pesquisas possuem a característica de serem amplamente flexíveis no que diz respeito aos seus objetos de estudo, assim como é passível de adaptações conforme os pressupostos teórico-filosóficos do pesquisador, tornando o trabalho de campo, uma metodologia relativamente aberta à fusões de conhecimentos de diversas áreas e com um amplo horizonte de análises, as quais variam desde aspectos sociais, culturais, naturais, dentre outros, de modo que como defendido por Carrithers (1996, *apud* Giumbelli, 2002, p. 93), “[...] o trabalho de campo pode assumir tantas formas quanto forem os antropólogos, os projetos e as circunstâncias [...]”.

Desta maneira, este procedimento metodológico mostra-se de grande importância para que a realidade de um determinado objeto de estudo seja descoberta. Neste sentido, Marcos (2006) aborda que o pesquisador deve imergir na cultura e nas características do fenômeno que procura estudar como forma de realizar uma análise mais profunda e consistente de suas características, utilizando para isso, as impressões que este capta nos momentos em que está em contato com seu objeto de estudo, no caso, nos momentos de campo que devem ser percebidos e registrados por meio da percepção do pesquisador, a qual deve buscar captar a essência dos fenômenos como forma de entendê-los, considerando para isto, as impressões pessoais do pesquisador e suas reflexões, derivadas do contato íntimo entre ele e seu objeto de análise.

Esta “imersão” do pesquisador em seu objeto de estudo, não quer dizer que o primeiro irá compor o corpo de seu objeto. O pesquisador deve se aproximar de seu objeto, porém essa aproximação deve respeitar certos limites, como forma do cientista não se confundir com seu objeto, de modo a “contaminar” sua análise. Como dito por Marcos (2006),

É necessário que o pesquisador *seja ele mesmo* e não represente ser o que não é para conquistar a confiança da comunidade a ser estudada. Sobretudo, se a intenção é colocar sua pesquisa a serviço da comunidade, é importante que o pesquisador continue sendo um pesquisador, e não tente “desaparecer como cientista” no interior da comunidade. É importante ter claro que demonstrar que estamos “do lado daqueles que estudamos”, não significa tornar-se um deles. (MARCOS, 2006, p. 112).

Assim sendo, a pesquisa realizada a partir deste contato íntimo com o objeto, renderá frutos que poderão ser utilizados de maneira a beneficiar o sujeito da pesquisa, a partir de um amplo conhecimento sobre este objeto, de seus problemas e anseios, o pesquisador terá condições de propor soluções e sugestões que busquem a melhoria das condições de existência seu objeto de estudo, seja este uma paisagem/espço/território, que será mais bem gerido; ou seja, este “objeto”, no caso seres humanos, que a partir do conhecimento elaborado pelo geógrafo ao relacionar-se com este, terão suas condições de vida melhoradas a partir de uma gestão política comprometida com esta possibilidade de melhoria. Assim, ao mesmo tempo em que o bacharel geógrafo tem sua formação complementada e refinada com a realização destes estudos empíricos, este profissional contribui com seu papel de cientista social, a partir do momento que, por meio de seus conhecimentos, gera melhorias às condições de existência da sociedade e da meio onde esta se encontra inserida, garantindo desta maneira, o papel do conhecimento científico como modificador da realidade vigente, libertador e engajado, como forma de garantir uma sociedade mais justa e igualitária em todas as instâncias.

Com isso, é reforçada novamente a eficiência deste procedimento metodológico empírico de estudo. A partir de observações e análises das características de um determinado fenômeno *in loco*, o pesquisador tem a possibilidade de realizar inferências, propor soluções e/ou modificar positivamente esta realidade.

Trata-se, enfim, de complementar aquilo que MAGNANI denomina de *olhar de perto e de dentro*, capaz de nos fazer apreender a verdadeira dinâmica do grupo, padrões de comportamento etc., àquele que denomina de *olhar de longe e de fora*, ou seja, um olhar distanciado do grupo, que permite uma visão do conjunto, amplia o horizonte de análise e complementa a perspectiva do *de perto e de dentro*, revelando, muitas vezes, dados e fatos que este *olhar de dentro e de perto* não permite observar e compreender [...] (MARCOS, 2006, p. 114).

Assim sendo, mais uma vez a grande relevância deste procedimento metodológico de investigação da realidade é comprovada. Por meio destes estudos, a

realidade é analisada e entendida, assim como os elementos e indivíduos que ali estão inseridos são estudados *in loco*, dentro de seu “habitat” e de uma maneira aprofundada, fazendo com que o geógrafo consiga captar a essência de seu objeto de estudo, ao mesmo tempo em que compreende os elementos geográficos e suas nuances no espaço. A partir desta compreensão, um pensamento coerente é estruturado, ligado com a realidade ali observada, dando origem a um conceito sobre uma verdade empiricamente formulada; desta maneira, este procedimento metodológico acaba por dar origem a um conhecimento científico a partir do contato entre pesquisador e objeto de estudo; produzindo ciência de maneira empírica. Eis o objetivo do trabalho de campo na Geografia, por meio da imersão do geógrafo em seu objeto de estudo, este profissional passa a captar diversas nuances que somente podem ser percebidas por meio desta intimidade, assim sendo, o trabalho de campo na Geografia mostra-se como sendo um importante procedimento metodológico de descobrimento da realidade, utilizado desde a Geografia clássica até os dias atuais, e não pode ser deixado em segundo plano pelos geógrafos atuais, já que proporciona diversos benefícios à compreensão da realidade.

Caso este abandono ocorra, as análises geográficas e os diversos estudos derivados da Geografia serão prejudicados, assim como formar-se-ão profissionais “menos capacitados” para lidar com as situações relativas à natureza e à sociedade nos dias atuais. Com isso, corre-se o risco de haver uma considerável queda na produção científica em alguns ramos da Geografia, assim como os estudos tornar-se-ão mais superficiais, limitando as análises de responsabilidade do geógrafo.

A realização de trabalhos de campo na Geografia, assim como sua possível proposta de “alteração positiva” de uma realidade específica acaba indo ao encontro dos pressupostos da ciência moderna, a qual defende a pesquisa e a descoberta de novos conhecimentos que contribuam para a manutenção da qualidade de vida do homem, ao mesmo tempo em que mantenha o meio ambiente em condições dignas para a manutenção dos diversos habitats e dos seres vivos que os compõe. Estas premissas têm o objetivo de garantir a longevidade da sociedade como um todo, analisando o mundo como um sistema interligado e interdependente, o qual busca um equilíbrio dinâmico, almejando a manutenção de si próprio e consequentemente a manutenção de todas as espécies, incluindo o homem; o qual se encontra inserido em todo este processo tendo o dever e a necessidade de zelar por esta manutenção.

Para isso, deve haver um conhecimento profundo das características de seu ambiente, e é neste sentido que o trabalho de campo permeia, buscando desvendar a realidade de múltiplos fenômenos afim de que este conhecimento possa contribuir para o desenvolvimento da ciência; por sua vez, este avanço científico influenciará

positivamente no cotidiano humano por meio da formulação de conceitos, teorias e ferramentas que orientarão a ação coletiva em prol de melhores perspectivas.

Eis o princípio da ciência, tornar a vida humana mais digna, buscando soluções para seus problemas da maneira mais “purista” possível, apesar de se saber que desde os primórdios esta ciência foi tendenciosa a algo que influenciara consideravelmente o paradigma dominante de sua época, de modo que muitas vezes, as “descobertas” vinham como embasamento da manutenção do *status-quo* e não o contrário, como a própria ciência propõe em seu caráter revolucionário e contestador das verdades hegemônicas por um poder arbitrário. Todavia, ao se realizarem estudos a partir deste procedimento metodológico (trabalho de campo), uma série de cuidados devem tomados.

O pesquisador deve ser atento às características reais do seu objeto de análise buscando evitar “contaminações” de quaisquer tipos no momento em que estas análises são realizadas. Também é importante que as observações sejam retratadas fielmente às suas características originais coletadas em campo. Geertz (1988, p. 143) *apud* Giumbelli (2002, p. 94) afirma que,

Nessa questão, há o pressuposto de que “estar lá” é fazer “trabalho de campo” e que a etnografia “escrita aqui” deve se apresentar como “um relato autêntico elaborado por alguém pessoalmente familiarizado com o modo pelo qual a vida ocorre em algum lugar, em algum tempo, entre algum grupo.” (GEERTZ, 1988, p. 143 *apud* GIUMBELLI, 2002, p. 94).

Desta maneira, o trabalho de campo ao mesmo tempo em que elabora uma abrangente análise sobre uma determinada questão, este procedimento metodológico também possui a característica de identificar e registrar as particularidades de seu objeto de estudo, de modo a criar uma base sólida de dados e informações sistematizadas, as quais se catalogadas sistematicamente podem dar apoio a diversos outros estudos, tanto na Geografia, quanto em outras ciências. Com isso, o trabalho de campo acaba extrapolando a faceta de um procedimento metodológico prioritariamente geográfico, mostrando que também pode ser empregado na pesquisa e descoberta de múltiplos conhecimentos sobre diversos gêneros, os quais poderão gerar bases para o desenvolvimento de variados ramos da ciência já que esta apesar de, em seu cerne existirem diversas dicotomias e labirintos paradigmáticos, ainda se baseia em uma ampla intersecção entre métodos e metodologias que ora se complementam, ora divergem, mas que em sua essência, buscam atingir a melhor compreensão sobre o fenômeno que propõe estudar.

Entretanto, desta realidade caótica, novas descobertas são originadas, se modificam ou sucumbem, contribuindo para a evolução humana a partir do cientificismo embasado em um criticismo que busca o discernimento entre a verdade e o senso-comum, como forma de orientar e julgar as ações do homem no sentido da sua evolução, mesmo que esta seja entendida de distintas maneiras; já que como se sabe, as prioridades humanas, e neste caso há de se considerar os poderes hegemônicos detentores de grande parte da produção científica, atualmente consideram a “evolução humana” no sentido de acúmulo de capital e poder, que se dá por meio das descobertas científicas, as quais como já ditas anteriormente acabam indo contra a essência científica, a qual busca a melhoria das condições humanas de maneira geral.

Retornando às especificidades dos trabalhos de campo na ciência geográfica, Giumbelli (2002) defende em seu estudo que no caso de Malinowski, o trabalho de campo possuía o objetivo de analisar as tribos a fim de obter uma percepção autêntica de suas características, apesar dos diversos obstáculos encontrados neste processo. Para embasar este estudo, o autor mostra que

[...] “o trabalho de campo”, devidamente integrado a problematizações teóricas, ao propiciar um “contato o mais íntimo possível” com o grupo estudado e permitir ao etnógrafo “tornar parte na vida da aldeia”, fornecia os dados que cumpririam os objetivos da pesquisa etnográfica através de seus “três caminhos”: a documentação estatística por evidência concreta, a atenção aos imponderáveis da vida real e a elaboração de um *corpus inscriptorum*”. Cada um dos caminhos correspondia a uma tarefa determinada e à produção de registros específicos: [...], (GIUMBELLI 2002, p. 97.).

Desta forma, torna-se possível a obtenção de informações sobre o objeto de estudo, as quais embasarão cientificamente as observações e as demais impressões que o pesquisador adquiriu *in loco*, no momento em que este obteve um contato de maior grau com as características do fenômeno estudado. Estas observações dão suporte para uma delineação mais precisa das características e dos limites do elemento em pauta, fazendo destas informações, um conhecimento científico fidedigno da realidade estudada, visto que nestes momentos em que objeto e observador interagem,

[...] se configuram as condições para um “relacionamento natural” entre o etnógrafo e os nativos, a tal ponto que o primeiro deixaria de “representar um elemento perturbador na vida tribal que devia estudar. (MALINOWSKI, 1978, p, 21 *apud* GIUMBELLI, 2002, p. 101).

Assim, o pesquisador passa a tornar-se parte do objeto estudado, independentemente se este tratar-se de seres animados ou inanimados, possibilitando um maior nível de detalhamento a respeito das características particulares que estes apresentam, de modo que seja possível a elaboração de inferências concretas sobre estas particularidades, ao mesmo tempo em que um conhecimento científico de caráter verdadeiro e realista é criado, já que este se baseará em uma metodologia específica e de caráter consistente, a qual enquadrará tanto objeto, quanto o estudo em si, aos moldes aceitos pela ciência “pré moldada”. Malinowski (1978, p. 20) *apud* Giumbelli (2002, p. 101), defende a real importância do trabalho de campo nas ciências sociais, mais precisamente na etnografia, quando este alega que para um estudo aprofundado das características de seu objeto, uma imersão nestas mesmas características faz-se necessária;

Para ele, o etnógrafo não conseguiria “observar” simplesmente vagando por uma aldeia: o que juntaria seria um “material morto”, que não podia levar a entender a verdadeira mentalidade e comportamento dos nativos. (MALINOWSKI, 1978, p. 20, *apud* GIUMBELLI, 2002, p. 20).

Para isso, faz-se necessária uma imersão nessa cultura “exótica” ao pesquisador, como forma de ampliar as percepções e sensações, as quais poderão captar mais fidedignamente a essência daquela realidade, possibilitando desta forma a produção de um conhecimento científico pautado em características reais, apreendidas por meio da, como dito por Malinowski, “observação compreensiva” sobre a verdadeira identidade do objeto, aliada a outras técnicas de compreensão da realidade, como as entrevistas por exemplo. Giumbelli (2002) considera a entrevista como sendo

[...] uma técnica bastante utilizada pelos antropólogos, parecendo ganhar maiores cuidados e aplicabilidade justamente entre aqueles cuja situação de pesquisa impede a observação participante nos moldes de um trabalho de campo. Exatamente por essa razão, tenho a impressão de que a entrevista assume, muitas vezes, o papel de simular o “trabalho de campo”, ou seja, permite obter uma “informação” de natureza igual àquela que seria registrada pela observação participante. (GIUMBELLI, 2002, p. 102).

Com isso, pode-se afirmar novamente que o trabalho de campo trata-se de um procedimento metodológico de grande importância para o conhecimento da realidade, e que este procedimento vem se desenvolvendo e se aperfeiçoando ao longo do tempo, resistindo à crises e avanços paradigma-epistemológicos tanto na Geografia, quanto na ciência de maneira geral, contudo esta prática ainda faz-se presente em

praticamente todos os centros que possuem curso de Geografia, apesar de que em alguns casos, nota-se um “esquecimento” do mesmo não só na pesquisa científica de maneira geral, mas também na própria ciência geográfica devido a entraves de diversas naturezas. E este “esquecimento” do trabalho de campo mostra-se prejudicial à ciência, Malinowski, (1978), p. 34 *apud* Giumbelli, (2002), p. 104, defende esta idéia mostrando que o trabalho de campo é essencial ao homem ““Talvez, pela compreensão de uma forma tão distante e estranha da natureza humana, possamos entender nossa própria natureza.””, e continua seu pensamento afirmando que este

[...] representa um empreendimento que se sustenta sobre o encontro de dois mundos. O encontro tem sua versão edificante: acabamos aprendendo algo sobre nós mesmo quando só queríamos desvendar a vida deles. E sua versa cínica: quando nos interessamos pelos outros é sempre a nós mesmos que desejamos encontrar. (GIUMBELLI, 2002, p. 104).

Desta maneira, novamente o trabalho de campo pode ser encarado como um importante momento de formação profissional e neste caso, principalmente pessoal e moral do geógrafo. À medida que este passa a conhecer a realidade dos fenômenos de uma maneira mais aprofundada, este passa a contestar e elaborar uma opinião crítica a respeito desta realidade. Com isso, cria-se a possibilidade da formulação de um conceito qualificador desta, ao mesmo tempo em que o sujeito adquire uma postura crítica e embasada em fatos estudados cientificamente, portanto verdadeiro segundo os preceitos até então defendidos neste trabalho, obtendo bases sólidas para realizar inferências e tomar uma postura estruturada diante dos fatos ali encarados, buscando uma análise crítica desta realidade, como forma de embasar uma postura ética do pesquisador perante seu objeto de estudo.

Assim, o trabalho de campo assume seu papel de desvendar as realidades, explicitando suas características mais intrínsecas e verdadeiras, embasando a construção de um conhecimento pautado na realidade dos fatos, rompendo com o pensamento cartesiano de que a verdade e as características dos fenômenos são herdadas de um poder divino, e que o homem é um mero espectador passivo da dinâmica caótica do universo. A partir do conhecimento adquirido, o homem cria a possibilidade de modificar sua realidade, buscando melhores condições para sua existência, teoricamente conciliando suas necessidades com as limitações do meio, em prol da manutenção de sua própria existência.

Para a busca deste conhecimento, faz-se necessária a utilização de uma metodologia consistente, porém Salzman (1996) *apud* Giumbelli (2002), afirma que a não definição de uma metodologia específica em alguns momentos torna-se positiva

ao pesquisador, ao passo que “[...] o lado positivo da indefinição metodológica é a “liberdade de usar um amplo escopo de métodos” (1996, p. 365). Desta forma, o estudo de um determinado fato torna-se aberto à experimentações e à fusões de métodos quando a pesquisa assim exigir, tornando possível o alcance de resultados satisfatórios e esclarecedores. Assim, este conhecimento sobre uma realidade específica pode ser transportado para outros grupos, fazendo com que o conhecimento científico contribua para a melhoria da qualidade de vida da humanidade em geral.

Pensando desta forma, Giumbelli (2002) mostra que o avanço da ciência e do conhecimento, e seus resultados são “patrimônios da humanidade” de modo que

[...] a meu ver, a exigência de que seja levado adiante o ideal do encontro entre mundos diversos, entre “nós” e “eles” encontrem fórmulas que consigam pensar sobre “nós; inversamente, é preciso que as pesquisas sobre “nós” incorporem as noções que foram e continuam a ser desenvolvidas para pensar sobre “eles”. (GIUMBELLI, 2002, p. 104.).

Desta forma, pode-se afirmar que a Geografia é uma ciência que possui o objetivo de desvendar a realidade e a partir deste estudo, orientar ações e pensamentos que contribuam para uma maior justiça social e melhoria da qualidade ambiental, contribuindo tanto à sociedade, quanto à natureza. Para isso, metodologias consagradas como o trabalho de campo existem, para que sejam desvendadas estas facetas e que a partir desses desdobramentos, ações possam ser orientadas buscando melhorias das condições. Para isso, uma fusão de métodos e técnicas de pesquisa e aplicação de estudos deve ocorrer como forma de conhecer a realidade de maneira fiel e, a partir deste conhecimento concreto, orientar ações para que a longevidade desta realidade seja garantida.

Essa seria uma maneira de continuar e de subverter o desejo malinowskiano: só podemos entender nossa natureza considerando o que aprendemos e continuaremos a aprender sobre formas estranhas e distantes de vida humana, assim como *enriqueceremos* nosso conhecimento sobre essas formas estranhas e distantes se as pensarmos considerando nossa própria natureza. (GIUMBELLI, 2002, p. 104.).

Somente no campo, o olhar aprofundado do geógrafo é capaz de captar certas particularidades dos fenômenos, de modo que sua análise é complementada por meio de suas percepções pessoais. Assim sendo, nos momentos de campo, a prática se complementa a teoria, e vice-versa, dando origem a um conhecimento novo, baseado em uma ciência já existente acrescida da subjetividade do pesquisador que por vezes,

vem à complementar esta teoria pré-existente, como dito por Marcos, V. (2006), “[...] viver a prática para produzir a teoria, afim de que fosse possível, mais tarde, usar esta teoria para poder transformar a realidade [...]” Marcos, V. (2006), p. 130. Eis o objetivo do trabalho de campo na Geografia.

Marcos, V. (2006), ainda defende que o trabalho de campo

Trata-se, pois, de viver a prática e deixar que ela se mostre a nós. Trata-se de ser capaz de, na prática, estar preparado para encontrar o “imponderável”, o não conhecido, aquilo com o que não contávamos, o que nunca foi visto nem dito, o novo, ao invés de ir para campo com um esquema pré-definido do que se espera encontrar. Não esquecendo, porém, de que é necessário retornar à prática, discutir os resultados alcançados com a comunidade, submeter o conhecimento a uma crítica fecunda. Só assim ele poderá avançar. (MARCOS, 2006, p. 132.).

Como já dito anteriormente, este procedimento metodológico mostra-se de uma grande importância no que diz respeito à produção de conhecimento científico na Geografia. Por meio desta prática, o geógrafo coloca em xeque sua formação e, através de seus sentidos, percepções e bagagem teórica, realiza inferências e produz um conhecimento científico a respeito de uma realidade, seja esta natural ou social.

Assim, este material científico produzido por meio do contato íntimo entre pesquisador e objeto pode subsidiar ações e servir de base para uma melhor gestão do território, assim como pode ser utilizado com o objetivo de conhecer uma determinada realidade, e a partir deste conhecimento, ações possam ser tomadas a fim de garantir a melhoria da qualidade de vida da população daquele *lôcus geográfico*. Desta maneira, o trabalho de campo deve ser tratado com uma atenção especial pelo meio acadêmico e pelos geógrafos, já que este se trata de um potente esquema de observação e apreensão da realidade permitindo que, a partir deste contato, as verdades e nuances dos fenômenos sejam conhecidas e, a partir disso, possam ser utilizadas em prol do conhecimento científico e em benefício, seja este de quaisquer naturezas, de seu objeto de estudo.

Além da produção de conhecimento científico derivado dos trabalhos de campo, Yves Lacoste, em seu texto “A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos” (1977), salienta que é preciso considerar na Geografia, e mais precisamente nos trabalhos de campo, o papel político do pesquisador em face destes estudos, assim como a repercussão que estes trarão aos indivíduos que foram ali abordados. Como dito por Lacoste (1977), “É preciso, sobretudo, colocar problemas políticos e, primeiramente, a responsabilidade do pesquisador face aos homens e mulheres que ele estuda e cujo território analisa.” (p. 77). Pensando sobre esta afirmação, pode-se considerar que o papel do

pesquisador, a partir do momento em que este se propõe a estudar uma realidade no caso, um estudo empírico, este profissional deve considerar que os resultados de sua pesquisa, retratarão as características dos indivíduos e do espaço onde estes estão inseridos; assim sendo, estes resultados acabam por tornar as intervenções neste *locus geográfico* direcionadas a solucionar os problemas específicos existentes nestes lugares, fazendo com que as ações ali tomadas tornem-se mais eficazes.

Neste contexto, o autor argumenta que os problemas políticos existentes nos diversos *locus geográficos* dizem respeito não só à sociedade ali inserida, mas também ao pesquisador que ali busca suas inferências. Conforme este cientista desenvolve sua pesquisa, analisando e descrevendo diversas características particulares da sociedade e do espaço onde esta se localiza, esta análise deve ser elaborada respeitando os limites impostos pelas características intrínsecas ao *locus* analisado, estando dentro dos padrões que aquelas características naturais e sociais ali se materializam. Lacoste defende este argumento dizendo que,

Mesmo pesquisas que apenas recaem sobre as características físicas de um território, não deixam, por isso, de dizer menos respeito à população que aí vive, na medida em que seus resultados tornam mais eficaz uma intervenção aí. (LACOSTE, 1977, p. 77).

Assim sendo, o trabalho de campo analisado sob esta perspectiva, deixa mais uma vez em segundo plano a dicotomia existente entre Geografia física e a Geografia humana. Uma análise fidedigna da realidade necessita ter uma intersecção de percepções, buscando analisar uma totalidade de características que descrevem e explicam aquele *locus geográfico*. Por meio desta análise minuciosa do objeto de estudo, um conhecimento complexo e fidedigno às suas características é formulado, fornecendo suporte para que ações políticas, tanto a respeito da sociedade ali inserida, quanto a respeito do ambiente natural ali existente, de modo a proporcionarem um suporte a um cotidiano de mais qualidade para as pessoas e para a natureza ali inserida.

Neste mesmo sentido, diversos autores defendem que os trabalhos de campo possuem uma importância fundamental na Geografia, e esta importância acaba por ser refletida na sociedade. Dentre estes, Mao Tse -Tung (1941), p. 101, *apud* Kaiser (2006), p. 93 afirma que “Sem pesquisa de campo ninguém tem direito a falar.”, esta frase traz a tona o pensamento de que, para que, de fato se conheça seu objeto de estudo, um contato íntimo entre este, e o pesquisador deve ser realizado, com o objetivo deste último perceber todas as particularidades deste objeto, a medida que uma reflexão aprofundada se concretiza, reflexão esta pautada no posicionamento

político do pesquisador que a elabora, como forma de se buscar uma compreensão engajada da realidade estudada.

Assim sendo, cabe-se realizar um adendo sobre a importância do olhar crítico e aguçado do geógrafo no momento em que este analisa um determinado *lôcus geográfico*. Muitas vezes as paisagens e os espaços acabam por “mascarar” as relações que ali se concretizam, de modo que, em alguns casos, a análise geográfica torna-se de difícil execução, ou as conclusões desta análise acabam sendo equivocadas. O geógrafo deve ter o cuidado no momento da descrição e análise da paisagem para que suas palavras não “mascarem” a realidade ali presente. As impressões do geógrafo devem ser relatadas com o máximo de fidedignidade possível, já que, esta descrição “[...] é um meio de crer e de fazer crer, que as sensações estéticas atribuídas a uma população transcenderiam sua miséria, suavizariam suas condições de existência.” Lacoste, Y. (1977), p. 80. Assim sendo, o geógrafo tem a responsabilidade de analisar e descrever fidedignamente as condições de seu objeto de estudo, a fim de garantir que um conhecimento sólido e real sobre este objeto seja construído. Desta maneira, faz-se possível uma intervenção por parte da sociedade a fim de transformar sua realidade em prol de melhores condições de vida, implementando ações políticas, ideológicas, sociais e ambientais a fim de garantir uma condição de existência comum mais digna à sociedade e à natureza.

Neste sentido, o pesquisador geógrafo, ao se deparar com a realidade, deve ter a competência e a percepção adequada, a fim de direcionar as ações no espaço, no sentido de que sua formação auxilie no cotidiano destas pessoas, ao mesmo tempo em que este profissional ganha experiência, a qual complementarará seu arcabouço teórico-conceitual a respeito de diversos temas relacionados à Geografia. Assim sendo, o pesquisador geógrafo tem a obrigação profissional e moral de direcionar os rumos da população e do espaço onde esta se insere, com o objetivo de garantir certa qualidade de vida a estes elementos. Para isso, o pesquisador necessita de um contato íntimo com os elementos que este busca estudar, a fim de obter informações por meio das percepções e ideias que este elabora a partir deste contato.

Kaiser (2006) ainda defende que, como dito por Mao Tse-Tung (1937), “Qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno.” Mao Tse Tung (1937) *apud* Kaiser (2006), p. 94. Assim sendo, o autor defende que para a concretização do conhecimento a respeito de um fenômeno se realizar, o pesquisador deve interagir com esta particularidade, a ponto de criar laços íntimos com o seu objeto. Assim, uma gama de informações poderá ser coletada a partir das impressões e ideias advindas deste contato entre pesquisador-objeto. Desta forma,

um conhecimento amplo sobre um determinado fenômeno é construído, criando bases para a interpretação correta desta particularidade, contribuindo para a evolução do conhecimento científico sobre determinado objeto, ao mesmo tempo em que a experiência do pesquisador, no caso o geógrafo, é ampliada, de maneira a garantir-lhe um enriquecimento intelectual, contribuindo para a sua formação profissional e pessoal.

Neste sentido, Kaiser (2006), diz que “[...] as pesquisas de campo necessárias aos estudos cobrem um campo extremamente vasto e se diferenciam umas das outras por suas doutrinas, seus métodos, seus objetivos.” Kaiser (2006), p. 94. Assim sendo, a depender das características do objeto de estudo e dos resultados esperados pela pesquisa de campo, uma série de métodos podem ser empregados com o objetivo de se coletar informações e dados que poderão ser relevantes ao escopo da pesquisa, buscando desta forma a contemplação dos objetivos e dos resultados esperados ao final desta. Ao mesmo tempo, a metodologia utilizada corretamente acabará por direcionar o pesquisador por um caminho melhor definido em busca de suas análises, ao passo que os trabalhos de campo, pautados em uma metodologia coerente e adequada aos limites do seu horizonte de análise, proporcionará ao pesquisador um conhecimento mais amplo e complexo a respeito do seu objeto de estudo.

Neste caso trata-se de um verdadeiro levantamento de terreno, Se este levantamento deseja atingir o cerne da realidade para coletar elementos necessários à análise e à explicação, ele deverá penetrar nas forças e nas relações de produção, explorar os níveis ideológicos, político e cultural da dinâmica social. Dentro da lógica epistemológica não se pode pretender que isto seja “fazer geografia”. Mas, no entanto, é isto que deve ser feito... (KAISER, 2006, p. 96).

Assim, cria-se uma base mais sólida para que o geógrafo estruture o alicerce de suas ações, com o objetivo de tornar estas, mais eficientes e garanta um salto qualitativo nas relações sócio-espaciais-ambientais que se materializam naquele *lôcus* geográfico, ao mesmo tempo em que sua experiência de campo se desenvolve, fazendo com que suas ideias e suas ações se tornem mais eficientes com o passar do tempo, ao mesmo tempo em que as pesquisas de campo, tanto na Geografia, quanto nas demais ciências sociais se desenvolvem. Desta maneira, o conhecimento geográfico é construído, unindo elementos racionais, ideológicos, sensoriais e empíricos, como forma de se analisar os fenômenos geográficos da maneira mais complexa possível, buscando extrair destas análises um conhecimento sobre determinada realidade, a fim de que, com a sistematização crítica deste conhecimento empírico (bruto), possa surgir um conhecimento refinado, por meio da reflexão teórica,

aliada às percepções pessoais do pesquisador, de modo a produzir um conhecimento científico em Geografia.

Neste sentido, Lacoste (1977), defende que os geógrafos devem ampliar a utilização da pesquisa empírica em seus estudos, ao passo que este diz que “A pesquisa em Ciências Sociais, como a prática da pesquisa de campo, é, no momento, a realidade de um número muito pequeno de pessoas.” (p. 85)., fato que acaba por superficializar algumas análises e estudos. O abandono da pesquisa de campo no meio acadêmico, o qual passou somente a focar suas políticas na formação de professores, e não mais de pesquisadores engajados com a pesquisa empírica, fez com que os poucos geógrafos que não abandonaram este procedimento metodológico empírico de descobrimento da realidade, terem que desenvolvê-la por si só. Como dito por Lacoste (1977),

[...] para a maioria foi de modo individual e solitário que reinventar, tateando cada um por si, os métodos de pesquisa, pois não foram iniciados neles quando de sua passagem pela universidade. Esta, no essencial, funciona como uma máquina de fabricar futuros professores, isto é, ensinando-lhes não a produzir saber, a extrair do concreto o abstrato, mas a reproduzir um discurso que eles próprios terão que fazer seus alunos reproduzirem. (LACOSTE, 1977, p. 85).

Assim sendo, esta postura da universidade fez com que as pesquisas de campo passassem a ser realizadas somente nos mestrados, agravando ainda mais o problema. O autor também defende que o papel do professor universitário é incentivar estas pesquisas, mesmo que a universidade não forneça o apoio necessário. Lacoste diz que o professor deve realizar trabalhos de campo com seus alunos da graduação, de modo que estes se habituem a este procedimento metodológico de abordagem da realidade. De acordo com Lacoste (1977),

Isto ainda ocorre, mais frequentemente, por ocasião da excursão por ônibus durante a qual os professores, nas diferentes paradas que previam no percurso, fazem um discurso na frente dos estudantes passivos. Para estes, isso não passa de uma iniciação à pesquisa. Mas mesmo estas excursões tornam-se cada vez mais raras na maioria das universidades, em razão, seguramente, das graves dificuldades orçamentárias e em razão do mal-estar que existe desde 1968 entre estudantes e professores. (LACOSTE, 1977, p. 85.).

Ao se inserir o trabalho de campo na graduação em Geografia, o futuro geógrafo tem a oportunidade de realizar uma iniciação prévia à sua pesquisa pessoal, construindo desde cedo seu arcabouço teórico-conceitual, ao mesmo tempo em que já treina suas percepções ao longo dos anos de graduação. Assim sendo, este profissional, ao final do curso, já possuirá certa experiência na observação, coleta e

sistematização de informações coletadas *in loco*, ao mesmo tempo em que desenvolve uma propensão à percepção das nuances intrínsecas aos fenômenos. Desta maneira, o trabalho de campo viabiliza um olhar crítico e atento do pesquisador, tornando sua análise da realidade mais consistente e atenta às particularidades da geograficidade dos diversos objetos, sejam estes animados ou inanimados.

Kaiser (2006) defende que, além disso, o pesquisador deve ir a campo com o objetivo de levantar hipóteses, hipóteses estas baseadas em uma base teórica sólida, a qual embasará as análises das situações. Assim, com o passar dos anos, o pesquisador adquire experiência, à medida que este levanta hipóteses, pesquisa, aprende, observa, erra, questiona os geógrafos mais experientes que o acompanham no campo, de forma que suas hipóteses se tornarão cada vez melhores embasadas e mais condizentes com a realidade dos fenômenos a ponto de que, “A repercussão dessas hipóteses sobre a realidade modelará dialeticamente a análise” Kaiser (2006), p. 98., de modo a enriquecer o estudo sobre o fenômeno em questão.

Este levantamento de hipóteses deve ser realizado pelo pesquisador de maneira natural, a medida que este estabelece contato com seu objeto de estudo de forma a se impregnar da atmosfera que este possui, analisando suas características, sua história, estabelecendo contato com as pessoas inseridas naquele contexto, e apreendendo suas impressões sobre aquele objeto de estudo, a medida que este contato torna-se cada vez mais íntimo. Após este primeiro contato, o pesquisador deve recorrer às informações oficiais, coletadas sistematicamente. Para isso, Kaiser (2006), afirma que o pesquisador deve possuir determinadas técnicas de pesquisa e um embasamento teórico regido por um método conciso, o qual direcione os meios de seu trabalho como forma de evitar que o foco dos fins esperados pela pesquisa não seja desviado, garantindo um rigor metodológico indispensável à produção de um conhecimento científico devidamente embasado.

O campo também se mostra importante no momento em que o pesquisador tem que identificar os grupos de atores sociais que participam e determinam as dinâmicas sócio-espaciais. Para isso, o geógrafo deve possuir uma postura teórica e política solidamente embasada, fato que se torna complicado, devido à grande diversidade de particularidades que o geógrafo tem que lidar. Como forma de complementar as análises, o geógrafo deve colocar em pauta sua subjetividade em relação às particularidades que este se propõe a analisar, tentando extrair o máximo de informações que dizem respeito à realidade dos fenômenos. Ao mesmo tempo, este profissional deve estar atento à objetividade de seu trabalho científico, coletando

amostras e informações de maneira sistemática e consistente, buscando validar suas conclusões a respeito do seu objeto de estudo.

No momento da realização dos estudos de campo, o pesquisador deve buscar traçar relações que liguem a realidade local com uma realidade mais ampla, a fim de que, por meio destas relações, um pensamento complexo a respeito do tema estudado seja elaborado, considerando o viés político, social e econômico local, em relação aos mesmos focos, porém em uma escala mais ampla. Porém traçar esta relação não é tão simples como se pensa; essa questão de escala, muitas vezes acaba por complicar os estudos, pois certos tipos de análises se mostram complicadas de se realizar, dependendo da dimensão da escala adotada pelo geógrafo.

Além disso, questões pessoais e culturais específicas dos locais devem ser levadas em consideração nestas análises. Neste caso, a análise de uma cultura se mostra como sendo um processo um tanto quanto delicado e complexo, já que envolve diversos fatores sociais, econômicos, políticos, dentre diversos outros. Assim sendo, o pesquisador, em alguns casos, tem seu campo de análise de certo modo limitado, porém, isto não o impede de realizar um estudo enriquecedor e revelador sobre seu objeto de estudo por meio do trabalho de campo, o qual o possibilita extrair diversas realidades e tecer várias relações a respeito de seu objeto de estudo e do *lôcus* onde este fenômeno encontra-se inserido.

Neste sentido, os trabalhos de campo devem ser incentivados desde a graduação. Lacoste (1977) defende que “Em muitas universidades pedem para aprender a trabalhar no campo, mas estas reivindicações, muito razoáveis, no fim correm o risco de não serem atendidas, pois a falta de crédito é o argumento principal.” (p. 86). Como dito pelo autor, esta iniciação nas pesquisas de campo desde cedo, faz com que os estudantes tenham a oportunidade de construir por si mesmos um conhecimento novo, ao mesmo tempo em que este futuro geógrafo passe a tomar consciência sobre suas principais necessidades relacionadas ao meio acadêmico, passando a poder reivindicar, embasados em fortes argumentos, a necessidade de se realizarem mais trabalhos de campo na graduação em Geografia, tornando o geógrafo, um profissional melhor preparado para o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que este se torna um pesquisador mais atento e engajado com sua ciência. Somente realizando trabalhos de campo, e possibilitando aos alunos da graduação compreenderem a importância deste procedimento metodológico, é que estes futuros profissionais formarão seus argumentos para defenderem a manutenção desta prática empírica na graduação em Geografia.

Para isso, deve-se defender que os estudos de campo, dentre diversas outras funções, podem subsidiar as decisões a respeito de um determinado local, por meio

das informações que este procedimento metodológico levanta a respeito do seu objeto de estudo, passando a conhecê-lo mais profundamente. Assim sendo, o pesquisador deve-se estar atento às finalidades e aos resultados destes estudos. Como defendido por Kaiser (2006), a classe dominante acaba se apropriando dos resultados destas pesquisas de campo para implantar ainda mais sua hegemonia sobre o espaço. Ao passo que este espaço é desvendado, a classe dominante compreende onde se encontram as falhas e brechas deste sistema, de modo que se apropriam destes problemas para obterem vantagens sobre determinado *lôcus* e a população que ali se encontra inserida. Como Kaiser (2006) expõe, o setor dominante da sociedade

[...] paga diretamente uma parte desta, através dos contratos de estudo; mas ela beneficia-se de todo o conjunto, seja utilizando trabalhos universitários “desinteressados” em seu proveito, seja pretendendo-se aos conselhos de mestres e de pensadores. Ainda mais, ela utiliza os pesquisadores como veículos de sua ideologia e de seus projetos, fazendo passar, sob o manto de sua neutralidade e de sua competência afixada, as mensagens que não poderiam ser liberadas diretamente sem riscos. (KAISER, 2006. p. 102.).

Assim sendo, o papel do conhecimento científico como sendo uma propriedade da coletividade cai por terra novamente. O trabalho de campo tem, dentre diversas funções, desvendar a realidade dos fenômenos geográficos e, a partir deste conhecimento, proporcionar uma melhor condição de vida ao Homem. À medida que uma hegemonia apropria-se deste procedimento metodológico, e a partir deste, passa a impor sua posição político-ideológica por meio dos pesquisadores “vendidos” e seus estudos sectaristas, a função da ciência passa ser manipulada em função de uma classe dominante, desvirtuando seu papel inicial. Os resultados provenientes das pesquisas de campo devem contribuir para a melhoria do conhecimento da sociedade como um todo, por meio de suas análises, deve contribuir para que o homem encontre melhores caminhos para a gestão política e ideológica da sociedade e da natureza, fazendo com que as pessoas que foram objeto de estudo, ou que encontram-se inseridas no objeto de estudo, sejam beneficiadas pelo conhecimento produzido a partir da análise de seu *lôcus* e de sua cultura, intrínseca ao seu espaço.

Quanto ao pesquisador, este tem o dever de realizar suas análises de uma maneira moralmente responsável, já que este lida com objetos que não lhe pertencem, que possuem liberdade de escolha e voz ativa perante a sociedade como um todo, de modo que estes têm o direito de escolherem os rumos que desejam seguir, e o papel do pesquisador, muitas vezes não deve influenciar nesse rumo. O trabalho de campo deve servir para que o pesquisador conheça as dinâmicas da realidade local, produzindo conhecimento científico a partir de suas impressões pessoais, ao passo

que este confronta teoria e prática, teoria e realidade, com o objetivo de descobrir a verdade sobre determinado fenômeno, porém, isso não lhe dá o direito de influenciar em seu objeto de estudo em prol dos resultados de sua pesquisa. A pesquisa de campo tem o papel de mostrar ao pesquisador a materialização das teorias, baseando-se em métodos coerentes, a verdade pode ser alcançada ao mesmo tempo em que a realidade se revela ao pesquisador. A partir disto, um conhecimento geográfico-científico é construído, embasando a ação e a teoria ali produzida.. “Sem pesquisa de campo ninguém tem o direito de falar.” Mao Tse-Tung (1941) *apud* Kaiser, B. (2006), p. 104.

Ainda nesta mesma vertente de pensamento, Lacoste, Y. em defesa do aumento da prática de trabalhos de campo na graduação, defende a ideia de que este procedimento metodológico até então, é um desenvolvimento individual reservado a uma elite de alto nível, fato este que deve ser mudado, já que o acesso ao conhecimento, assim como à universidade deve ser garantido a todos. Assim sendo, para que esta realidade seja alterada, a pesquisa de campo deve ser incentivada desde antes do ingresso do aluno na graduação em Geografia. Esta ideia é trabalhada pelo autor no momento em que este explana que,

Se queremos que a Geografia logo não desapareça das universidades por causa de estudantes é preciso orientar muito mais sua formação para a pesquisa e desde o começo dos seus estudos. Aqueles que poderão ainda encontrar um lugar nos Liceus e nos colégios serão somente os melhores professores e serão capazes de iniciar seus alunos na pesquisa prática, politicamente muito útil, para todos os futuros cidadãos. Para que a relação de pesquisa se modifique pouco a pouco, é preciso que na universidade a grande maioria dos jovens seja iniciada na pesquisa e no trabalho de campo, a fim de que possa, em seguida, qualquer que seja seu futuro profissional, explicar às pessoas porque é preciso ver as pesquisas, porque é para eles preciso conhecer seus resultados e como estes podem, em seguida, ser utilizados. (LACOSTE, 1977, p. 87.).

Assim sendo, a prática de campo iniciada desde antes da graduação, incentivada pela realização de trabalhos de campo na graduação dos professores que lidarão com estes alunos faz com que o interesse, não só pela Geografia, mas também em conhecer a realidade do seu *lócus*, e entender as dinâmicas e processos que influenciam na vida deste cidadão seja iniciada desde sua infância; importante também é o fato de que as universidades devem incentivar a prática de trabalhos de campo na ementa de suas disciplinas de graduação, possibilitando ao aluno ter contato com um procedimento metodológico de trabalho muito útil na produção científica, além de contribuir para a formação de um cidadão atuante, munido de uma percepção diferenciada da realidade em que este se encontra inserido. Desta maneira,

tem-se a formação de um cidadão ativo e crítico perante a realidade que lhe é posta, assim como o contato interpessoal dos participantes do campo acaba por aproximar as relações entre os alunos, e entre estes seus professores, o que acaba por contribuir para uma melhor relação pessoal e profissional destes futuros profissionais, assim como possibilita uma maior troca de conhecimentos e experiências, enriquecendo a formação do futuro geógrafo, e favorecendo o fortalecimento do grupo como uma coletividade ativa, engajada nas questões que lhes são pertinentes, gerando possibilidades de uma melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente em que estes encontram-se inseridos. Assim, o geógrafo passa a pensar em questões que lhe são pertinentes, elaborar soluções e de fato implementá-las na realidade de seu objeto, modificando a realidade vigente.

Assim sendo, Lacoste, (1977), afirma que para que isto se torne realidade os estudantes devem iniciar este engajamento desde cedo;

A participação dos estudantes em tais pesquisas coletivas – e isto desde o tempo de sua formação – os prepara para a pesquisa individual que virá mais tarde: estarão então menos intimidados e menos inclinados a recorrer somente à documentação já elaborada. Mas é necessário também que as pesquisas coletivas desemboquem cada qual em uma apresentação dos resultados à população que foi objeto de pesquisa, tanto por razões de eficácia, quanto para se habituar a métodos que permitam transformar a relação pesquisador/pesquisado. (LACOSTE, 1977, p. 87.).

Assim sendo, a pesquisa empírica é mais uma vez defendida como sendo um importante procedimento metodológico, tanto para a construção de um conhecimento científico em Geografia, quanto para a sólida formação do geógrafo que dele se utiliza. Ao se desenvolverem trabalhos de campo durante a formação deste profissional, este passa a se preparar para a realização de suas pesquisas individuais. Os trabalhos de campo acabam por construir uma base sólida de conhecimento científico, ao mesmo tempo em que desenvolve técnicas e metodologias que embasarão a futura pesquisa do geógrafo, assim como aperfeiçoarão suas percepções sobre as diversas características do espaço geográfico e das relações que nele se sustentam. Desta maneira, o profissional que possui experiência no desenvolvimento e participação nos trabalhos de campo, possui uma base mais sólida, uma formação mais consistente, de modo que este passa a ter uma visão diferenciada sobre os fenômenos, e pode construir seu conhecimento de maneira mais complexa, unindo conhecimento teórico com suas impressões pessoais adquiridas *in loco*. Assim, um conceito sobre determinado fenômeno estudado é construído de maneira enriquecedora, e contestadora, tornando este profissional mais bem preparado para lidar com os paradigmas e desafios de sua profissão, assim como este desenvolve sua percepção,

a ponto de poder interferir na realidade dos locais, de modo a garantir uma melhor qualidade de vida aos seus habitantes, assim como prezar por uma qualidade ambiental, já que o geógrafo tende a utilizar-se de uma visão holística para analisar e intervir na realidade de diversos fenômenos sociais e naturais, intervenção esta que muitas vezes é de ordem política, já que este profissional tem a função de realizar a conexão entre o que é percebido na realidade, (por meio do contato íntimo com o objeto de estudo), e propor e encaminhar as soluções às esferas executivas de poder, buscando sempre uma justiça social, atrelada a uma gestão integrada das questões ambientais e sociais que se materializam no espaço geográfico. Este é o papel do geógrafo engajado com sua ciência; dar uma utilidade a ela, fazendo com que seu esforço pessoal sirva de alguma maneira para melhorar as condições de seu objeto de estudo, seja por meio de políticas direcionadas, ou simplesmente para seu autoconhecimento.

Assim, “[...] dar conta de sua pesquisa àqueles que ele estudou é para um pesquisador uma experiência apaixonante: além do interesse científico, ela lhe mostra frequentemente que ele serve verdadeiramente para alguma coisa.” (Lacoste, 1977, p. 92).

4. CAPÍTULO 3 – O TRABALHO DE CAMPO NA FORMAÇÃO DO GEÓGRAFO: UMA ANÁLISE DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNESP – CAMPUS DE OURINHOS

4.1 - BREVE HISTÓRICO DO CURSO DE GEOGRAFIA DO CAMPUS DE OURINHOS

De acordo com o projeto político-pedagógico do campus de Ourinhos, o curso de Geografia foi implementado em agosto de 2003, resultado de um programa de expansão de vagas nas universidades públicas, por meio de uma parceria entre o Governo do Estado de São Paulo, a Unesp e as Prefeituras Municipais. Este projeto político-pedagógico foi elaborado por uma equipe de docentes de diversos campus, baseando suas ideias de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Geografia, fundamentadas na Resolução CNE/CES 14/2002, na Resolução CNE/CES 1/2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores de Educação Básica e na Resolução 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura; além de considerar a Resolução Unesp 03/2002, a qual prevê um perfil comum aos cursos da Unesp, obrigando o projeto pedagógico original do campus de Ourinhos, adaptar-se às linhas gerais das propostas curriculares de cursos de Geografia mais tradicionais, anteriormente implementados, caso do curso de geografia da Unesp de Rio Claro e do curso de geografia da unidade de Presidente Prudente.

Quanto ao tema desta pesquisa, segundo o projeto político-pedagógico da Unesp de Ourinhos (2011),

O curso de Geografia de Ourinhos também enfatiza a realização de trabalhos de campo multidisciplinares, em que o aluno pode integrar, na prática, os conhecimentos teóricos das várias disciplinas na grade curricular do curso. p. 17.

Deste modo, pode-se enfatizar que no caso específico do Campus Experimental de Ourinhos, este procedimento metodológico de investigação da realidade é amplamente utilizado como parte da metodologia de ensino de diversas disciplinas ministradas no curso de geografia. Apesar disso, é interessante ressaltar que não há uma diferenciação clara entre trabalho de campo e visita técnica no regimento da unidade de Ourinhos. Com isso, o termo “trabalho de campo”, o qual se caracteriza por ser um procedimento metodológico que busca analisar profundamente

um determinado objeto de estudo, por muitas vezes acaba sendo utilizado erroneamente.

O curso de Geografia de Ourinhos, como em diversos outros campi que possuem este curso e, frequentemente propõe a realização de pesquisas empíricas nas ementas de suas disciplinas, acabam se equivocando quando o assunto é a realização dos chamados “trabalhos de campo”. Como defendido neste trabalho, os trabalhos de campo são um procedimento metodológico complexo, de modo a exigir do geógrafo que o realiza, um grande esforço e engajamento com seu objeto de estudo.

Os trabalhos de campo, ao buscarem o conhecimento profundo do objeto de estudo pelo pesquisador, exige deste que se submeta à uma completa imersão na realidade do fenômeno que este se propôs a estudar. Muitas vezes, estes trabalhos de campo duram meses, ou até anos, os quais são utilizados pelos geógrafos para sistematizar a vasta gama de dados e informações que são coletadas nestes trabalhos. No curso de geografia de Ourinhos, como na maioria dos demais cursos no Brasil, o que se realiza de fato são “visitas técnicas”, as quais tratam-se de um método de pesquisa que busca a revisão de conceitos teórico-metodológicos, além de expressar diálogos e impressões assimiladas pelo pesquisador no momento em que este encontra-se em campo, baseando-o na construção de seus conceitos na ciência geográfica.

Assim sendo este método, de acordo com Cardoso (2000):

[...] possibilita o conhecimento do mundo ou do nosso entorno – que significa compreender a sua estrutura espacial e os fenômenos dos lugares. Ao conhecer o território em que se vive compreende-se a identidade e o sentimento de pertencimento do meio em que se vive. (CARDOSO, 2000, p. 195).

Devido a essas e outras particularidades, o curso de Geografia da unidade de Ourinhos tem a característica de frequentemente realizar trabalhos de campo na maioria de suas disciplinas, com o objetivo de complementar o aprendizado de seus discentes, extrapolando os limites físicos da unidade, e proporcionando aos seus discentes a possibilidade de um contato íntimo e direto com diversos objetos de estudo, das mais variadas disciplinas, enriquecendo a assimilação de conceitos geográficos por parte dos seus discentes.

Dentre as diversas disciplinas ministradas pelo curso de Geografia da unidade de Ourinhos, as que propõe a realização de trabalhos de campo em suas ementas são as disciplinas de Geologia, Pedologia, Climatologia, Geomorfologia, Geografia Rural, Geografia Urbana, Geografia do Brasil, Biogeografia, Hidrogeografia, Sensoriamento

Remoto, Pesquisa em Geografia, Climatologia Dinâmica, Recursos Naturais, Trabalho de Campo em Geografia, Geografia Industrial, Agrometeorologia, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Qualidade de Vida, Interpretação de Fotografias Aéreas e Imagens Orbitais, Geografia do Turismo. Além destas, algumas disciplinas não expõem em suas ementas a realização de trabalhos de campo, mas normalmente realizam, como é o caso das disciplinas de Geografia da População, Estágio Supervisionado IV: Regência, Geoprocessamento, Gestão de Recursos Hídricos.

Conforme defendido no Projeto Político Pedagógico do curso de Geografia do campus de Ourinhos, este curso

[...] tem como objetivo fundamental oferecer uma formação condizente com a atuação do geógrafo, de modo a lhe proporcionar um desempenho profissional bem sucedido, eficiente e com espírito crítico, seja na área do ensino, como professor no ensino fundamental, médio e superior, seja na área técnica, na qual poderá exercer, como geógrafo, diversas atividades no planejamento territorial e na gestão ambiental, além do desenvolvimento de pesquisas tanto no setor privado como público. O bacharel e o licenciado formados no Campus de Ourinhos deverão estar aptos a analisar as relações entre a natureza e a sociedade na produção do espaço geográfico. P. 21.

Outro objetivo do curso de Geografia de Ourinhos é oferecer ao bacharel

[...] uma formação integrada, obtida por meio da combinação de conhecimentos provenientes de diversas áreas, os bacharéis estarão melhor preparados para o trabalho em equipes multidisciplinares e desenvolverão habilidades em várias áreas do conhecimento, graças ao rol de disciplinas teóricas e práticas a serem freqüentadas no curso. Com isso, poderão desempenhar importantes papéis nos estudos ambientais, no planejamento urbano, no planejamento agropecuário, na prevenção de doenças e pragas, no gerenciamento de recursos hídricos, na gestão de bacias hidrográficas, e estarão aptos para prosseguir seus estudos no nível de pós-graduação. P. 21.

Assim sendo, a realização de trabalhos de campo nas diversas disciplinas oferecidas pelo curso de Geografia de Ourinhos proporciona ao discente a construção e o exercício de diversos conteúdos incorporados teoricamente no decorrer das disciplinas e, a partir do exercício destes conteúdos empiricamente, o futuro geógrafo construa uma base sólida para sua formação, a partir do momento em que este apreende uma gama de observações e sensações *in loco*, construindo um conhecimento sobre a realidade dos fenômenos nos momentos em que se realizam os trabalhos de campo. Deste modo, novamente o trabalho de campo é defendido como um procedimento metodológico importante na formação do bacharel em Geografia e, especificamente no caso do curso de geografia do Campus de Ourinhos, os trabalhos

de campo ocorrem em relativo bom número, a depender das disciplinas e disponibilidades dos professores que às ministram, porém, de maneira geral, o campus de Ourinhos apresenta um bom número de trabalhos de campo realizados, proporcionando aos discentes, uma ótima oportunidade de complementar sua formação profissional.

Dentre diversas competências e habilidades defendidas pelo Projeto Político Pedagógico do campus de Ourinhos, logo em seu inciso primeiro, o documento aborda que, o bacharel graduado pela unidade possui a habilidade de “Planejar e realizar trabalhos de campo, visando à investigação dos fenômenos geográficos e tendo amplo domínio dos instrumentos científicos, dos documentos cartográficos e dos processos utilizados nestas atividades;” (p. 25). Assim sendo, estes preceitos teoricamente embasam uma ampla formação profissional do bacharel formado nesta unidade, já que os trabalhos de campo são previstos como procedimento metodológico de análise em diversas disciplinas, porém, o fato de que a realização dos trabalhos de campo dependa da disponibilidade de tempo e vontade pessoal do docente responsável. Em alguns casos acaba por privar a realização de alguns trabalhos de campo em determinadas disciplinas.

Analisando a ementa da disciplina de Trabalho de Campo em Geografia, disciplina esta com uma carga de 75 horas sendo destas, 25 horas correspondentes à carga teórica e as 50 restantes destinadas à prática. Esta disciplina é ministrada no 2º semestre do 3º ano do curso de Geografia, sendo abordada como uma disciplina optativa tanto para a graduação em licenciatura quanto para a formação no bacharelado. Dentre os objetivos da disciplina, destaca-se a importância do discente organizar e hierarquizar temas, questões, escalas de análise a serem investigados no momento do campo, como forma de se obter um conhecimento o mais complexo e fidedigno da realidade do fenômeno estudado. A ementa da disciplina também aborda como um importante objetivo o exercício da observação, acompanhamento e organização de diversas atividades de caráter prático-empírico, como forma de abordar de uma maneira globalizante os focos temáticos e os recortes espaciais relevantes não só à disciplina, mas também buscando uma análise holística dos fenômenos, buscando um aprendizado interdisciplinar sobre uma realidade específica, partindo de uma análise concisa para um horizonte cada vez maior de percepções e realidades, colaborando para o enriquecimento do arcabouço teórico-conceitual e prático do futuro profissional da área, seja este docente, pesquisador ou ocupe um cargo técnico. Outro objetivo da disciplina, segundo a ementa é capacitar técnica e pedagogicamente o futuro educador no que diz respeito ao planejamento, organização, coordenação e execução de atividades de campo, tanto no ensino

fundamental, quanto no ensino médio, fornecendo a ele ferramentas para a elaboração de um roteiro de trabalho de campo que busque uma abordagem efetiva do conteúdo que este profissional deseja explicar. Assim sendo, a formulação dos conceitos dar-se-á de maneira mais sólida e eficiente, garantindo uma melhor compreensão dos fenômenos geográficos por parte dos participantes das atividades de campo, a partir do momento em que estes conciliam a teoria vista em sala de aula, por meio de uma confrontação com a realidade prática encarada no campo, permitindo a este indivíduo a formulação de conceitos através da utilização de técnicas, recursos e instrumentos, como forma de comparar a realidade apreendida *in loco* com as respectivas bibliografias. Ao mesmo tempo, a necessidade de elaboração de roteiros, cronogramas e planilhas de custos de atividades, assim como a organização das atividades do campo, divisão dos trabalhos e responsabilidades fazem com que os organizadores, e os demais envolvidos na atividade de campo sintam-se inseridos neste processo de ensino-aprendizagem, de modo a engajarem-se de uma maneira mais íntima com o estudo em si, possibilitando uma melhor assimilação dos conteúdos abordados por este procedimento metodológico.

Como forma de fechamento desta atividade, o cronograma da disciplina propõe a sistematização dos resultados produzidos a respeito dos temas priorizados nos casos abordados no trabalho de campo. Assim sendo, a confecção de um material a respeito do fenômeno estudado tem por objetivo a fixação do conteúdo analisado *in loco*, assim como elaborar um material que futuramente sirva como base para o entendimento da realidade específica de um determinado fenômeno, sendo deste modo, uma produção científica, derivada de um procedimento metodológico empírico.

4.2 ENTREVISTAS

A entrevista pode ser encarada como uma importante e eficiente técnica de coleta de dados no campo das Ciências Sociais. Boni e Quaresma (2005) defendem que existem três momentos importantes no que diz respeito à coleta de dados que embasarão uma pesquisa na área social. São estes: a “pesquisa bibliográfica, a observação em campo, e a coleta de dados por meio de entrevistas; e que, todos estes procedimentos devem ser regidos nos limites do método científico, como forma de melhor qualificar e embasar os dados e informações coletadas, com o intuito de tornar a pesquisa o mais condizente possível com a realidade.

Como dito por Boni e Quaresma (2005), surge no começo do século XX na Universidade de Chicago, o departamento de Sociologia e Antropologia, que se revelou como sendo o principal núcleo de pesquisas na área de social daquela época.

Este centro focou suas pesquisas buscando soluções de diversos problemas sociais locais, como imigração, criminalidade, conflitos étnicos, dentre outros. Para isso, estas pesquisas se pautavam na coleta de dados empíricos, tanto quantitativos quanto qualitativos, preocupando-se com a coleta de informações derivadas de diversas fontes documentárias. Esta vertente também propôs a utilização de trabalhos de campo para a análise de dados e informações em áreas urbanas, como forma de analisar diversos fenômenos, sejam eles de quaisquer espécies, com a finalidade de compreender suas particularidades.

Minayo (1996) *apud* Boni e Quaresma (2005) expõe que

As pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa. (MINAYO, 1996. p. 70 *apud* BONI e QUARESMA, 2005, 13 p.)

A pesquisa deve ser direcionada pela gana do pesquisador em conhecer o máximo possível determinado fenômeno. Contudo, o pesquisador não pode ter sua visão “contaminada” na busca por resultados que satisfaçam seus interesses “pessoais”. Essa neutralidade deve estar presente em todos os momentos da pesquisa, desde a preparação teórico-conceitual de suas bases, até a coleta e análise dos dados e informações, assim como sua metodologia de análise deve se adequar à questão a ser solucionada, e não o contrário. Estes princípios têm como objetivo garantir um trabalho com real caráter científico. As autoras defendem que a investigação científica deve inicialmente basear-se em um levantamento de dados bibliográficos, seguido da observação dos fenômenos propostos no estudo. Posteriormente, um contato pessoal (entrevista), com as pessoas envolvidas diretamente com a causa deve ser realizado, como forma de se obter dados e possivelmente outras fontes de informações que poderão posteriormente ser utilizadas.

Outro aspecto que deve ser considerado, e que é o foco deste trabalho, é a coleta de dados e informações sobre um determinado fenômeno a partir de observações realizadas *in loco*. De acordo com Lakatos, (1996), p. 79 *apud* Minayo, 1996, p. 71, “Ela ajuda o pesquisador a “identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento.””. Assim, as observações somadas ao arcabouço conceitual do pesquisador têm a capacidade de produzir um conhecimento real sobre aquele objeto de análise, novamente reafirmando o caráter cientificamente construtivo do trabalho de

campo não só na geografia, mas também em diversos outros ramos da ciência, os quais possuam uma flexibilidade metodológica tão concreta e importante quanto à geografia.

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso, informações complementares a respeito da importância do trabalho de campo para a formação profissional do geógrafo serão obtidas por meio de entrevistas com alguns segmentos da universidade, mais especificamente, alunos e professores do curso de geografia da UNESP, campus experimental de Ourinhos.

Para isso, parte-se do princípio de que as entrevistas são como dito por Haguette (1997) *apud* Boni e Quaresma (2005),

“[...] como um processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.” A entrevista como coleta de dados sobre um determinado tema científico é a técnica mais utilizada no processo de trabalho de campo. Através dela os pesquisadores buscam obter informações, ou seja, coletar dados objetivos e subjetivos. Os dados objetivos podem ser obtidos também através de fontes secundárias tais como: censos, estatísticas, etc. Já os dados subjetivos só poderão ser obtidos através da entrevista, pois que, eles se relacionam com os valores, às atitudes e às opiniões dos sujeitos entrevistados.” (HAGUETTE, 1997, p.86 *apud* BONI e QUARESMA, 2005, p. 72).

Da mesma forma que as entrevistas são defendidas como uma eficiente metodologia para o desvendamento da realidade, este trabalho utilizará destas como modo de buscar informações a respeito do significado que o trabalho de campo possui para a formação profissional do geógrafo, mais especificamente, analisando o caso de docentes do campus de Ourinhos. Para isso, foram aplicadas entrevistas semi-estruturadas.

As informações que se buscou extrair dos entrevistados foram no sentido de descobrir, segundo a experiência profissional de cada um deles, como os trabalhos de campo contribuem para a formação do geógrafo/professor de geografia oriundo do campus de Ourinhos e quais os procedimentos adotados pela unidade a respeito da realização dos mesmos nas disciplinas. Além disso, buscou-se investigar se, nos momentos de trabalho de campo, os discentes adquirem um conhecimento considerável sobre a realidade proposta no estudo. Buscou-se analisar se o contato entre pesquisador-objeto, no caso específico do curso de geografia da unidade de Ourinhos, contribui para a formação do licenciado/bacharel formado na unidade.

Também foi questionado aos entrevistados, como estes se utilizam dos trabalhos de campo como procedimento metodológico de estudo em suas disciplinas,

e como estes contribuíram para sua formação como profissional. Com a análise destas informações, buscou-se elencar algumas informações sobre os trabalhos de campo realizados no curso de geografia da unidade de Ourinhos, além de analisar, segundo a experiência profissional dos professores entrevistados, como este procedimento metodológico contribui para a formação profissional do geógrafo. Assim sendo, uma análise das respostas obtidas foi realizada, buscando informações úteis aos objetivos deste trabalho, analisando de maneira empírica, a partir da experiência pessoal de geógrafos, como os trabalhos de campo são uma ferramenta importante para o conhecimento da realidade de diversos fenômenos, além de contribuir para a formação profissional dos praticantes desta metodologia de estudo.

Foram realizadas entrevistas com quatro docentes do curso de Geografia da unidade de Ourinhos e 20 entrevistas com discentes da mesma unidade. Ao se analisar as respostas dos entrevistados, tanto docentes, quanto discentes do curso de Geografia da unidade de Ourinhos, pode-se inferir, de acordo com as falas dos professores que os trabalhos de campo são concebidos como um procedimento metodológico de grande importância para a formação profissional do geógrafo, ao passo que as dinâmicas espaciais e suas complexidades são analisadas nos locais onde se materializam, ao mesmo tempo em que o discente tem a possibilidade de estabelecer um contato íntimo com esses fenômenos, conhecendo-o de maneira complexa.

Os trabalhos de campo também possibilitam uma abordagem multi e interdisciplinar da realidade, como defendido tanto pelos professores, quanto pelos alunos entrevistados, ao mesmo tempo que uma diversidade de conceitos, fundamentos e métodos de análise são integrados. Esse procedimento metodológico também permite ao geógrafo a realização de uma transposição entre teoria e prática, possibilitando ao participante do campo, a construção de conceitos mediante uma abordagem contextualizada da realidade. Esse contato direto entre o pesquisador e o objeto, garante ao participante do campo um maior conhecimento da realidade onde este se encontra inserido, ao mesmo tempo em que contribui para o desenvolvimento das relações interpessoais entre os participantes do campo, como o trabalho em equipe, por exemplo.

De acordo com as informações obtidas por intermédio das entrevistas, pode-se constatar que os trabalhos de campo são fundamentais para a formação do geógrafo, partindo do princípio de que, nos momentos de trabalho de campo, a dinâmica espacial, complexa e mutável, é analisada profundamente. Assim sendo, as observações *in loco* proporcionam aos participantes do campo analisar e embasar um

pensamento crítico de acordo com suas experiências empíricas complementadas pelos temas abordados em sala de aula (gabinete). Desta maneira, mais uma vez pode-se considerar que os trabalhos de campo exercem um importante papel na formação, tanto pessoal, quanto profissional do geógrafo, sendo um procedimento metodológico que não deve ser abandonado em momento algum ao longo do desenvolvimento do cientista e de sua ciência.

Por meio das entrevistas também se buscou analisar de que maneira os trabalhos de campo realizados pelo curso de geografia da unidade de Ourinhos são encarados, tanto pelos discentes, quanto pelos docentes e pela direção do curso, ao passo que buscou-se descobrir, como este procedimento metodológico contribui para uma melhor formação profissional, tanto licenciado, quanto o bacharel, oriundo da unidade de Ourinhos. Ao analisar as respostas dos entrevistados, pode-se dizer que os trabalhos de campo na unidade de Ourinhos são organizados de maneira individualizada, esporadicamente realizados seguindo eixos temáticos interdisciplinares. A interdisciplinaridade é bastante valorizada pelos docentes, contribuindo ainda mais para a formação profissional.

Outro tópico que deve ser considerado, segundo a fala dos discentes, diz respeito à participação dos mesmos em todo o processo do trabalho de campo, desde sua idealização, passando pela organização e análise dos resultados obtidos em campo, deveria ser estimulada. Com isso, ao final da pesquisa de campo, a sistematização dos dados e informações coletadas e organizadas pelos discentes acabaria por contribuir de maneira significativa no processo de ensino-aprendizagem destes; enriquecendo o arcabouço teórico-conceitual dos discentes, ao mesmo tempo em que contribuiria para sua melhor formação, tanto profissional, quanto pessoal, seja no viés da licenciatura, quanto do bacharelado.

De acordo com as respostas dos entrevistados, tanto docentes, quanto discentes do curso de Geografia da unidade de Ourinhos, pode-se perceber que, em linhas gerais, estes defendem que, para a efetivação dos conhecimentos oriundos dos trabalhos de campo, estes devem ser estudados e analisados previamente e que, a partir da união teoria-prática, estes conteúdos sejam assimilados pelos discentes após a abordagem *in loco*. Para isso, um planejamento deve ser elaborado, contendo objetivos e procedimentos metodológicos adequados e claros, além de um comprometimento da equipe que vai a campo, como forma de extrair o máximo de informações e percepções possíveis a respeito do objeto de estudo abordado em campo. Desta maneira, o trabalho de campo acaba sendo um procedimento metodológico importante para ampliar os conhecimentos de seus praticantes, ao

mesmo tempo em que desenvolve e estimula a construção de um conhecimento empírico no geógrafo, tornando-o um melhor conhecedor de sua ciência.

A partir dos trabalhos de campo, o geógrafo passa a dominar e desenvolver habilidades e competências, as quais serão fundamentais em suas futuras pesquisas. A partir destas habilidades, o profissional geógrafo terá mais facilidade em escolher métodos e procedimentos em suas pesquisas além de, como já dito anteriormente, ter o desenvolvimento de noções de trabalho em equipe. A partir do contato com diversas realidades, o profissional adepto das práticas de campo tem a capacidade de explorar diferentes contextos e elaborar correlações a partir de uma abordagem integradora entre diversos conhecimentos.

Assim, o profissional tem a possibilidade de tecer uma análise holística a respeito do seu objeto de estudo, possibilitando um conhecimento mais consistente sobre a realidade dos fenômenos que este se propôs a estudar; garantindo a esse profissional uma melhor formação, a partir do momento em que este realiza uma análise reflexiva sobre a temática estudada e, a partir desta análise, um pensamento crítico é originado.

Outros apontamentos realizados pelos entrevistados iam de encontro com a ideia de que os trabalhos de campo são diretamente responsáveis pela assimilação de conteúdos geográficos, ao mesmo tempo em que firmam teorias estudadas em sala de aula, promovendo um fortalecimento do conhecimento empírico dos alunos, a possibilitam uma formação holística. Também foi colocado, por parte dos entrevistados, que os trabalhos de campo permitem uma visualização real dos conteúdos vistos em sala de aula, tornando-os mais claros à compreensão por parte dos discentes, ao passo que uma relação teórico-prática é estabelecida, tornando mais próximos, pesquisador e objeto, como forma buscar-se um melhor conhecimento das diversas realidades, possibilitando ao geógrafo adepto deste procedimento metodológico, que este tenha uma formação mais sólida e engajada com a ciência que este se propôs a estudar.

Assim sendo, a partir de um referencial teórico contido neste trabalho, juntamente com informações obtidas por meio de entrevistas com profissionais que utilizam deste procedimento metodológico em seu dia a dia, pode-se considerar que os trabalhos de campo são uma importante ferramenta para a descoberta da realidade dos fenômenos, a partir de uma análise aprofundada de suas características e dos diversos outros objetos que com estes se relacionam. Neste sentido, esta prática não pode ser colocada em segundo plano. Caso isto ocorra, a formação do geógrafo será prejudicada, fazendo deste um profissional menos capacitado para abordar e

solucionar os diversos problemas, tanto ambientais, quanto sociais, que acabam por prejudicar as diversas realidades existentes.

Além disso, este procedimento metodológico tem o papel de colaborar na construção de um conhecimento científico-geográfico importante, provedor de um avanço em diversas áreas científicas e do conhecimento; assim sendo, os trabalhos de campo devem ser tratados como um importante aliado, tanto à formação do geógrafo, quanto à produção científica a qual beneficiará, dentro de seus limites, a humanidade em geral.

A seguir, foi elaborado um quadro que diz respeito aos principais trabalhos de campo realizados pela unidade de Ourinhos no período de 2003 a 2011, como forma de quantificar e analisar de que forma este procedimento metodológico é empregado no curso de Geografia do *Campus* Experimental de Ourinhos.

Ano / Semestre	Período	Disciplinas	Trajetos	Professor responsável	Carga horária
2003/2º	13 a 15/11	Geologia Cartografia	Ourinhos (SP) – Ibaiti (PR) – Figueira (PR)	Bianca Carvalho Vieira Andréa Aparecida Zacharias	24 h/a
2004/1º	04 a 06/06	Geologia Cartografia	Ourinhos (SP) – Ibaiti (PR) – Figueira (PR)	Bianca Carvalho Vieira Andréa Aparecida Zacharias	24 h/a
2004/1º	18 e 19/06	Pedologia	Presidente Prudente (SP)	Bianca Carvalho Vieira	16 h/a
2004/2º	19 e 20/11	Pedologia	Presidente Prudente (SP)	Bianca Carvalho Vieira	16 h/a
2004/2º	05 a 07/11	Geologia	Ourinhos (SP) – Ibaiti (PR) – Figueira (PR)	Bianca Carvalho Vieira	24 h/a
2004/2º	12/11	Climatologia	Bauru (SP)	Jonas Teixeira Nery	6 h/a
2005/1º	14 a 22/06	Geomorfologia Organização do espaço brasileiro Geografia Urbana	Ourinhos (SP) – Vila Velha (PR) – Ponta Grossa (PR) – Curitiba (PR) – Blumenau (SC) – Joinville (SC) – Florianópolis (SC)	Bianca Carvalho Vieira Paulo Fernando Cirino Mourão Márcio Rogério Silveira	56 h/a
2005/1º	05/06	Pedologia	Ourinhos (SP) – São Pedro do Turvo (SP)	Bianca Carvalho Vieira	8 h/a
2005/2º	08 e 09/12	Geologia	Ourinhos (SP) – Ibaiti (PR) – Figueira (PR)	Maria Cristina Perusi Bianca Carvalho Vieira	16 h/a
2005/2º	12 a 17/12	Geografia Urbana Organização do espaço brasileiro	Ourinhos (SP) – Curitiba (PR) – Paranaguá (PR) – Blumenau (SC) – Joinville (SC) – Florianópolis (SC)	Márcio Rogério Silveira Paulo Fernando Cirino Mourão	40 h/a
2005/2º	30/11	Geomorfologia	Echaporã (SP) - Marília	Maria Cristina	8 h/a

			(SP)	Perusi	
2005/2º	30/11 a 08/12	Trabalho de campo em Geografia	São José dos Campos (SP) - Campos do Jordão (SP) – São Luiz do Paraitinga (SP) - Volta Redonda (RJ) – Rio de Janeiro (RJ)	Andréa Aparecida Zacharias Márcio Rogério Silveira	64 h/a
2006/1º	23 e 24/06	Pedologia	Presidente Prudente (SP)	Maria Cristina Perusi	16 h/a
2006/1º	03/06	Geomorfologia	Echaporã (SP) – Marília (SP)	Maria Cristina Perusi	8 h/a
2006/1º	19 e 20/06	Geografia da população	Campinas (SP) – São Paulo (SP)	Lirian Melchior	16 h/a
2006/1º	13/06	Hidrogeografia	Jundiaí (SP)	Jonas Teixeira Nery	8 h/a
2006/1º	26 a 28/06	Biogeografia Geomorfologia	Cananéia (SP) – Ilha do Cardoso (SP)	Luciene Cristina Risso Maria Cristina Perusi	24 h/a
2006/1º	16/05	Climatologia dinâmica	Bauru (SP)	Jonas Teixeira Nery	8 h/a
2006/2º	26 a 27/10	Geologia	Ourinhos (SP) – Ibaiti (PR) – Vila Velha (PR)	Maria Cristina Perusi	16 h/a
2006/2º	23 e 24/11	Pedologia	Presidente Prudente (SP)	Maria Cristina Perusi	16 h/a
2006/2º	12 a 19/11	Trabalho de campo em Geografia	São José dos Campos (SP) - Campos do Jordão (SP) – São Luiz do Paraitinga (SP) – Bananal (SP) - Volta Redonda (RJ) – Rio de Janeiro (RJ)	Andréa Aparecida Zacharias Luciene Cristina Risso	64 h/a
2006/2º	30/11	Geografia da população	São Paulo – SP	Lirian Melchior	10 h/a
2006/2º	27 e 28/11	Hidrogeografia	Cunha (SP)	Jonas Teixeira Nery	16 h/a
2006/2º	08 a 10/10	Biogeografia	Cananéia (SP) – Ilha do Cardoso (SP) – Registro (SP)	Luciene Cristina Risso	24 h/a
2007/1º	12/06	Recursos Naturais	Teodoro Sampaio (SP)	Luciene Cristina Risso	8 h/a
2007/1º	10/05	Teoria da paisagem	Rio Claro (SP)	Luciene Cristina Risso	8 h/a
2007/1º	08 a 15/04	Geografia do Brasil	Curitiba (PR) – Paranaguá (PR) – Joinville (SC) – São Francisco do Sul (SC) – Florianópolis (SC) – Capivari de Baixo (SC) – Criciúma (SC)	Márcio Rogério Silveira	56 h/a
2007/2º	01 a 02/10	Gestão de Recursos Hídricos	Cunha (SP)	Jonas Teixeira Nery	16 h/a
2007/2º	30/11	Geologia	Fartura (SP) – Taguaí (SP)	Maria Cristina Perusi	8 h/a
2007/2º	23 e 24/11	Geologia	Ponta Grossa (PR) – Vila Velha (PR) – Ibaiti (PR) – Figueira (PR)	Maria Cristina Perusi	16 h/a
2007/2º	05 a 07/11	Biogeografia	Cananéia (SP) – Ilha do Cardoso (SP)	Luciene Cristina Risso	24 h/a

2007/2º	11 a 16/11	Geografia da população Geografia do Brasil	São Luiz do Paraitinga (SP) – Taubaté (SP) – São José dos Campos (SP) – São Paulo (SP) – Pirapora dos Bom Jesus (SP) – Itu (SP) – Porto Feliz (SP)	Denise Cristina Bomtempo Marta da Silveira Luedemann	48 h/a
2007/2º	21/11	Agrometeorologia	Campinas (SP)	Ana Claudia Carfan	6 h/a
2007/2º	24/10	Planejamento urbano e regional	São Bernardo do Campo (SP)	Marta da Silveira Luedemann	6 h/a
2007/2º	26/11	Climatologia	Botucatu (SP) – Bauru (SP)	Jonas Teixeira Nery	8 h/a
2007/2º	30/11	Teoria da paisagem	Taquaritinga (SP) – Monte Alto (SP)	Antonio Sérgio da Silva	8 h/a
2007/2º	19 e 20/10	Geomorfologia	Botucatu (SP) – Marília (SP)	Maria Cristina Perusi	16 h/a
2007/2º	26/09	Pesquisa em Geografia Recursos Naturais	Ourinhos – SP (Usina São Luiz, Caninha Oncinha e Aterro Controlado)	Denise Cristina Bomtempo Antonio Sérgio da Silva	8 h/a
2007/2º	03/10	Educação Ambiental	Chavantes (SP)	Luciene Cristina Risso	4 h/a
2008/1º	07/06	Geografia Agrícola	Sumaré (SP)	Neusa de Fátima Mariano	8 h/a
2008/1º	16 e 17/06	Teoria da Paisagem	Taquaritinga (SP) - Jaboticabal (SP) – Ribeirão Preto (SP)	Antonio Sérgio da Silva	16 h/a
2008/1º	13/06	Legislação Ambiental	São Paulo – SP	Antonio Sérgio da Silva	8 h/a
2008/1º	12 e 13/06	Geografia Rural	Iaras (SP) – Santa Cruz do Rio Pardo (SP)	Marta da Silveira Luedemann	16 h/a
2008/1º	05 e 06/06	Hidrogeografia	Cunha (SP)	Jonas Teixeira Nery	16 h/a
2008/1º	02 a 09/06	Trabalho de campo em Geografia	Ilha Solteira (SP) – Campo Grande (MS) – Aquidauana (MS) – Bonito (MS) – Bodoquena (MS) – Passo do Lontra (MS) – Foz do Iguaçu (PR)	Maria Cristina Perusi	56 h/a
2008/1º	13 e 14/06	Pedologia	São Pedro do Turvo (SP)	Maria Cristina Perusi	16 h/a
2008/1º	09 a 15/03	GEDRI	São Paulo (SP) – Santos (SP) – São Sebastião (SP)	Márcio Rogério Silveira	56 h/a
2008/1º	26/06	Geografia Agrícola	Londrina (PR)	Neusa de Fátima Mariano	6 h/a
2008/1º	05 a 08/05	Geografia do Turismo	São Paulo (SP) – Ubatuba (SP) – São Luiz do Paraitinga (SP) – Campos do Jordão (SP)	Neusa de Fátima Mariano	32 h/a
2008/1º	04/06	Agrometeorologia	Botucatu (SP)	Ana Claudia Carfan	6 h/a
2008/2º	24 a 26/10	Geologia (1º termo diurno)	Apiai (SP) – Ibaiti (PR) – Figueira (PR) – Ponta Grossa (PR)	Maria Cristina Perusi	24 h/a
2008/2º	31/10 a 02/11	Geologia (1º termo noturno)	Apiai (SP) – Ibaiti (PR) – Figueira (PR) – Ponta	Maria Cristina Perusi	24 h/a

			Grossa (PR)		
2008/2º	23 e 24/10	Geografia Agrícola	Santa Cruz do Rio Pardo (SP) – Jaú (SP) – São Carlos (SP) – Americana (SP)	Neusa de Fátima Mariano	16 h/a
2008/2º	09/10	Meio ambiente, desenvolvimento e qualidade de vida	São Paulo (SP)	Antonio Sérgio da Silva	8 h/a
2008/2º	14/11	Legislação Ambiental	São Paulo (SP)	Antonio Sérgio da Silva	4 h/a
2008/2º	28/11	Região, espaço e território	Ourinhos (SP)	Lirian Melchior	6 h/a
2008/2º	06/10	Instrumentação e Análise em Climatologia Laboratório de Meteorologia Sinótica	Bauru (SP)	Ana Claudia Carfan	4 h/a
2008/2º	18/11	Educação Ambiental	Bauru (SP)	Luciene Cristina Risso	8 h/a
2008/2º	25 e 26/10	Geomorfologia	Botucatu (SP) – Marília (SP)	Maria Cristina Perusi	16 h/a
2008/2º	25/11	Geografia da população	São Paulo (SP)	Lirian Melchior	10 h/a
2009/1º	16 a 21/06	Trabalho de campo em Geografia	Apiáí (SP) – Curitiba (PR) – Ilha do Mel (PR)	Luciene Cristina Risso Andréa Aparecida Zacharias	48 h/a
2009/1º	25 a 26/06	Geografia Rural	Iaras (SP) – Santa Cruz do Rio Pardo (SP)	Marta da Silveira Luedemann	16 h/a
2009/1º	17 a 19/06	Geografia Industrial	Arapongas (PR) - Telêmaco Borba (PR) - Londrina (PR) - Ponta Grossa (PR) - Curitiba (PR) – São José dos Pinhais (PR)	Marta da Silveira Luedemann	24 h/a
2009/1º	28/06 a 05/07	Geografia Urbana	Curitiba (PR) – Paranaguá (PR) – São Francisco do Sul (SC) – Joinville (SC) – Florianópolis (SC) – São José (SC) – Capivari de Baixo (SC) – Criciúma (SC)	Márcio Rogério Silveira	56 h/a
2009/1º	17 a 20/05	Hidrogeografia	Cunha (SP)	Jonas Teixeira Nery	16 h/a
2009/1º	08/06	Instrumentação e Análise em Climatologia Laboratório de Meteorologia Sinótica	Bauru (SP)	Ana Claudia Carfan	8 h/a
2009/1º	30 a 31/05	Teoria da Paisagem	Brotas (SP)	Luciene Cristina Risso	12 h/a
2009/1º	11 a 12/06	Geografia do Turismo	Tibagi (PR) – Vila Velha (PR) – Curitiba (PR)	Domingos Sávio Corrêa	16 h/a
2009/1º	06/06	Interpretação de fotografias aéreas e imagens orbitais	Ourinhos (SP) – Salto Grande (SP)	Edson Luís Piroli	4 h/a
2009/1º	24/05	Fundamentos de Sensoriamento	Ourinhos (SP) – Salto Grande (SP)	Edson Luís Piroli	4 h/a

		Remoto			
2009/2º	07 e 08/11	Geomorfologia (diurno)	Botucatu (SP) – Marília (SP)	Angela Cristina Silva	16 h/a
2009/2º	14 e 15/11	Geomorfologia (noturno)	Botucatu (SP) – Marília (SP)	Angela Cristina Silva	16 h/a
2009/2º	02/12	Recursos Naturais	Avaí (SP)	Luciene Cristina Risso	8 h/a
2009/2º	06/11	Legislação Ambiental	Jacarezinho (PR)	Angela Cristina Silva	8 h/a
2009/2º	07/11	Geografia do Brasil	Tupã (SP)	Márcio José Celeri	8 h/a
2009/2º	27/11	Geografia do comércio, transportes e serviços	São Paulo (SP)	Domingos Sávio Corrêa	8 h/a
2009/2º	21/11	Geografia da População	São Paulo (SP)	Domingos Sávio Corrêa	10 h/a
2009/2º	04/12	Gestão de Recursos Hídricos	São Paulo (SP)	Rodrigo Lilla Manzione	8 h/a
2009/2º	20/11	Geologia (diurno)	Piraju (SP) – Taguaí (SP)	Maria Cristina Perusi	8 h/a
2009/2º	27/11	Geologia (noturno)	Piraju (SP) – Taguaí (SP)	Maria Cristina Perusi	8 h/a
2009/2º	12 a 14/11	Biogeografia	Cananéia (SP) – Ilha do Cardoso (SP)	Luciene Cristina Risso	24 h/a
2009/2º	23/11	Gestão de Recursos Hídricos	Chavantes (SP)	Rodrigo Lilla Manzione	8 h/a
2009/2º	28/11	Interpretação de fotografias aéreas e imagens orbitais	Ourinhos (SP) – Salto Grande (SP)	Edson Luís Piroli	4 h/a
2009/2º	24/10	Cartografia (diurno)	Ourinhos (SP)	Andréa Aparecida Zacharias	4 h/a
2009/2º	24/10	Cartografia (noturno)	Ourinhos (SP)	Andréa Aparecida Zacharias	4 h/a
2010/1º	01/05	Teoria da paisagem	Ourinhos – Brotas – Ourinhos	Luciene Cristina Risso	08 h/a
2010/1º	01/05	Pedologia (diurno)	Ourinhos – Marília – São Pedro do Turvo – Ourinhos	Maria Cristina Perusi	08 h/a
2010/1º	08/05	Pedologia (noturno)	Ourinhos – Marília – São Pedro do Turvo – Ourinhos	Maria Cristina Perusi	08 h/a
2010/1º	11/05	Geografia agrícola	Ourinhos – Londrina – Ourinhos	Marta da Silveira Luedemann	08 h/a
2010/1º	12 e 13/05	Geografia industrial	Ourinhos – Americana – Sumaré – Itu – Ourinhos	Marta da Silveira Luedemann	12 h/a
2010/1º	08 a 15/05	Trabalho de campo em Geografia	Ourinhos – Apiaí – São José dos Campos – Campos do Jordão – Cachoeira Paulista – Passos (MG) – Sacramento (MG) – São Carlos – Ourinhos	Edson Luís Piroli e Jonas Teixeira Nery	56 h/a
2010/1º	19/05	Fundamentos de Sensoriamento Remoto	Ourinhos – Campinas – Ourinhos	Edson Luís Piroli	08 h/a
2010/1º	29/05	Interpretação de fotografias aéreas e	Ourinhos – Salto Grande – Ourinhos	Edson Luís Piroli	04 h/a

		imagens orbitais			
2010/1º	08/06	Bioclimatologia	Ourinhos – Assis – Ourinhos	Rodrigo Lilla Manzione	04 h/a
2010/1º	02 a 06/06	Geografia do turismo	Ourinhos – Aparecida – Caçapava – Campos do Jordão – São Luiz do Paraitinga – Paraty (RJ) – Trindade (RJ) - Ourinhos	Paulo Fernando Cirino Mourão	30 h/a
2010/2º	18 a 22/10	Estágio supervisionado em Geografia: regência e Geografia do comércio, transportes e serviços	Ourinhos – São Paulo - Ourinhos	Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena e Wilson Martins Lopes Júnior	32 h/a
2010/2º	04 a 07/11	Geologia (diurno)	Ourinhos – Apiaí – Figueira (PR) – Ibaiti (PR) – Ponta Grossa (PR) – Ourinhos	Maria Cristina Perusi	24 h/a
2010/2º	18 a 21/11	Geologia (noturno)	Ourinhos – Apiaí – Figueira (PR) – Ibaiti (PR) – Ponta Grossa (PR) – Ourinhos	Maria Cristina Perusi	24 h/a
2010/2º	20 a 21/11	Geomorfologia (diurno)	Ourinhos – Ponta Grossa (PR) – Tibagi (PR) – Ourinhos	Alan Silveira	16 h/a
2010/2º	27 a 28/11	Geomorfologia (noturno)	Ourinhos – Tibagi (PR) – Ponta Grossa (PR) – Ourinhos	Alan Silveira	16 h/a
2010/2º	23 a 25/10	Biogeografia (diurno e noturno)	Ourinhos – Cananéia – Ilha do Cardoso – Ourinhos	Luciene Cristina Risso	24 h/a
2010/2º	06/10	Gestão de recursos hídricos	Ourinhos (Superintendência de Água e Esgoto)	Rodrigo Lilla Manzione	4 h/a
2010/2º	27/10	Gestão de recursos hídricos	Ourinhos – Chavantes – Ourinhos	Rodrigo Lilla Manzione	4 h/a
2010/2º	09/11	Climatologia urbana	Ourinhos – São Paulo – Ourinhos	Rodrigo Lilla Manzione	8 h/a
2010/2º	29/10	Recursos naturais	Ourinhos – Araçatuba – Ourinhos	Luciene Cristina Risso	8 h/a
2011/1º	-	Pesquisa em Geografia (diurno e noturno)	Barra Bonita – Igaraçu do Tietê	Profª. Drª. Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena	8 h/a
2011/1º	-	Pedologia (diurno e noturno)	Ourinhos – São Pedro do Turvo	Profª. Drª. Maria Cristina Perusi	8 h/a
2011/1º	-	Pedologia (diurno e noturno)	Ourinhos	Profª. Drª. Maria Cristina Perusi	4 h/a
2011/1º	-	Geografia do Turismo (noturno)	Paraty (RJ) – Angra dos Reis (RJ)	Prof. Dr. Wilson Martins Lopes Júnior	40 h/a

2011/1º	-	Trabalho de campo em Geografia (diurno e noturno)	Bonito (MS)	Prof. Dr. Wilson Martins Lopes Júnior	28 h/a
2011/1º	-	Geografia rural (diurno e noturno)	Teodoro Sampaio	Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho	8 h/a
2011/1º	-	Trabalho de campo da VII Semana de Geografia	Pedrinhas Paulista	Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho e Profª. Drª. Maria Cristina Perusi	8 h/a
2011/1º	-	Estágio supervisionado em Geografia: regência (diurno e noturno)	São José dos Campos – Rio de Janeiro (RJ) – São Paulo	Profª. Drª. Carla Cristina Reinaldo Gimenes de Sena e Profª. Drª. Maria Cristina Perusi	40 h/a
2011/1º	-	Estágio Supervisionado III: planejamento, execução e avaliação do processo ensino-aprendizagem (noturno)	Piraju	Profª. Drª. Márcia Cristina de Oliveira Mello	4 h/a
2011/2º	24/08	Gestão de Recursos Hídricos	SAE – Ourinhos	Rodrigo Lilla Manzione	-
2011/2º	14/09	Gestão de Recursos Hídricos	Chavantes	Rodrigo Lilla Manzione	-
2011/2º	21 a 23/09	Estágio Sup. em Geografia (D)	São Paulo	Carla C. R. G. de Sena	-
2011/2º	28 a 30/09	Estágio Sup. em Geografia (N)	São Paulo	Carla C. R. G. de Sena	-
2011/2º	08/10	Geomorfologia	Sto. Antônio da Platina - Sto. Antônio do Paraíso	Marcilene dos Santos	-
2011/2º	10/10	Recursos Naturais (D/N)	Salto Grande	Marcilene dos Santos	-

2011/2º	11/10	Geomorfologia	Sto. Antônio da Platina - Sto. Antônio do Paraíso	Marcilene dos Santos	-
2011/2º	24/08	Gestão de Recursos Hídricos	Ourinhos	Rodrigo Lilla Manzione	-
2011/2º	14/09	Gestão de Recursos Hídricos	Chavantes	Rodrigo Lilla Manzione	-
2011/2º	21 a 23/09	Estágio Sup. em Geografia (D)	São Paulo	Carla C. R. G. de Sena	-
2011/2º	28 a 30/09	Estágio Sup. em Geografia (N)	São Paulo	Carla C. R. G. de Sena	-
2011/2º	08/10	Geomorfologia	Sto. Antônio da Platina – Sto. Antônio do Paraíso	Marcilene dos Santos	-
2011/2º	10/10	Recursos Naturais	Salto Grande	Marcilene dos Santos	-
2011/2º	11/10	Recursos Naturais	Sto. Antônio da Platina – Sto. Antônio do Paraíso	Marcilene dos Santos	-
2011/2º	17/10	Climatologia Urbana	Cabrália Paulista	Rodrigo Lilla Manzione	-
2011/2º	22 a 23/10	Geomorfologia	Itaqueri da Serra; Torrinha; Sta Mª da Serra; São Pedro; Botucatu; Pardinho	Marcilene dos Santos	-
2011/2º	27/10	Geografia do Comércio, Transp. e Serviços	Bauru/SP; Pederneiras/SP	Lucas Fuini	-
2011/2º	03 a 06/11	Geologia (D)	Apiaí/SP; Figueira/PR; Ponta Grossa/PR	Maria Cristina Perusi	-
2011/2º	07 a 08/11	Geomorfologia (D)	Itaqueri da Serra; Torrinha; Sta Mª da Serra; São Pedro; Botucatu; Pardinho	Marcilene dos Santos	-
2011/2º	10/11	Geografia do Comércio, Transp. e Serviços	São Paulo/SP	Lucas Fuini	-
2011/2º	17/11	Biogeografia (D)	Assis/SP	Luciene C. Risso	-
2011/2º	18/11	Biogeografia (N)	Assis/SP	Luciene C. Risso	-
2011/2º	19/11	Recursos Naturais (D/N)	Bocaina	Marcilene dos Santos	-

2011/2º	24 a 27/11	Geologia (N)	Apiaí/SP; Figueira/PR; Ponta Grossa/PR	Maria Cristina Perusi	-
2011/2º	26 a 28/11	Geografia da População e do Brasil	Castro; Curitiba; Morretes; Paranaguá; Ilha do Mel; Curitiba/PR	Marcelo Carvalhal e Terezinha Carvalhal	-
2011/2º	01 a 04/12	Economia	Castro/PR; Paranaguá /PR; Antonina/PR	Andrei	-

QUADRO 01 - Total de trabalhos de campo realizados pelo curso de Geografia da Unidade Experimental de Ourinhos (2003 - 2011).

4.2.1 Análise do quadro 01. Trabalhos de campo realizados pelo Campus Experimental de Ourinhos (2003 - 2011)

Ao se analisar os dados contidos no quadro 01, pode-se perceber que, neste período foram realizados cerca de 125 trabalhos de campo, divididos entre disciplinas tanto da “geografia física”, quanto da “geografia humana”. Dentre estas, as que mais se destacam quanto ao número de trabalhos de campo realizados são as disciplinas de Pedologia (14 trabalhos de campo), Geologia (13 trabalhos de campo), seguidos pela disciplina de Gestão de Recursos Hídricos (7 trabalhos de campo) e Teoria da Paisagem (5 trabalhos de campo). Assim sendo, os momentos de trabalho de campo são utilizados como forma de complementar os conteúdos analisados em sala de aula, de forma que possibilite ao graduando a visualização dos fenômenos materializados no espaço geográfico e na paisagem, contribuindo para um melhor entendimento deste.

Fazendo um breve levantamento dos trabalhos de campo realizados pelo curso de geografia da unidade de Ourinhos, têm-se os seguintes dados:

Das disciplinas consideradas da área da **geografia humana**: Geografia da População (5), Geografia do Brasil (3), Geografia do Comércio, Transportes e Serviços (3), Geografia Rural (3), Geografia do Turismo (4), Pesquisa em Geografia (1), Geografia Industrial (2), Geografia Agrícola (4), Geografia Urbana (1), Educação Ambiental (2), Região, espaço e Território (1), Planejamento Urbano e Regional (1). Já no que pode-se considerar como fazendo parte da **geografia física**, são registrados trabalhos de campo nas disciplinas de Biogeografia (5), Geologia (13), Geomorfologia (10), Climatologia Urbana (2), Recursos Naturais (4), Gestão de Recursos Hídricos (7), Pedologia (14), Bioclimatologia (1), Interpretação de Fotografias Aéreas e Imagens Orbitais (3), Sensoriamento Remoto (2), Teoria da Paisagem (5), Cartografia (2), Legislação Ambiental (3), Instrumentação e Análise em Climatologia – Laboratório de

Meteorologia Sinótica (2), Hidrogeografia (4), Agrometeorologia (2), Climatologia (3), Climatologia Dinâmica (1).

Deve-se considerar também a realização de trabalhos de campo envolvendo duas ou mais disciplinas, de modo a possibilitar a formulação de conceitos interdisciplinarmente, analisando diversos aspectos, tanto físicos, quanto sociais/econômicos do objeto de estudo em questão, além do fato de que essa interdisciplinaridade contribui para um entendimento holístico do espaço geográfico, contribuindo para uma melhor formação do futuro bacharel geógrafo. Além disso, os trabalhos de campo na graduação têm por objetivo, fazer com que o aluno entenda aspectos pontuais das disciplinas, os quais muitas vezes tornam-se de difícil compreensão se somente abordados em sala de aula. Quanto à estes trabalhos de campo entre 2 ou mais disciplinas, pode-se destacar a realização de (4) trabalhos de campo no período analisado, envolvendo as disciplinas de Geologia e Cartografia; além da realização de (1) trabalho de campo pela unidade de acordo com os interesses de grupos de pesquisa, neste caso, o GEDRI (Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas).

Ao observar as informações contidas no quadro 01, também pode-se perceber que o curso de geografia da Unidade Experimental de Ourinhos utiliza-se amplamente deste procedimento metodológico de análise em suas disciplinas, como forma de aprofundar o entendimento dos conteúdos ministrados em sala de aula, contribuindo para formação mais sólida do profissional derivado desta instituição. Assim sendo, nota-se que uma gama de disciplinas propõe a realização de trabalhos de campo em seu cronograma de atividades, incentivando desde o começo da graduação, o interesse de seus discentes pela pesquisa de campo e pelo contato direto com a realidade dos fenômenos, ampliando desta forma seus horizontes de percepções e entendimentos sobre as geograficidades expressas no espaço/paisagem, assim como lhes proporcionam uma melhor formação pessoal, ao passo que durante os trabalhos de campo, ocorre uma aproximação entre os discentes, e entre estes e os docentes responsáveis pelo grupo, estreitando laços de coletividade entre o grupo.

Concomitantemente, ao se pensar na tradicional dicotomia existente na Geografia, é possível propor uma separação das disciplinas ministradas na unidade de Ourinhos em disciplinas derivadas da geografia física, e disciplinas da geografia humana. Analisando a quantidade de trabalhos de campo realizados pelas duas vertentes, nota-se que as disciplinas de geografia humana apresentam um ligeiro prevalectimento em números de trabalho de campo (17), sobre as disciplinas consideradas como sendo de geografia física (11). Porém, deve-se considerar que este dado é apenas ilustrativo, já que a realização dos trabalhos de campo é

dependente de vários fatores internos e externos à unidade, tanto pessoais quanto político-burocráticos, assim como a disponibilidade de tempo e recursos acabam por influenciar a realização, ou não, dos trabalhos de campo; de modo que estes dados, apesar de representarem fidedignamente a realidade a respeito dos trabalhos de campo na unidade de Ourinhos, sofrem a influência de diversos fatores extra-disciplinares, afetando seus valores.

Todavia, ao longo da formação profissional do geógrafo derivado da unidade de Ourinhos, este de uma maneira geral, realiza uma quantidade considerável de trabalhos de campo em diversas disciplinas, o que se faz crer que sua formação não seja consideravelmente prejudicada pela ausência de trabalhos de campo ao longo dos 5 anos de graduação; muito pelo contrário, a formação do geógrafo no campus de Ourinhos é enriquecida devido à política de realização de trabalhos de campo na unidade. Ao longo de diversas disciplinas, o aluno da unidade de Ourinhos tem a possibilidade de participar de diversas experiências empíricas, envolvendo o conhecimento de uma gama de conceitos, informações e formulação de ideias essenciais para a compreensão dos vários fenômenos geográficos os quais, guardadas às devidas proporções, se materializam ou não no *lócus geográfico* abordado nos momentos de campo.

Desta forma, novamente, pode-se considerar que este procedimento metodológico de pesquisa é incentivado e amplamente utilizado durante a graduação do curso de Geografia da unidade de Ourinhos, contribuindo para a melhor formação profissional dos alunos egressos deste campus.

Nos momentos de campo, o aluno elabora uma ideia, constrói um conceito e visualiza seu objeto de estudo, de modo que sua compreensão sobre determinado fenômeno é ampliada consideravelmente. Ao mesmo tempo em que o graduando observa uma vertente, por meio da intervenção do professor, e da elaboração de esquemas mentais, este aluno possui a capacidade de idealizar fenômenos, ações, alterações na paisagem, relações que ali podem ocorrer, dentre diversas outras questões; assim sendo, o aluno é estimulado a pensar sobre a realidade que lhe é posta, de modo que sua capacidade de formular conceitos e estruturar ideias é ampliada, fazendo deste, um profissional capacitado à enfrentar os desafios e limites de sua profissão, tornando-o um geógrafo ciente da sua realidade e ativo perante aos problemas que lhe são postos, possuindo totais condições de alcançar soluções para estes entraves.

4.3 Principais locais visitados pelos trabalhos de campo realizados pelo curso de Geografia da Unidade Experimental de Ourinhos

Americana (SP), Angra dos Reis (RJ), Aparecida (SP), Apiaí (SP), Aquidauana (MS), Araçatuba (SP), Arapongas (PR), Assis (SP), Avaí (SP), Bananal (SP), Barra Bonita (SP), Bauru (SP), Blumenau (SC), Bodoquena (MS), Bonito (MS), Botucatu (SP), Brotas (SP), Cabralia Paulista (SP), Caçapava (SP), Cachoeira Paulista (SP), Campinas (SP), Campo Grande (MS), Campos do Jordão (SP), Cananéia (SP), Capivari de Baixo (SC), Castro (PR), Chavantes (SP), Criciúma (SC), Cunha (SP), Curitiba (PR), Curitiba (PR), Echaporã (SP), Fartura (SP), Figueira (PR), Florianópolis (SC), Foz do Iguaçu (PR), Iaras (SP), Ibaiti (PR), Igaraçu do Tietê (SP), Ilha do Cardoso (SP), Ilha do Mel (PR), Ilha Solteira (SP), Itaquerí da Serra (SP), Itirapina (SP), Itu (SP), Jaboticabal (SP), Jacarezinho (PR), Jaú (SP), Joinville (SC), Jundiá (SP), Londrina (PR), Marília (SP), Monte Alto (SP), Morretes (PR), Ourinhos (SP), Paranaguá (PR), Paraty (RJ), Pardinho (SP), Passo do Lontra (MS), Passos (MG), Pedrinhas Paulista (SP), Piraju (SP), Pirapora do Bom Jesus (SP), Ponta Grossa (PR), Porto Feliz (SP), Presidente Prudente (SP), Registro (SP), Ribeirão Preto (SP), Rio Claro (SP), Rio de Janeiro (RJ), Sacramento (MG), Salto Grande (SP), Santa Cruz do Rio Pardo (SP), Santa Maria da Serra (SP), Santo Antônio da Platina (PR), Santos (SP), São Bernardo do Campo (SP), São Carlos (SP), São Francisco do Sul (SC), São José (SC), São José dos Campos (SP), São José dos Pinhais (PR), São Luiz do Paraitinga (SP), São Paulo (SP), São Pedro (SP), São Pedro d'Alto (SP), São Sebastião (SP), Sumaré (SP), Taguaí (SP), Taquaritinga (SP), Taubaté (SP), Telêmaco Borba (PR), Teodoro Sampaio (SP), Tibagi (PR), Trindade (RJ), Tupã (SP), Ubatuba (SP), Vila Velha (PR), Volta Redonda (RJ).

Estes locais foram selecionados de acordo com diversas características que foram julgadas importantes pelos professores organizadores do trabalho de campo, com o objetivo de que estas visitas contribuíssem para uma melhor formação do futuro geógrafo formado pelo curso de geografia do campus de Ourinhos. De acordo com os conteúdos abordados pela ementa das disciplinas, os locais que apresentaram características compatíveis com estes conteúdos foram escolhidos para a realização de trabalhos de campo, com o objetivo acrescentar informações e experiência ao aluno o qual, tem a oportunidade de analisar um fenômeno materializado *in loco*, construindo uma ideia solidamente embasada em uma experiência empírica, regida pela junção de seu arcabouço teórico-conceitual e de suas observações e percepções das particularidades inseridas em seu objeto de estudo.

Assim sendo, a título de exemplificação, em uma disciplina como a Geomorfologia, a realização de trabalhos de campo se mostra de fundamental importância para se diferenciar uma escarpa de uma *cuesta*. A “simples” comparação realizada por meio da observação destas duas formações geomorfológicas tão distintas entre si provavelmente criará no participante do campo uma imagem mental a qual será associada de acordo com as distintas características de ambos objetos. Assim sendo, a compreensão das características destes dois tipos de relevo será assimilada de uma melhor maneira pelo geógrafo, fazendo com que sua formação seja mais bem embasada e sólida.

Esta mesma lógica aplica-se às demais disciplinas que fazem do trabalho de campo, um procedimento metodológico para a compreensão, não só dos conteúdos propostos em suas ementas, mas também para a compreensão da realidade em que o homem encontra-se inserido. Por meio dos trabalhos de campo, o geógrafo passa a estudar seu meio de forma íntima e engajada, aguçando seus sentidos em busca de melhores percepções da realidade que o cerca, buscando compreender as características físicas e sociais que compõem seu objeto de estudo, seja este o espaço, território, paisagem, lugar, não-lugar, de modo que a partir deste contato, ideias sejam formuladas, soluções sejam propostas baseadas em um conhecimento científico das causas pelas quais se busca lutar, como forma de garantir tanto um melhor manejo das questões ambientais, quanto um trato qualitativamente positivo e diferenciado com a população que se encontra inserida naquele *lócus*, almejando a garantia da qualidade de vida, por meio de melhorias estruturais e sociais, ao mesmo tempo em que as questões ambientais também são colocadas em primeiro plano, garantindo desta forma, por meio de uma visão holística e integrada do espaço geográfico, a melhoria qualitativa de todos os indivíduos inseridos naquele *lócus geográfico*.

Os trabalhos de campo no curso de geografia do Campus Experimental de Ourinhos buscam desenvolver em seus discentes esta visão diferenciada, holística e complexa da realidade, como forma de melhor prepará-los para uma profissão que exige que seus praticantes sejam responsáveis socialmente, ambientalmente, metodologicamente e principalmente, eticamente, já que estes profissionais lidarão com questões relacionadas tanto ao dia a dia dos cidadãos, quanto ao que diz respeito à formação de cidadãos conscientes, contestadores e politicamente engajados, de modo que estes tenham consciência de que também são agentes nos processos que os envolvem e afetam diretamente em seu dia a dia, possuindo voz ativa para lutar por melhores condições de vida para si, e para a sociedade em geral. Este é o papel do geógrafo, garantir e lutar para que a realidade seja formulada de acordo com os interesses de todas as classes sociais, lutando em prol de uma quebra paradigmática

na sociedade na qual vivemos, buscando uma reformulação de conceitos, ideias, ideais, ideologias e ações, as quais almejem um futuro mais honesto, digno e com menos disparidades entre todos os cidadãos que impulsionam as engrenagens do sistema vigente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento, como defendido pelo empirismo, provém da experiência, da percepção do mundo externo, percepção esta que é lapidada por diversos filtros (intelectuais, ideológicos, sociais), originando um conhecimento sobre uma determinada realidade. Na Geografia, a construção de um conhecimento, de um conceito, não se processa de maneira diferente. Por meio do empirismo expresso pela prática dos trabalhos de campo e do contato íntimo e *in loco* que este procedimento metodológico proporciona entre pesquisador e objeto, ideias e conceitos são formulados de maneira crítica e ativa, a partir da assimilação sensitivo-reflexiva das realidades ali observadas.

O conhecimento se constrói baseado nos sentidos e nas ideias as quais, nos momentos de trabalho de campo, são estimuladas ao máximo, promovendo a formulação de ciência geográfica, ao mesmo tempo em que proporciona ao geógrafo uma sólida formação, engajada com a realidade dos fenômenos que este propôs-se a estudar da maneira mais fidedigna possível, gerando bases para ações que vão de encontro à uma melhor qualidade de vida e à preservação ambiental, contribuindo para a manutenção de todos os seres e de todas as relações inseridas naquele *locus geográfico*.

A partir de uma análise embasada na cientificidade em prol do conhecimento, o qual por sua vez, auxilia no desenvolvimento qualitativo do Homem como um ser que pensa criticamente sobre sua realidade, e busca melhores caminhos para se desenvolver, os trabalhos de campo contribuem para a assimilação da realidade de uma maneira particular para cada um de seus adeptos, ampliando o horizonte e as possibilidades de análise sobre os mais diversos objetos de estudo.

Assim sendo, buscou-se neste trabalho uma reflexão sobre esta prática empírica amplamente utilizada na Geografia, mas que por vezes acaba sendo colocada em segundo plano devido a diversos fatores, o que acaba por, em determinadas vezes, prejudicando o desenvolvimento holístico do Geógrafo e, consequentemente da Geografia como um todo.

Ao se realizar a revisão bibliográfica a respeito do tema, pode-se constatar que o trabalho de campo, por se tratar de um procedimento metodológico aberto (adaptáveis aos mais diversos interesses e metodologias, de acordo com a pesquisa que os utilizam), possui fundamental importância, tanto na formação profissional, quanto na formação pessoal do geógrafo, de modo que esta prática não deve ser colocada em segundo plano nas ciências humanas, principalmente na Geografia. Tal procedimento metodológico, dentre diversas outras contribuições, permite que o

geógrafo construa um arcabouço teórico-conceitual sólido, o qual qualificará e auxiliará na elaboração de diversas pesquisas, tornando-o um cientista conhecedor e engajado com sua ciência e com a realidade que este se propôs a estudar, ao mesmo tempo em que lhe proporciona prismas de análise diferenciados em relação aos mais diversos fenômenos.

Também se constatou que os trabalhos de campo viabilizam a compreensão de diversas realidades por meio de uma relação íntima entre sujeito e objeto, relação esta pautada em uma articulação entre a realidade observada, ideias formuladas e o arcabouço teórico-conceitual que o praticante do campo possui. A partir do contato com este procedimento metodológico, o geógrafo elabora suas teorias, ideias e conhecimento, os quais contribuirão para o desenvolvimento da Geografia como sendo uma ciência físico-humana, que possui o compromisso de estudar de maneira dialética as relações Homem-Natureza-Espaço, buscando um equilíbrio entre pessoas, ações e objetos, garantindo a sobrevivência das espécies, a partir do momento em que o *status-quo* do homem é analisado e, a partir desta análise, um conhecimento em seu estado puro é originado. Este novo conhecimento acaba por viabilizar a tomada de decisões e análises aprofundadas a respeito da realidade ali existente, baseando-se em observações, informações, teorias e subjetividade por parte do pesquisador, para buscar uma análise crítica e aprofundada de seu objeto de estudo, tornando este objeto mais íntimo do pesquisador e de sua pesquisa, ampliando o escopo de sua pesquisa, ao mesmo tempo em que a formação do Geógrafo é complementada.

A articulação de conceitos, teorias e metodologias, aliada às percepções pessoais, dão origem à ideias as quais, por sua vez, buscam a explicação dos fenômenos; assim sendo, o Geógrafo desenvolve-se no sentido de tornar-se um profissional com o poder de elaborar amplas análises de diversas realidades, possibilitando a origem de uma gama de informações que podem subsidiar ações em prol de uma coletividade e/ou em prol da Natureza, por meio de uma ciência comprometida com a verdade dos fatos, e que não deve ser colocada em segundo plano.

Desta forma, este procedimento metodológico mostra-se como sendo uma importante ferramenta na Geografia, e deve ser amplamente utilizada por Geógrafos, professores e por alunos de graduação em Geografia, já que, como defendido ao longo deste trabalho, esta prática mostra-se de grande importância para o desenvolvimento científico do conhecimento sobre uma gama de especificidades, assim como se mostra de fundamental relevância para o desenvolvimento científico, intelectual e pessoal de seus praticantes, devendo ser analisado e empregado de maneira atenciosa ao longo da graduação em Geografia, e posteriormente, deve ser

levado à comunidade de maneira geral, como forma de uma excelente ferramenta para o conhecimento da realidade onde esta se encontra inserida.

O trabalho de campo possui um papel fundamental, tanto na formação, quanto na atuação do geógrafo, de modo que esta prática empírica mostra-se de grande importância nos diversos momentos de formação do futuro profissional, devendo ser incentivada desde o início da graduação e explorada de diversas maneiras, com o objetivo de promover uma sólida formação profissional dos geógrafos, ao passo que as nuances das diversas realidades são abordadas e descobertas por um procedimento metodológico clássico, o qual deve ser encarado com seriedade e comprometimento, ao passo que contribui com grande relevância à formação do Geógrafo.

6. REFERÊNCIAS

ALENTEJANO, P. R. R. & ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: Uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? *In: Boletim Paulista de Geografia*. Edição especial de Trabalho de Campo, São Paulo, nº 84. p. 51 – 67.

BONI, V. & QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *In: Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*. Vol. 2. nº 1 (3), jan - jul/2005, p. 68 - 80. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br> acessado em 15/03/2012.

CARDOSO, R. C. L. (org.) Aventuras de Antropólogos em Campo ou como escapar das armadilhas do Método. *In: A aventura antropológica – Teoria e Pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p.95 – 124.

GIUMBELLI, E. Para além do “Trabalho de campo”: Reflexões Supostamente Malinowskianas. *In: Revista Brasileira de Ciências Sociais – Vol 17. Nº 48*. Fevereiro/2002. 18 p.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. *In: Boletim Paulista de Geografia*. Edição especial de Trabalho de Campo, São Paulo, nº 84. p. 93 – 104.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: Um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. *In: Boletim Paulista de Geografia*. Edição especial de Trabalho de Campo, São Paulo, nº 84. p. 77 – 92.

MALINOWSKI, B. Tema, método e objetivo desta pesquisa. *In: Os Argonautas do Pacífico Ocidental*. Nº 6 – 8. p. 17 – 38.

MARCOS, V. Trabalho de campo em geografia: Reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. *In: Boletim Paulista de Geografia*. Edição especial de Trabalho de Campo, São Paulo, nº 84. p. 105 – 135.

SANTOS, B. S. S. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna, 1988. (p. 46 - 71). **Estudos Avançados**. nº 2.

SERPA, A. - O Trabalho de campo em Geografia: Uma abordagem teórico-metodológica. *In: Boletim Paulista de Geografia* nº 84 – Edição especial de Trabalho de Campo, São Paulo, nº 84, p. 7 - 24, 2006.

TREIN, F. Hegel e a dialética. *In: REZENDE, Antonio. Curso de Filosofia*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, PP. 159-171.

TRICART, J. O campo na dialética da Geografia. *In: Revista do Departamento de Geografia*, 19, 2006. p. 104-110.

VENTURI, L. A. B. O papel da técnica no processo de produção científica. *In: Boletim Paulista de Geografia*. Edição especial de Trabalho de Campo, São Paulo, nº 84. p. 69 – 76.

UNESP/Campus de Ourinhos. **Projeto político-pedagógico – curso de geografia (licenciatura e bacharelado)**. Dezembro/2011.

ANEXOS